ARIANE FIGUEREDO SOUZA

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM PAULA CÂNDIDO, MG: UM MECANISMO DE EMPODERAMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES?

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

S729p
2018

Souza, Ariane Figueredo, 1988-
Programa de Aquisição de Alimentos em Paula Cândido, MG : um mecanismo de empoderamento dos agricultores familiares? / Ariane Figueredo Souza. – Viçosa, MG, 2018.
xiii, 160 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.
Orientador: Maria das Dôres Saraiva de Loreto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Inclui bibliografia.

1. Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil). 2. Poder (Ciências sociais). 3. Agricultura familiar. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 338.1098151

ARIANE FIGUEREDO SOUZA

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM PAULA CÂNDIDO, MG: UM MECANISMO DE EMPODERAMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES?

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de abril de 2018.

Felipe Leitão da Cunha Marzano

Nelmires Ferreira da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha querida orientadora Maria das Dores Saraiva de Loreto pelos seus sábios ensinamentos e conselhos transmitidos durante todo esse percurso acadêmico. Agradeço, sobretudo, pela sua compreensão e carinho. Quero deixar registrado que tenho grande admiração pela senhora, por ser uma excelente profissional e um ser humano incrível.

Agradeço também as professoras Nelmires e Neide, pelo zelo que tiveram comigo e pela presteza em resolver algumas questões acadêmicas que, se não fossem sanadas, poderiam comprometer a materialização do meu sonho de mestrado. A vocês, meu profundo respeito e reconhecimento.

Ao pesquisador Felipe pelas valiosas contribuições para o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos queridos funcionários do escritório local da EMATER de Paula Cândido-MG, Gilmar, Nilson e Tânia, os quais foram solícitos comigo em todos os momentos. Obrigada por disponibilizarem as informações de que eu necessitava para a realização do meu trabalho. Sou grata, principalmente, pela atenção e carinho dispensados durante todo o nosso tempo de convivência.

A Cláudia, funcionária da Emater de Coimbra, Minas Gerais, pelo constante apoio e incentivo, você é muito especial para mim!

Do mesmo modo, gostaria de registrar aqui o meu agradecimento a todos os agricultores que dispuseram do seu tempo, deixando seus trabalhos para me receber em suas casas e propriedades, saibam que vocês deram "vida" a esta dissertação.

A todos os colegas de mestrado, em especial, as companheiras Cilene, Natália, Simone e Talita, com as quais pude compartilhar e trocar conhecimentos, e, sobretudo, pela amizade que criamos. A querida colega de UFV, Vanessa, pelos ensinamentos e esclarecimentos quanto ao "IRAMUTEQ". Agradeço, imensamente, pela sua atenção.

Aos funcionários do DED pelo excelente atendimento e cuidado com que me receberam em todos os momentos em que precisei. A CAPES, pelo fomento financeiro imprescindível para a concretização da minha pesquisa.

As minhas amigas de longa data, Ana, Débora, Érica, Letícia, Luzia e Rafaela, que sempre estão dispostas a me ajudar, trocar ideias, chorar e rir juntas. Certamente, vocês deram à sua contribuição, possibilitando certa leveza a essa trajetória acadêmica.

Meus agradecimentos especiais, sem dúvida, vão à minha família. Meus pais, Néia e Jorge, e ao meu irmão, Lucas, pelas palavras e pelos gestos de carinho e conforto constantes, sem vocês a minha jornada teria sido muito mais densa. Em especial, agradeço ao meu pai pela companhia durante as minhas idas a campo para a coleta dos dados, sempre muito protetor e zeloso comigo. Amo vocês!!!

Ao meu esposo, amor da minha vida, grande parceiro e incentivador, não tenho palavras para agradecer-lhe os conselhos e ensinamentos. E, principalmente, por acreditar em mim e no meu potencial mais do que eu mesma, não me deixando desistir desse sonho. Amo você!!!

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e àqueles que não foram citados, mas, que estão em meu coração e pensamento.

SUMÁRIO

Página

LISTA DE FIGURAS vii
LISTA DE TABELAS viii
LISTA DE ABREVIATURAS ix
RESUMO x
ABSTRACT xii
1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA 1
1.1 Contextualização do problema 1
1.2 Justificativa e relevância do tema 3
1.3 OBJETIVOS 6
1.3.1 Objetivo geral 6
1.3.2 Objetivos específicos 7
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 7
2 ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL 8
2.1 Políticas públicas para a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 8
2.2 A categoria social agricultura familiar 18
2.3 A teoria das representações sociais 24
2.4 A abordagem teórica sobre o empoderamento 28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 35
3.1 Tipo de pesquisa 35
3.2 Local de estudo 36
3.3 População e amostra 36
3.4 Forma e técnicas de coleta de dados 37
3.5 Variáveis e categorias de análise 39
3.6 Procedimentos de análise dos dados 41
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 42
ARTIGO 1 48
CENÁRIO EVOLUTIVO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, PAULA CÂNDIDO, MG 48
RESUMO 48
ABSTRACT 48
1 INTRODUÇÃO 48
2 JUSTIFICATIVA 50
3 OBJETIVO 52
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 52
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 59

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 59
ARTIGO 2 61
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS LIDERANÇAS INSTITUCIONAIS SOBRE O PAA: UMA ANÁLISE LEXICOGRÁFICA 61
RESUMO 61
ABSTRACT 61
1 INTRODUÇÃO 62
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 63
2.1 Sujeitos da pesquisa 63
2.2 Procedimentos para a coleta e análise dos dados 64
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES 64
3.1 Análise lexicográfica das entrevistas realizadas com os líderes institucionais 64
3.2 Classe 1 – Repercussões do PAA na integração familiar 66
3.3 Classe 2 – Lógica de Funcionamento do PAA 68
3.4 Classe 3 – Efeitos do PAA no processo de produção e comercialização 70
3.5 Classe 4 – Organização, participação e conhecimentos dos agricultores familiares 73
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 77
ARTIGO 3 80
REPERCUSSÕES DO PAA NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES 80
RESUMO 80
1 INTRODUÇÃO 80
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 82
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES 82
3.1 Perfil dos agricultores beneficiários do PAA, em Paula Cândido, MG 82
3.2 Aspectos gerais do produtor e da propriedade 85
3.3 Caracterização da produção dos agricultores do PAA 88
3.4 Entidades beneficiadas com a doação de alimentos pelo PAA 95
3.5 Componentes da reprodução social dos agricultores familiares 96
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 105
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 106
ARTIGO 4 109
UMA ANÁLISE SOBRE O EMPODERAMENTO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS APÓS A SUA INSERÇÃO NO PAA 109
RESUMO 109
ABSTRACT 109
1 INTRODUÇÃO 110
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 111
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES 111
3.1 Aspectos gerais do empoderamento 111

3.1.1 Dimensão social e política do empoderamento 117
3.1.2 O papel das redes sociais no processo de empoderamento familiar 119
3.1.3 Dimensão econômica do empoderamento..... 122
3.2 Percepções dos agricultores sobre os benefícios trazidos pelo PAA 124
3.3 Narrativa dos agricultores 127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 130
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 132
CONSIDERAÇÕES FINAIS 135
APÊNDICES 137
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (LÍDERES INSTITUCIONAIS)..... 138
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO (AGRICULTORES FAMILIARES) 141
APÊNDICE C – ENTREVISTA NARRATIVA 159
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... 160

LISTA DE FIGURAS

Página

ARTIGO 2

Figura 1 – Dendograma da classificação hierárquica descendente. 65

Figura 2 – Nuvem de palavras. 76

ARTIGO 3

Figura 1 – Estado civil dos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG 83

Figura 2 – Destinação da produção dos agricultores do PAA. Paula Cândido, MG..... 94

Figura 3 – Escolaridade dos agricultores entrevistados, antes e depois do PAA. Paula Cândido, MG..... 96

Figura 4 – Renda familiar dos agricultores, antes e depois do PAA. Paula Cândido, MG..... 98

Figura 5 – Demais fontes de renda dos agricultores do PAA. Paula Cândido, MG..... 99

Figura 6 – Aspectos relacionados ao lazer das famílias agricultoras, antes e depois do PAA. Paula Cândido, MG 104

ARTIGO 4

Figura 1 – Teste de associação livre (TALP) sobre empoderamento..... 112

Figura 2 – Percentual de participação dos agricultores em associação e/ou organização. Paula Cândido, MG 117

Figura 3 – Tipos de organização dos agricultores do PAA em %. Paula Cândido, MG..... 118

Figura 4 – Principais redes sociais evocadas pelos agricultores. Paula Cândido, MG.....118

LISTA DE TABELAS

Página

ARTIGO 1

Tabela 1 – Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos, no município de Paula Cândido, MG, no período de 2007 a 2017 58

ARTIGO 3

Tabela 1 – Relação dos agricultores entrevistados por sexo. Paula Cândido, MG 82

Tabela 2 – Composição étnico racial dos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG, 2017 84

Tabela 3 – Religião das famílias agricultoras. Paula Cândido, MG..... 84

Tabela 4 – Número de filhos por família agricultora. Paula Cândido, MG, 2017 84

Tabela 5 – Classificação das famílias agricultoras entrevistadas. Paula Cândido, MG, 2017 85

Tabela 6 – Prestadores de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Paula Cândido, MG 87

Tabela 7 – Tipo de vegetação presente nas propriedades. Paula Cândido, MG..... 88

Tabela 8 – Investimentos em qualidade da água e solo. Paula Cândido, MG..... 89

Tabela 9 – Tipos de tratos culturais. Paula Cândido, MG..... 90

Tabela 10 – Formas de plantio e condução dos cultivos. Paula Cândido, MG 90

Tabela 11 – Gêneros alimentícios comercializados via PAA. Paula Cândido, MG 92

Tabela 12 – Canais de comercialização acessados pelos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG 94

Tabela 13 – Relação das instituições e entidades beneficiadas pelo PAA. Paula Cândido, MG..... 95

Tabela 14 – Condições e modificações na moradia com o acesso ao PAA. Paula Cândido, MG..... 100

ARTIGO 4

Tabela 1 – Posse de bens de consumo dos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG 122

LISTA DE ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPR-ESTOQUE	Apoio à Formação de estoques
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB	Movimento dos atingidos por barragens
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SPSS	*Software Statistical Package for the Social Sciences*
SUS	Sistema único de Saúde
TALP	Teste de Associação Livre de Palavras

RESUMO

SOUZA, Ariane Figueredo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2018. **Programa de aquisição de alimentos em Paula Cândido, MG: Um mecanismo de empoderamento dos agricultores familiares?** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem surgido como grande expoente da temática da agricultura familiar por articular em uma mesma política pública ações que objetivam promover a segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de insegurança alimentar, bem como visa proporcionar aos agricultores familiares uma forma de comercialização da sua produção. Todavia, as informações sobre o programa, no que tange a verificação da sua contribuição para o empoderamento familiar são relativamente escassas. Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como mecanismo de empoderamento das famílias agricultoras fornecedoras. Mais especificamente, a pesquisa pretendeu responder aos seguintes questionamentos: Qual é o cenário evolutivo do PAA em Paula Cândido- MG, entre os anos de 2008 e 2017? Qual foi o papel e as percepções dos diferentes atores sociais envolvidos na implantação e execução do PAA? O PAA propiciou mudanças nas condições de produção e reprodução dos agricultores familiares e, por fim, o programa interferiu no processo de empoderamento das famílias agricultoras? Para o atendimento das questões mencionadas, optou-se pela abordagem metodológica quali-quantitativa, com caráter exploratório e explicativo, uma vez que este enfoque é fundamental para compreensão e clarificação da realidade do estudo. Para a coleta de dados utilizou-se os seguintes instrumentos: estudos bibliográficos e documentais, além do questionário e entrevista. No que se refere à análise dos dados coletados, para os dados qualitativos, foram utilizados o método de análise de conteúdo realizada com auxílio do *Software* Iramuteq, já os dados quantitativos foram analisados estatisticamente por meio do *Software* SPSS. Resultados evidenciaram que o PAA interferiu na vida dos agricultores familiares: ao proporcionar o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da criação dos canais de comercialização para o escoamento da sua produção; tendo sido fundamental para os agricultores fornecedores, por contribuir para o incremento da renda familiar, melhoria nos aspectos de produção, integração e manutenção das famílias na área rural, com qualidade de vida e

amadurecimento da organização da agricultura familiar. Além disso, o PAA contribuiu para mudanças tanto nos aspectos produtivos, quanto em alguns componentes referentes à reprodução social das famílias agricultoras, implicando em diferentes mudanças nas suas vidas, que vão desde o aumento das suas capacidades, acesso a informações, maior sociabilidade e participação social, sensação de bem-estar e, até mesmo, a sua independência e autonomia, que são fatores que influenciam diretamente no processo de empoderamento. O significado de empoderamento, na vida dos agricultores, remete-se a renda, liberdade e segurança, componentes que foram incorporados por meio do PAA. Entretanto, o programa apresenta algumas limitações que certamente influenciam a vida dos beneficiários fornecedores, exigindo o aperfeiçoamento do PAA, no que concerne a uma maior agilidade na liberação de recursos para que ocorra a continuidade dos projetos. Outra questão necessária para que haja uma maior eficácia do programa seria um processo de monitoramento e avaliação contínuo, de modo a identificar e reduzir os desvios e limitações, potencializando seus benefícios; além de uma maior integração com outras políticas sociais; ou seja, são necessários maiores investimentos, por parte do Governo, em serviços de educação, saúde e melhor distribuição de renda. Apesar das limitações e desafios identificados, considera-se que o PAA é uma política pública relevante para a categoria agricultura familiar, pelos benefícios ora relatados. Em suma, acredita-se que, o conhecimento gerado com este estudo, pode subsidiar o aperfeiçoamento do programa e, consequentemente, suscitar políticas públicas cada vez mais consistentes e efetivas, que possam de fato contribuir para melhoria da qualidade de vida, inclusão econômica e social; enfim, para o empoderamento dos indivíduos beneficiados.

ABSTRACT

SOUZA, Ariane Figueredo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2018. **Food Acquisition program in Paula Cândido, MG: A mechanism for empowering family farmers?** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

The Food Acquisition program has emerged as a great exponent in the family agriculture field for it articulates in a same public policy actions that aim to promote food and nutritional security for families in contexts of food insecurity and provides family farmers with a way to commercialize their production. Nevertheless, information about the program, referring to verification of its contribution to the family empowerment, is relatively scant. Thus, this study aimed to analyze the Food Acquisition Program (FAP), as a mechanism of the supplier farming families' empowerment. More specifically, the research sought to answer the following questions: what's the evolutive scenario of the FAP in Paula Cândido – MG, between the years of 2008 and 2017? What was the role and perceptions of the different social actors involved in the implementation and execution of the FAP? Did the FAP foster changes in the production and reproduction conditions of the farming families? And, lastly, did the program interfere in the process of empowerment of the farming families? In order to answer the foregoing questions, we chose the qualitative-quantitative methodological approach, with an explanatory and exploitative nature, since this type of approach is essential for the comprehension and clarification of the researched reality. For data collection, the following instruments were used: bibliographic and documentary studies, besides a questionnaire and interview. Regarding the analysis of the collected data, for the qualitative data, the content analysis method was carried out with help of the Iramuteq *Software,* while the quantitative data were statistically analyzed through the SPSS *Software*. The results indicated that the FAP interfered in the farming families' lives in the following ways: by providing the strengthening of family farming, through the creation of commercialization channels for the flow of their production, which has been crucial for the supplying farmers, since it contributes to the increase of the family income, to the improvement of production aspects, and to the integration and maintenance of the families in the rural area, with life quality and development of the family agriculture organization. Furthermore, the FAP contributed to changes both in the productive and in some components related to the social reproduction of farming families, suggesting different changes in their lives, which

range from the increase of their abilities, access to information, greater sociability and social participation, and sense of well-being, to their independence and autonomy, which are factors that influence directly the empowerment process. The meaning of empowerment in the life of farmers relates to income, freedom and security, components that have been incorporated through the FAP. However, the program has some limitations that certainly influence the life of the beneficiary suppliers, demanding the improvement of the FAP, regarding greater promptness in the release of resources for the permanence of the projects. Another issue needed in order to make the program more effective would be the establishment of a continuous monitoring and evaluation process, so that it becomes possible to identify and reduce deviations and limitations, maximizing the benefits; as well as greater integration with other social policies, that is, more government investment is necessary in the educational field, health service and better income distribution. Despite the limitations and challenges identified, the FAP is considered a relevant public policy to the family agriculture category, for the benefits that have been previously reported. In short, it is believed that the knowledge that has emerged from this study can support the betterment of the program and, consequently, raise increasingly consistent and effective public policies, which can truly contribute to the improvement of the quality of life, social and economical inclusion and, finally, to the empowerment of the beneficiaries.

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 Contextualização do problema

A expansão do sistema capitalista e o desenvolvimento econômico excludente e concentrador, levou a que o setor agrícola passasse por um processo de modernização, que privilegiou os segmentos mais capitalizados, em detrimento dos pequenos agricultores familiares, o que exigiu a formulação de políticas públicas, como mecanismos de redução da pobreza e do êxodo rural (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Nesse contexto emerge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é fruto de lutas e reivindicações travadas por movimentos sociais rurais desde a década de 1990. No entanto, sua institucionalização ocorreu somente em 2003, tendo o programa adquirido relevância em âmbito nacional e internacional, por articular em uma mesma política pública o fortalecimento da agricultura familiar, a construção de mercados para a comercialização de alimentos oriundos da sua produção e, ainda, a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias que se encontram em vulnerabilidade social e econômica, além de assegurar a formação de estoques estratégicos (GRISA et al., 2010, DIAS et al, 2013, GRISA; SCHNEIDER, 2014, GRISA; PORTO, 2015).

O programa possui dois tipos de beneficiários, os consumidores e os fornecedores. Os primeiros são aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar e que são atendidos pela rede socioassistencial. Os segundos são os agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, dentre outros. Frisa-se que esses últimos podem participar do programa tanto de forma individual quanto de forma coletiva, sendo que esta última forma de participação diz respeito aos beneficiários que estão organizados por meio de associações e/ou cooperativas (BRASIL, 2014).

Segundo Grisa et al. (2010) e Grisa e Porto (2015), o PAA tem resgatado produtos e práticas tradicionais, fato que causa impactos positivos para as famílias participantes, assim como para as comunidades nas quais estão inseridas, como, elevação da autoestima através da valorização de saberes populares; inclusão social e produtiva; incentivo a práticas alimentares saudáveis; fortalecimento da economia local; diversificação da produção, entre outros.

Desse modo, o programa busca articular a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-

fazer local, a diferenciação, as relações sociais, contrapondo-se ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital. O PAA, portanto, valoriza a agricultura familiar em sua plenitude de aspectos (ELLIS, 2000, GRISA; PORTO, 2015).

Quanto aos limites do programa, Grisa et al. (2010) alertam que ainda há pouca divulgação sobre o mesmo no que diz respeito aos seus objetivos e formas de operacionalização; existem, ainda, dificuldades dos produtores em atender as exigências documentais para a sua inserção no programa, a exemplo da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Outra limitação está associada ao fato de que os agricultores enfrentam problemas para a conservação e distribuição dos alimentos, o que, muitas vezes, desestimula sua inserção ao PAA. Ou seja, apesar do programa prever a inserção dos agricultores familiares mais vulneráveis, com o intuito de minimizar as vulnerabilidades vivenciadas por eles, são estes agricultores que mais carecem de infraestruturas adequadas para a conservação dos alimentos produzidos, bem como para o transporte dos mesmos até o seu destino.

Igualmente, ressalta-se a pouca divulgação sobre os mecanismos de participação social para o acompanhamento e monitoramento do Programa, a exemplo dos Conselhos, o que limita fortemente a verificação dos entraves na execução do mesmo; dificultando, assim, o seu aperfeiçoamento.

Nesse sentido, questiona-se sobre a eficácia do PAA, considerando se suas ações levam ao processo de empoderamento das famílias agricultoras por ele beneficiadas. O termo empoderamento deve ser entendido como um processo, por meio do qual o sujeito aumenta a eficácia do seu exercício de cidadania, em outras palavras, a pessoa se torna agente de sua vida, escolhendo e realizando suas ações de acordo com as oportunidades e capacidades que lhe são inerentes.

De acordo com Carl et al. (1992), citado por Santos (1999), a questão do empoderamento pode ser analisada sob diversas perspectivas inter-relacionadas, sendo que as mais recorrentes são: processo, sociedade, performance, percepção, filosofia e paradigma. A primeira se refere ao aumento das oportunidades colocadas a disposição das pessoas, de forma a aproveitarem as capacidades existentes e adquirirem novas experiências. A segunda diz respeito a forma de relação interpessoal, onde são avaliadas características, como: cooperação, proatividade, respeito, além da divisão de tarefas. A terceira

perspectiva, que compreende o empoderamento como performance, relaciona-se com as habilidades e conhecimentos adquiridos ou aperfeiçoados pelas pessoas. Isto significa dizer que essa perspectiva tem como foco as características comportamentais das pessoas, a exemplo da flexibilidade. A quarta perspectiva que é denominada como percepção se refere ao modo como as pessoas se percebem; ou seja, contempla características diversas, como: crenças, valores, força pessoal. Já a quinta perspectiva, enfoca o empoderamento como uma ideologia para aumentar e promover as competências dos indivíduos. A sexta e última definição, reporta-se ao empoderamento como paradigma, ou seja, um modelo que abarca elementos, como crescimento e desenvolvimento das capacidades das pessoas, promovendo um maior controle sobre vários aspectos da vida.

No contexto do Programa de Aquisição de Alimentos, dentre os diversos objetivos preconizados, destaca-se o fortalecimento da categoria agricultura familiar, a inclusão econômica e social das famílias agricultoras e o resgate de práticas tradicionais. Assim, apesar de não citar o termo empoderamento de modo explícito, infere-se que, a partir da contemplação desses objetivos, a condição de agente dos beneficiários pode ser estimulada e efetivada. Isto é, mesmo que de modo implícito, o PAA busca o desenvolvimento de seus beneficiários por meio da efetivação da sua condição de cidadão.

Desse modo, o que se pretendeu com a pesquisa foi analisar se após a inserção no programa, em função do cumprimento desses objetivos, as famílias agricultoras obtiveram substrato suficiente para iniciar seu processo de empoderamento e se tornarem agentes do próprio destino.

Ou seja, a pesquisa teve por objetivo analisar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos como vetor de empoderamento dos beneficiários fornecedores, tendo sido delimitado como público-alvo os agricultores fornecedores do programa que residem no município de Paula Cândido, MG, onde o programa se encontra institucionalizado desde 2008.

1.2 Justificativa e relevância do tema

A agricultura familiar vem adquirindo espaço relevante nas discussões a respeito do fornecimento de alimentos, bem como da segurança e da soberania alimentar no Brasil. Esses temas estão cada vez mais presentes na agenda pública, uma vez que, apesar da pobreza ter tido uma redução de 58,7%, no período de 2011 a 2014,

informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), citadas por Mello (2015), registram que 3,5 milhões de agricultores familiares estão no Cadastro Único para Programas Sociais, com 2,4 milhões sendo beneficiários do Programa Bolsa Família (69%); estando, portanto, em situação de pobreza, com renda *per capita* de até R$154,00 mensais. Em outras palavras, a partir dos dados anteriormente citados, é possível inferir que houve uma diminuição da pobreza, com melhorias pontuais. Mas, não se pode afirmar que houve uma redução da desigualdade social no País.

Segundo a referida autora, embora o Brasil tenha avançado nas políticas de combate à pobreza, como é o caso do PAA, é preciso que esses resultados sejam consolidados, como proposto no novo Programa de Oportunidades Estratégicas para o País (COSOP), que está norteando as operações do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), no Brasil, no período de 2016 a 2021.

Reconhece-se que as temáticas do reconhecimento da categoria agricultura familiar e da necessidade de seu fortalecimento são objeto de inúmeras discussões e pesquisas, dentre as quais o Programa de Aquisição de Alimentos tem surgido como grande expoente. Como exemplo, podem ser citados os estudos de Silva (2013) e Zani (2014), que analisaram o papel do PAA no fortalecimento da agricultura familiar e, ainda, pesquisas que avaliaram a importância do PAA para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de insegurança alimentar, como pode ser verificado nos estudos de Bragatto (2010) e Carvalho (2013).

Todavia, há uma escassez de análises quanto à contribuição do programa para o empoderamento das famílias agricultoras; ou seja, daquelas famílias diretamente responsáveis pela produção e fornecimento dos alimentos aos beneficiários consumidores. Apesar de existirem estudos sobre a relação entre PAA e empoderamento, como o de Azevedo (2012), esses estão restritos, em sua grande maioria, à análise do empoderamento feminino. Em sua pesquisa, Azevedo (2012) objetivou analisar se a mulher agricultora, inserida no PAA da cidade de Barbacena, MG, conseguiu se empoderar em função da ampliação da sua autonomia econômica e de um maior domínio da sua condição de cidadã. Essa hipótese foi refutada pela pesquisadora após a conclusão do seu estudo, onde foi demonstrado que as agricultoras barbacenenses pesquisadas não alcançaram o empoderamento público.

Por outro lado, a pesquisa de Andersson (2015) teve como um de seus objetivos específicos analisar, em que medida, o acesso das famílias rurais aos programas e políticas governamentais, principalmente aqueles com foco na agroecologia, modificam as

relações nos espaços rurais e contribuem para o seu empoderamento. A autora enfatizou que o acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, contribuiu de forma significativa para a emancipação e empoderamento daquelas mulheres que estão inseridas nos mesmos, uma vez que esta é uma forma de consolidação da comercialização de seus produtos e de garantia de renda. Esta conclusão foi obtida com os participantes da pesquisa residentes no município de São Lourenço do Sul (RS).

Todavia, nos outros dois municípios estudados pela autora, Arroio do Padre e Pelotas, RS, chegou-se à conclusão de que, apesar das mulheres buscarem seu empoderamento por meio do seu trabalho no âmbito da reprodução, este acontece de forma mais lenta, pois elas ainda encontram limitações quanto ao sistema de produção, bem como no que se refere à comercialização dos seus produtos.

Sendo assim, o ganho de conhecimento da pesquisa proposta concentra-se no fato de que a mesma se propôs analisar se a inserção das famílias agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos contribuiu para o seu empoderamento; ou seja, trata-se de uma análise mais ampla que as já existentes, pois se propôs ao estudo do empoderamento da família agricultora. Analisou-se se ocorreu o desenvolvimento e a expansão das capacidades dessas pessoas após sua inserção no PAA; isto é, se as famílias obtiveram condições para participarem ativamente das decisões que afetam as suas vidas. Nesse sentido, pressupõe-se que o empoderamento possa ocorrer na perspectiva de processo que, conforme Santos (1999), se refere ao aumento das oportunidades colocadas à disposição das pessoas, de forma a aproveitarem as capacidades existentes e adquirirem novas experiências.

Para a análise desse empoderamento, trabalhou-se com indicadores objetivos e subjetivos. Os indicadores objetivos foram baseados nos seguintes objetivos do programa: a) fortalecimento da agricultura familiar, em termos de autonomia econômica (trabalho, capacitação, renda, produção, mercado) e social (relações institucionais, envolvimento familiar, acesso à informação e participação; b) inclusão social, dimensionado pela qualidade de vida, considerando os domínios de vida proposto por Adams (2005), citados por Rosado (2011), que são: trabalho remunerado, renda familiar, saúde, lazer, educação, alimentação, moradia, religião, integração social, meio ambiente, família/amigos/vizinhos, bem-estar consigo mesmo; e c) resgate de práticas tradicionais, em termos de identificação e valorização.

Por outro lado, quanto aos indicadores subjetivos do empoderamento, examinou-se as narrativas dos agricultores, quanto às mudanças ocorridas em suas vidas, como um todo, derivados do PAA.

O estudo foi realizado com as famílias beneficiárias que residem no município de Paula Cândido, MG. A escolha desta cidade justifica-se pelo fato do programa se encontrar em estágio avançado de institucionalização no local. O processo de implementação foi iniciado no ano de 2008, e atualmente contempla 73 (setenta e três) famílias agricultoras. Além disso, o município é possuidor do Selo de Inspeção Municipal, fato que permite a comercialização de produtos de origem animal, visto que os de origem vegetal são de livre comércio. Assim, são entregues aos beneficiários do PAA produtos de origem tanto animal (ovos e frango) quanto vegetal (hortaliças e legumes), o que contribui de forma significativa para o alcance do objetivo de promoção da segurança alimentar e nutricional da população, bem como aumenta significativamente o espectro de produtores que podem fornecer seus cultivos ao PAA[1].

Desse modo, a pesquisa pode trazer informações relevantes para a construção do conhecimento relativo às inúmeras facetas que envolvem a eficácia de uma política pública, como a do PAA, principalmente, no que diz respeito ao processo de empoderamento das famílias agricultoras que estão inseridas nesse programa. Esse conhecimento servirá de subsídio para o aperfeiçoamento de programas, projetos e serviços destinados às populações beneficiárias e, consequentemente, poderá suscitar políticas públicas cada vez mais consistentes e adequadas à realidade dos agricultores, que possam de fato contribuir para melhoria da qualidade de vida das famílias e para a sua emancipação/ empoderamento.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), verificando se suas atividades contribuem para o empoderamento das famílias agricultoras fornecedoras.

[1] Dados fornecidos pela Emater-MG, escritório local de Paula Cândido, MG, em 6 de abril de 2017.

1.3.2 Objetivos específicos

- Examinar o cenário evolutivo do PAA, na cidade de Paula Cândido, MG, no período de 2008 a 2017.
- Caracterizar as representações sociais das lideranças institucionais sobre o PAA, em especial, com respeito às interferências do programa no empoderamento dos agricultores familiares.
- Identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, suas condições de produção e reprodução social, após a sua inserção no PAA.
- Analisar a eficácia do PAA, considerando suas repercussões no empoderamento das famílias agricultoras, após o seu acesso ao Programa.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A partir da definição dos objetivos específicos, estruturou-se a dissertação em 4 artigos, conforme apresentado a seguir.

Artigo 1: Cenário evolutivo do Programa de Aquisição de Alimentos, Paula Cândido, MG.

Com esse artigo objetivou-se caracterizar o cenário evolutivo do Programa de Aquisição de Alimentos, no município de Paula Cândido, MG, fazendo uso da pesquisa bibliográfica e documental.

Artigo 2: Representações sociais das lideranças institucionais sobre o PAA: Uma análise lexicográfica.

O artigo 2 buscou examinar o papel e as percepções dos diferentes atores sociais envolvidos na implantação e execução do PAA, no município de Paula Cândido, MG, em especial, identificar as interferências do programa no empoderamento dos agricultores familiares.

Artigo 3: Repercussões do PAA nas condições de produção e reprodução social dos agricultores familiares.

Este artigo tem como objetivo identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de

Paula Cândido, MG, bem como compreender suas condições de produção e reprodução social, após a sua inserção no programa.

Artigo 4: Uma análise sobre o empoderamento das famílias agricultoras após a sua inserção no PAA.

O artigo 4 tem como objetivo analisar a eficácia do PAA, em termos de suas repercussões no empoderamento das famílias agricultoras beneficiadas pelo programa.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 Políticas públicas para a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Antes de adentrar o foco do presente estudo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), faz-se importante resgatar e apresentar o histórico das políticas públicas destinadas à agricultura familiar no Brasil. Grisa e Schneider (2014) apresentam os subsídios que possibilitam uma melhor compreensão sobre a constituição dessas políticas. Para os autores são três as gerações de políticas públicas direcionadas para a categoria, quais sejam: políticas com o viés agrícola e agrário; políticas sociais e assistenciais; e, por fim, políticas voltadas para a construção de mercados para a agricultura familiar e para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) das famílias em situação de vulnerabilidade social.

A primeira geração de política pública foi denominada pelos referidos autores, como uma política com um viés essencialmente agrícola e agrário, visto que o Estado "atuou como agente produtivo por meio da criação de infraestruturas estatais; agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; articulador de capitais privados nacionais e internacionais [...]". (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 128)

Destaca-se que essa política privilegiava os médios e grandes produtores, sobretudo, dos estados Sul e Sudeste e, além disso, abarcava somente aqueles produtos que eram alvo de exportação, como café e soja. Cenário que, como poderá ser visualizado mais adiante, foi substancialmente alterado, principalmente, em função do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Wagner e Geblen (2015) também contribuem para o entendimento da trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. De acordo com os autores, antes de década de 1960, os pequenos agricultores eram reconhecidos como um impeditivo para o desenvolvimento econômico do País, cujo foco eram as exportações e importações, estando esses produtores atrelados a um modelo de produção considerado atrasado e ineficiente comparativamente à modernização e competitividade exigida pelo mercado externo.

Essa estrutura de política agrícola e agrária apresentou um declínio na década de 1960, por diversos motivos, dentre eles, pode-se destacar: o aumento da inflação e a dificuldade no abastecimento alimentar interno. Tudo isso, culminou em outras duas novas propostas de política pública. A primeira delas, que era defendida por acadêmicos, políticos e movimentos sociais, salientava a necessidade de reformas de base, mais especificamente, defendia a reforma agrária. A segunda, sustentada pelas elites agrárias e militares, apregoava a necessidade de uma modernização da agricultura (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Pereira (2012) corrobora com essa afirmação ao relatar que a política de desenvolvimento preocupava-se somente com a incorporação tecnológica, deixando de lado as demandas sociais e estruturais, a exemplo da reforma agrária, o que contribuiu para a dependência dos pequenos agricultores às grandes corporações, com consequente aumento da sua vulnerabilidade.

Desse modo, pode-se afirmar que as ações do Estado eram pautadas em uma lógica modernizante, cujas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por ações que objetivavam especialmente o crescimento econômico do país, o que contribuiu para o aumento da exclusão dos pequenos produtores e para a priorização dos agricultores mais capitalizados, já que esses eram considerados os únicos com potencial para elevar o setor produtivo brasileiro. Tudo isso, contribuiu para o aumento da vulnerabilidade social dos agricultores menos capitalizados (WAGNER; GEBLEN, 2015).

Esse referencial de política perdurou por anos e, no final da década de 1970, houve uma mudança de postura dos representantes da agricultura familiar em relação ao seu papel. Nesse contexto, destaca-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que exigiu do Estado, em plena ditadura militar, mais precisamente em 1979, a reforma agrária e políticas públicas que atendessem especificamente às necessidades dos pequenos agricultores, que, até então, ficaram a margem das ações estatais.

A partir da década de 1980, em função do período de redemocratização, os movimentos sociais, compostos por diferentes atores sociais (Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros, ganham maior visibilidade. Em virtude disso, conseguem demonstrar a necessidade de investimentos estatais específicos nos pequenos produtores rurais.

> Ainda que com objetivos ou ênfases distintas, as ações destes atores sociais tornaram visíveis as precárias condições de reprodução social dos pequenos produtores e, cada vez mais, reclamaram a intervenção do Estado na construção de políticas públicas adequadas às suas particularidades, destacando-se a reforma agrária e o crédito rural. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 130)

Logo, diversas organizações de representantes dos agricultores familiares, no contexto da democratização, mudaram a sua postura perante o Estado, deixando de lado a postura conformada e conciliadora que foi imposta pelo período ditatorial, passando a participar ativamente das arenas públicas, influenciando nas decisões sobre as políticas que lhes eram destinadas.

Um ganho que merece destaque, foi a incorporação de algumas de suas demandas na Lei agrícola, promulgada em 1991, sendo a mais emblemática o reconhecimento da diversidade existente entre os agricultores, fato que reforçou a necessidade de criação de políticas que atendessem as singularidades dos pequenos produtores. Mas, apesar dessa conquista, na maioria das vezes, ainda sobressaiam os interesses dos grandes produtores.

Mattei (2016) também demonstra a importância desse protagonismo dos atores políticos no meio rural. Para este autor, as duas últimas décadas do século XX são marcadas por um processo de organização e luta dos trabalhadores rurais, cujo foco era a reivindicação para a efetivação de seus direitos por meio da criação de políticas públicas que contemplassem a diversidade de agricultores existente no meio rural do país.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, ocorreu grande alteração da postura do Estado na esfera econômica, pautando suas decisões político-econômicas pelo viés neoliberal, reduzindo de forma significativa os investimentos nas políticas agrícolas, destacando ainda mais as fragilidades sociais vivenciadas pelos agricultores familiares. Isto é, as medidas acima "ameaçaram as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar, a qual já havia sido afetada pelas consequências da modernização da agricultura" (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 131).

No entanto, esses acontecimentos negativos serviram para fortalecer a luta dos movimentos sociais que reivindicavam do Estado o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar, como categoria crucial para o desenvolvimento. Dentre os vários ganhos obtidos com as lutas travadas pelos movimentos sociais, cabe destacar a definição do conceito de pequeno produtor, que balizaria a construção de políticas públicas para a categoria social; a criação do PRONAF, em 1996, política pública voltada, particularmente, para os agricultores familiares proporcionando-lhes, por exemplo, o acesso ao crédito e o auxílio a comercialização, fato que, posteriormente, incitou a criação de outros programas.

A segunda geração de políticas públicas, conforme Grisa e Schneider (2014) focou no social e no assistencial, tendo como pano de fundo o combate à pobreza rural. Neste contexto, foram elaboradas diversas ações com o intuito de minimizar as mazelas sofridas pela população vulnerável, a exemplo do Programa Comunidade Solidária, que propunha ações para atender as diferentes manifestações da pobreza; ou seja, ações que visassem o apoio a educação, alimentação, habitação, qualificação profissional, entre outras.

Mas, essas mudanças não ocorreram sem conflitos, uma vez que as organizações representativas dos agricultores familiares exigiam a dissociação entre o PRONAF e os programas assistenciais, pois temiam que houvesse uma mistura entre esses programas de modo que os objetivos previstos com a criação do PRONAF fossem perdidos. Logo, o que os representantes da agricultura familiar buscavam era o entendimento do governo sobre a importância do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Cabe salientar, conforme apontam Grisa e Schneider (2014), que, no segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002), diversas ações assistenciais foram elaboradas e implantadas, a exemplo do Programa Bolsa Escola e Auxílio Gás[2]. Isto reforçou o viés desta segunda geração de política que objetivava a redução da pobreza rural, promovendo políticas sociais e assistenciais para atender as mais diversificadas vulnerabilidades enfrentadas por essa população. Já no governo do Presidente Lula (2003 a 2010), outras ações, com esse mesmo enfoque, foram implementadas, como, o Programa de Habitação Rural (PHR), em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008, além do emblemático Programa Bolsa Família.

[2] Conforme declarado na Lei nº 10.836/2004, os programas Bolsa Escola e Auxílio Gás foram unificados e transformados no Programa Bolsa Família.

Todavia, segundo Grisa e Schneider (2014), a mudança política trazida pelo Governo Lula alterou de forma significativa as relações entre estado e sociedade civil, possibilitando a esses últimos maiores chances de participação na elaboração e implementação das políticas públicas. Assim, nesse contexto, se efetivaram as ideias defendidas por diversos atores sociais, entre eles, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que, desde os anos 1990, tem dado centralidade as questões da fome e da segurança alimentar, com destaque para o Projeto Fome Zero [3]como ícone dessas mudanças.

Do Projeto Fome Zero emergiram diversos programas, entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos, que objetiva atender, concomitantemente, a duas necessidades fundamentais, a abertura de mercados para a agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias vulneráveis.

Ademais, a partir de 2003, devem ser destacadas outras importantes conquistas, como, a implantação da Lei nº 11.326/2006 e da Lei nº 11.947/2009. A primeira estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A segunda dispõe sobre a alimentação escolar, onde consta que, no mínimo, 30% dos recursos destinados a aquisição de alimentos para a merenda escolar devam ser adquiridos dos agricultores familiares, fato que proporciona o fortalecimento da agricultura familiar (DIAS et al., 2013, GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Neste contexto, segundo Grisa e Schneider (2014), surge a terceira geração de políticas para a agricultura familiar, a construção de um referencial pautado pela criação de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Iniciada sob o efeito de mudanças políticas implementada pelo então Presidente Lula, com o apoio de vários partidos e movimentos sociais, promove assim um ambiente propício para institucionalização de ideias e reivindicações ligadas ao tema da segurança alimentar e nutricional e da agricultura familiar.

É mister salientar que ainda hoje permanecem ativos os três referenciais de políticas públicas aqui citados, sendo que este último tem tido maior destaque tanto nacional como internacionalmente, em grande medida, em função do PAA.

---

[3] Projeto Fome Zero foi um programa implantado no primeiro mandato do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja proposta principal era combater a fome por meio da criação de programas que promovessem a segurança alimentar das pessoas em situação de exclusão econômica e social no Brasil.

Feita a passagem histórica, econômica, política e social pela origem das políticas públicas para a agricultura brasileira, passa-se a seguir a descrição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), seus principais objetivos, bem como suas potencialidades e limites.

Conforme Grisa (2009) e Grisa et al. (2010), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é fruto das lutas e reivindicações travadas pelos movimentos sociais que, desde os anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, vêm demonstrando a necessidade de uma política pública que contemplasse as particularidades dos agricultores familiares, a exemplo da garantia de comercialização para os seus produtos e, ao mesmo tempo, um política que atendesse aquelas famílias que se encontravam em situação de insegurança alimentar.

Nesse contexto, o Programa foi elaborado como uma das ações que compõe o Projeto Fome Zero, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003. Todavia, cabe ressaltar que esta lei foi alterada posteriormente pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Sendo assim, o PAA foi regulamentado por diversos decretos, sendo que, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

O PAA é desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sendo suas diretrizes definidas por um Grupo Gestor composto por cinco Ministérios, quais sejam, Desenvolvimento Social; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda e Educação (BRASIL, 2018).

A execução do PAA envolve a participação de diferentes atores sociais; isto é, para a operacionalização do mesmo, além do grupo gestor citado anteriormente, existem os "gestores executores e os gestores locais", que, embora tenham papeis distintos, fazem parte de uma mesma rede, como pontua Grisa (2009, p.11):

> Na sua estrutura organizacional, o PAA comporta um grupo gestor [...] responsável por definir as medidas necessárias à execução do Programa [...] Além do Grupo Gestor, há os "gestores executores" do Programa que são os Estados, os municípios e a CONAB, e os "gestores locais" que são as organizações formadas pelos agricultores familiares (cooperativas, associações, sindicatos etc.) e entidade socioassistenciais.

Grisa e Porto (2015) asseguram que o PAA adquiriu relevância em âmbito nacional e internacional por articular em uma mesma política pública o fortalecimento da agricultura familiar, a construção de mercados para a comercialização de alimentos

oriundos da sua produção e, ainda, a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Os autores destacam que as primeiras iniciativas governamentais, em mercados institucionais, privilegiavam os médios e grandes produtores, pois os pequenos produtores eram considerados como "atrasados", uma vez que não possuíam maquinários e tecnologias para acelerar a sua produção. Logo, os pequenos produtores não tinham vantagem competitiva em relação aos médios e grandes produtores. Ressalta-se que essa visão sobre os pequenos produtores perdurou por muitos anos e as políticas governamentais direcionadas para esse público somente tiveram uma nova roupagem, em 1996, com a criação do PRONAF e, posteriormente, um salto foi dado em 2003, quando entra em cena um conjunto de outras políticas como, por exemplo, o PAA.

Segundo Campos e Bianchini (2014), o PAA promove o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos com qualidade e regularidade, bem como proporciona a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Destaca-se por incitar a diversificação da produção na medida em que conecta a oferta com uma demanda diversificada. Martins e Cavalcanti (2007) acrescentam que diferentes avaliações do Programa ressaltam que muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais que, até então, eram desconhecidos em seu valor comercial.

Ademais, outra novidade trazida pelo PAA foi à dispensa de licitação, facilitando o acesso dos agricultores ao mercado. Esta mudança representa um ganho expressivo para a categoria social, visto que os processos licitatórios acabavam não contemplando os pequenos produtores que, na maioria das vezes, não possuíam condições de atender a burocracia inerente a esses processos.

Para atender aos diversos objetivos propostos com a criação do PAA, atualmente, o programa encontra-se organizado em cinco modalidades, quais sejam: Compra com doação simultânea; Compra direta; Formação de estoques; PAA leite; Compra institucional e possui as seguintes finalidades:

> A Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A Compra Direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Apoio à Formação de Estoques tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses

> alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público. O PAA Leite tem como finalidade contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares. A Modalidade Compra Institucional foi uma inovação do Decreto nº 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. (BRASIL, MDS, CARTILHA PAA, 2012).

Apesar de contemplar uma diversidade de beneficiários, os agricultores familiares têm sido o maior público inserido no Programa, uma vez que são o principal alvo do mesmo. Conforme ressaltam Grisa et al. (2010), a partir dos dados disponibilizados pela CONAB:

> [...] do conjunto total de agricultores que acessaram o PAA em 2009, 89,73% foram classificados como agricultores familiares, 7,68% assentados da reforma agrária, 1,10% pescadores artesanais, 0,85% agroextrativistas, 0,32% quilombolas, 0,16% indígenas e 0,15% trabalhadores sem-terra [...]. (GRISA et al., 2010, p.143)

Diante do descrito, acrescenta-se que, para participar do PAA, de forma individual ou coletiva, os agricultores precisam obter Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Esse documento deve ser adquirido junto a entidades e órgãos públicos autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), como: Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre outros. Salienta-se que para a adesão ao referido Programa a DAP precisa estar ativa, sendo que o prazo de validade desta é de três anos.[4]

Outro destaque referente a inovações trazidas pelo PAA é sobre o resgate de produtos e práticas tradicionais trazendo significativos impactos para as famílias, assim como para as comunidades, a saber: elevação da autoestima das famílias através da valorização de saberes populares; inclusão social e produtiva; incentivo a práticas alimentares saudáveis; fortalecimento da economia local; diversificação da produção, dentre outros (GRISA, 2009, GRISA et al., 2010, GRISA; PORTO, 2015).

Nesse sentido, como ressalta Ellis (2000), a diversificação da produção agrícola e das fontes de renda reduz o efeito de uma quebra de rendimento de um cultivo na

[4] As informações sobre a DAP podem ser encontradas no seguinte endereço: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/faq>.

medida em que dilui o impacto em outras possíveis rendas; diminui a inconstância de rendas intra e inter-anos e o efeito da sazonalidade e, ainda, o impacto dos riscos climaticos, financeiros e outras tensões. Além disso, a diversificação pode ser vista como fortalecedora da autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar.

Importante destacar que o PAA incentiva também a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, apoiando sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade e aproveitamento dos recursos locais. Como exemplo, tem-se a Resolução nº 08/2003, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, que dispõe sobre a aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar, em conformidade com o Programa de Aquisição de Alimentos, conforme artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (BRASIL, 2014).

Também corroboram com esta questão os autores Grisa et al. (2010) e Grisa e Porto (2015), ao relatarem que o programa estimula a produção agroecológica e orgânica por meio de incentivos financeiros extras; ou seja, aqueles agricultores que trabalham com produções deste tipo conseguem comercializar os seus alimentos com um sobre preço de até 30%.

Na visão de Triches e Froehlich (2008), o PAA tem contribuído ainda para reconectar o consumo à produção, detalhando:

> como ponto comum em todas as experiências, aparece o diálogo entre os atores, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores através da proximidade, constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico. Na fala dos produtores há a necessidade de abastecer o mercado de merenda escolar com produtos de qualidade, já na fala dos consumidores, há a necessidade de auxiliar os pequenos agricultores locais, para que possam obter seu sustento. Na verdade, um incorpora à sua necessidade a necessidade do outro (TRICHES; FROEHLICH, 2008. p. 18).

Desse modo, o PAA articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, a diferenciação, as relações sociais; contrapondo-se, portanto, ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (TRICHES; FROEHLICH, 2008. p. 19). Isto é, valoriza a agricultura familiar em sua plenitude de aspectos.

Grisa e Porto (2015) assinalam que o PAA apresenta importantes contribuições para o desenvolvimento rural, dentre as quais convêm destacar: empenha-se em ajustar-se às disparidades existentes entre os agricultores familiares; objetiva incluir no programa aqueles agricultores que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica; esforça-se em ser elemento impulsionador da permanência das famílias no meio rural com qualidade de vida; preocupa-se com o resgate e fortalecimento de práticas tradicionais; contribui com o aumento da visibilidade dos trabalhos realizados por catadoras de mangaba, pescadores artesanais, quilombolas entre outros, que são atores que estiveram à margem da sociedade por um longo período; e, ainda, incentiva uma produção "mais limpa", que não agrida o meio ambiente.

Apesar das potencialidades citadas, os mesmos autores alegam que, ainda existe uma dificuldade dos agricultores para se adequarem às exigências impostas pelos órgãos de fiscalização, por exemplo, as normas prescritas pela vigilância sanitária. Além disso, a burocratização para a adesão e permanência no PAA é ainda um desafio a ser superado.

Nesse mesmo sentido, corroboram Grisa et al. (2010), apontando as potencialidades e limites inerentes ao PAA. Dentre os benefícios citados convêm destacar os seguintes: possibilidade de comercialização da produção dos agricultores com maiores chances de lucro, uma vez que dispensa a mediação do "atravessador" para o escoamento da sua produção, o que é feito de forma direta entre produtores e consumidores e, ao mesmo tempo, estimula o respeito e a confiança entre quem produz e quem consome por meio dessa proximidade proporcionada pelo programa.

Outrossim, o programa tem possibilitado melhoria na alimentação escolar em termos de quantidade e qualidade, o que tem influenciado na assiduidade dos alunos, bem como tem contribuído para a elevação do rendimento escolar dos mesmos e, ao mesmo tempo, influencia na melhoria da alimentação familiar, uma vez que os alunos solicitam em casa a mesma alimentação que possuem na escola (GRISA et al., 2010).

Os referidos autores afirmam também que o PAA contribui, ainda, para a garantia de comercialização e elevação dos preços dos produtos, fatores que influenciam diretamente para a permanência das famílias em suas propriedades e para a sua emancipação. Dessa forma, o programa promove o resgate e fortalecimento da autoestima e segurança de seus membros, esses que, muitas vezes, tinham que abandonar seus lares em busca de trabalhos para sustentar as suas famílias.

Embora existam limitações do programa em termos de conservação e distribuição dos produtos, além de limitada participação e controle social, isto não diminui a sua relevância e amplitude, ao contrário, as suas potencialidades superam os seus desafios. Dito isso, considera-se mister ressaltar que esse Programa contribui diretamente para o desenvolvimento local. Essa afirmação é apresentada por Grisa (2009) ao analisar o referido Programa com base nos cinco ativos capitais concebidos por Bebbington (1999) e concluir que o PAA apresenta interfaces, sobretudo, com três desses ativos quais sejam: o capital natural, cultural e social.

De acordo com Bebbington (1999), citado por Grisa (2009), para que as ações de redução e/ou combate a pobreza, bem como estratégias de desenvolvimento local tenham efetividade, é imprescindível que as famílias e comunidades tenham acesso aos ativos de capital: O natural, humano, social, produzido e cultural. Caso contrário, todas as ações com o objetivo de minimizar as mazelas sofridas pela população vulnerável serão fadadas ao fracasso, pois "os ativos de capital tornam-se a base do poder do agente para agir e/ou para reproduzir, desafiar, propor ou mudar as regras que governam o controle, o uso e a transformação dos recursos" (BEBBINGTON, 1999 apud GRISA, 2009, p. 7).

Cabe, portanto, afirmar que, apesar de apresentar algumas fragilidades, o PAA é de extrema importância para os agricultores familiares e suas comunidades, podendo contribuir substancialmente para a melhoria das suas condições de vida. Para tanto, é necessário que o monitoramento e a avaliação do programa sejam realizados constantemente, de modo que as falhas que se apresentarem no processo possam ser corrigidas; suscitando, assim, o aperfeiçoamento do programa.

2.2 A categoria social agricultura familiar

A construção da categoria agricultura familiar não se deu sem conflitos e ainda hoje permanecem discussões e divergências de ideias sobre essa categoria. No entanto, cabe aqui descrever como foi o processo de construção e propagação desta identidade, uma vez que os agricultores familiares constituem o público-alvo do programa, objeto de estudo da presente pesquisa.

Segundo Picolotto (2014), a construção da categoria agricultura familiar foi desenvolvida por sujeitos diversos e com diferentes interesses, quais sejam: acadêmicos, Estado e organizações representantes dos agricultores de modo geral, o que reforça a

ideia expressa anteriormente de não homogeneidade de interesses e nem tão pouco de passividade para essa oficialização.

O referido autor destaca que o reconhecimento da agricultura familiar no país tem se dado de três formas, a saber: pelo aumento de sua importância política que foi estimulada pelos atores que eram seus representantes, a exemplo da formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Por outro lado, tem-se o reconhecimento institucional, que foi fortalecido pela elaboração e implantação de políticas e programas para esse público, assim como pela criação da Lei da Agricultura Familiar, conforme mencionado anteriormente. E, por fim, pelo empenho em reverter as valorações negativas para valorações positivas; ou seja, os agricultores que eram considerados atrasados e ineficientes passam a ser enxergados como modernos e eficientes.

A agricultura de base familiar, por um longo período, ficou à margem das ações estatais, conforme demonstrado no tópico anterior. Essa categoria era considerada "atrasada" e as funções desempenhadas pelos agricultores eram apontadas como complementares. Isto é, esses atores sociais estiveram invisíveis para o Estado e a sociedade civil por muitas décadas, sendo por muito tempo denominados por adjetivos que os estigmatizavam, como: pequenos produtores, inadaptados, ineficientes (PICOLOTTO, 2014).

Desse modo, as condições de vida dos pequenos agricultores e suas famílias eram precárias, com inúmeras limitações, pois não tinham ordenamento legal sobre a terra e a possibilidade de comercialização dos seus produtos era mínima, uma vez que os pequenos agricultores não possuíam vantagem competitiva em relação aos médios e grandes produtores. Além disso, não tinham acesso às tecnologias e maquinários avançados, o que reforçava a ideia de inadaptados ou atrasados. E, por fim, não possuíam acesso a crédito, o que impedia melhorias no seu modo de produção (QUEIROZ, 2009).

De acordo com Graziano da Silva, a modernização da agricultura imposta pela lógica mercantil americana implicou no aumento da desigualdade social no campo, já que essas inovações tecnológicas não eram acessíveis a todos os segmentos de agricultores. Isto significa dizer que essa modernização privilegiou aqueles agricultores mais capitalizados e excluiu ainda mais aqueles pequenos produtores que não eram considerados modernos, principalmente, por não possuírem os recursos que atendessem as exigências atreladas à lógica capitalista (NETTO; MELO; MAIA, 2010).

Essa visão é compartilhada por Picolotto (2014), ao afirmar que a agricultura familiar de pequeno porte, historicamente, foi marcada por desprivilégios nos âmbitos políticos, sociais e econômicos, como relatado a seguir:

> Essa situação de precariedade, na maioria das vezes, limitou a constituição de uma categoria de agricultores centrados no trabalho familiar que pudesse fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários e suas organizações. Nesse sentido, além dos agricultores de base familiar terem sido desprivilegiados no que concerne ao acesso à terra, ao crédito público e às técnicas modernas, também tiveram grandes dificuldades para construir forças políticas autônomas que pudessem desafiar os grandes proprietários e o modelo de agricultura dominante. (PICOLOTTO, 2014, p. 66-67).

Na perspectiva do referido autor, foi através de debates travados pelos diferentes atores (acadêmicos, movimentos sociais rurais), em fins da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, que os pequenos produtores passaram a ser reconhecidos oficialmente enquanto categoria social, denominados como agricultores familiares. Para teóricos, como Abramovay (1998), a agricultura de base familiar não deve ser reconhecida enquanto categoria atrasada, nem tão pouco deve ser vista como constituída somente por sujeitos produtores, pelo contrário, a concepção que este autor possui dessa categoria é mais ampla, pois considera que a agricultura familiar possui vantagens econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Para o referido autor, a agricultura de base familiar é responsável pela única atividade econômica onde a gestão da produção e a mão de obra devem ser, majoritariamente, provenientes de pessoas que mantêm vínculos de parentesco. Entretanto, diferentemente do que se propagou, a agricultura familiar e a pequena produção não devem ser consideradas como sinônimos, justamente pelas diferenças sociais, econômicas e culturais existentes em cada região do País, o que desmistifica também a associação direta existente entre pobreza e agricultura familiar.

Sendo assim, a tese de Abramovay é a de que a agricultura familiar não deve ser compreendida como agricultura de pequena produção ou de sobrevivência, ao contrário do que se difundiu, deve ser entendida como categoria crucial para o desenvolvimento não somente territorial, mas do país como um todo. Nesse mesmo sentido, este autor salienta que "uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa" (ABRAMOVAY, 1998, p. 22).

Em contrapartida, Picolotto (2014) apresenta informações acerca de estudos coordenados por Lamarche (1998), onde chegou-se à conclusão de que as unidades de produção familiar não são pertencentes somente aos agricultores familiares que se adaptam às exigências do mundo moderno, mas, também, os camponeses devem considerados como produtores familiares, mesmo mantendo o seu modo simples de produção. Segundo a autora, o que essas produções de base familiar têm em comum é justamente a gestão e produção feita pela família.

Diante do descrito, pode-se inferir sobre a diversidade de sujeitos e tipos de produção que estão inseridos no meio rural e generalizá-los pode ser um grande equívoco. Lamarche (1998), apud Picolotto (2014), assinala como resultado de suas pesquisas quatro modelos distintos de produção familiar, são eles: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna; sendo que, no Brasil, predominam os dois últimos modelos.

Nesse sentido, segundo Abramovay (1998), o que diferencia o agricultor familiar do camponês é principalmente a sua integração ao mercado e a incorporação de tecnologias, tendo como característica comum a unidade de produção de base predominantemente familiar. Wanderlay (1999), por sua vez, ressalta que o agricultor familiar não é uma categoria nova no meio rural. Ou seja, para ela, a sua origem é camponesa ainda que com novos elementos agregados ao seu modo de produzir e gerir o trabalho.

Picolotto (2014) contribui ainda com outros elementos que foram cruciais para a definição e oficialização da categoria agricultura familiar. Segundo o autor, um estudo realizado nas cinco regiões brasileiras, no ano de 1994, pela FAO/INCRA evidenciou a necessidade de clarificação dos tipos de estabelecimentos agropecuários brasileiros, dando origem aos seguintes modelos: modelo patronal e modelo familiar, sendo que este último foi subdividido em três tipos e tamanhos que diferenciaram as suas unidades produtivas, conforme expõe Picolotto (2014, p. 71):

> No interior do modelo familiar foi feita ainda uma classificação em três tipos de unidades familiares de produção, a saber: familiar "consolidada" (com área de terra média de 50 ha); em "transição" (com área média de 8 ha); e “periférica” (com área média de 2 ha).

Esse documento trazia também a indicação de que, para a elaboração de políticas públicas, deveriam ser priorizadas as unidades de produção familiares em transição; pois, conforme constava no documento, aqueles agricultores caracterizados como

consolidados não precisariam estar angariados por políticas públicas, justamente pelo fato de já se encontrarem estabilizados. Já as unidades agricultoras classificadas como "periféricas" careceriam de políticas sociais de combate à pobreza e não de outro de tipo de política. Sendo importante destacar que o principal programa voltado para a agricultura familiar no Brasil, PRONAF, considerou como público-alvo as unidades familiares em transição, conforme sugestão oriunda do estudo FAO/INCRA.

Apesar de sempre ter sido categoria crucial para o desenvolvimento econômico do País, a agricultura familiar somente ganhou expressividade recentemente principalmente em função dos Programas destinados a esse público, a exemplo do PRONAF, PAA e PNAE. Segundo Abramovay (1998), ao instituir políticas deste tipo, o interesse do Estado não é somente em responder às demandas de movimentos sociais rurais, mas principalmente o de garantir o progresso econômico do país; conforme pode ser verificado na passagem a seguir:

> O Estado previdenciário agrícola não consiste apenas na contemplação dos problemas sociais ligados ao desenvolvimento agrícola. Além da administração do êxodo rural, das políticas de ocupação do território e da formação profissional, o Estado acaba por responder pela própria formação da renda do setor (ABRAMOVAY, 1998, p. 210).

A luta travada pelos movimentos sociais rurais tem grande relevância para a mudança de postura do Estado em relação a agricultura de base familiar, que deixa de ser considerada como atrasada e irrelevante, passando a ser compreendida como impulsionadora do desenvolvimento econômico e social do país, principalmente, por sua expressiva produção de alimentos.

Embora tenha sido importante a união dos sindicatos sociais rurais no debate e luta pelo reconhecimento das necessidades particulares da categoria, ela também foi vista como algo complicado justamente por unificar em um mesmo sindicato trabalhadores rurais com propriedades e interesses totalmente divergentes. Logo, os conflitos de ideias e interesses se tornam ainda mais visíveis, culminando em novas lutas para o reconhecimento de cada categoria em função da sua especificidade.

Diante do que foi anteriormente explicitado, considera-se importante apresentar alguns marcos legais que oficializaram e fortaleceram a "nova categoria", designada como agricultura familiar, compreendida como aquela que é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora do trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLAY, 1999).

Picolotto (2014) ressalta que, no ano de 1996, foi criado Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse programa é a principal política voltada para os agricultores familiares, e parece ser um consenso de que ela foi oriunda do reconhecimento por parte do Estado das reivindicações feitas pelos movimentos sociais rurais que exigiam o reconhecimento das singularidades dos agricultores familiares. Ainda no governo do presidente Lula este programa continuou a ser a principal política direcionada a essa categoria.

Outra conquista foi a criação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, considerando agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família, com renda familiar originada dessas atividades e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, conforme dispõe a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 3º.

Nesse contexto, destaca-se o objeto de estudo deste trabalho, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003. Como já foi mencionado, esse programa tem estimulado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares; sendo que as evidências apontam que a presença das mulheres no programa tem permitido o aumento da variedade de produtos em nível nacional, com semelhanças e recorrências, mas também com variações que refletem a cultura e as potencialidades de produção de cada região (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2013). Além disso, o programa tem sido responsável por restaurar a policultura característica de um "modo de vida camponês" (ZIMMERMANN; FERREIRA, 2008, p. 63).

Pandolfo (2008) ressalta também que o PAA tem contribuído para a garantia de comercialização, alteração da matriz de produção e consumo e fortalecimento de suas organizações. Como observam muitos estudos, isto tem provocado alterações na auto-estima dos agricultores e suas famílias, os quais se sentem estimulados à produção agro-pecuária. Logo, o Programa pode ser considerado uma relevante política pública de incentivo à agricultura familiar e promoção do crescimento da produção e, consequentemente, com capacidade para promover o acesso à alimentação saudável e apropriada para os indivíduos vulneráveis.

Por fim, sabendo da relevância que o PAA representa para as famílias agricultoras, contribuindo para o seu reconhecimento e fortalecimento, é necessário fazer um alerta: para o delineamento de qualquer política pública ou social, é imprescindível que

se leve em consideração as aspirações e opiniões do público para o qual elas serão destinadas. Isto posto, infere-se que a representação social dos executores e beneficiários é fundamental para o delineamento de qualquer política pública, tema que será abordado no próximo tópico deste trabalho.

2.3 A teoria das representações sociais

A teoria das representações sociais (RS) foi preconizada por Moscovici, psicólogo social, que teve como ponto de partida, para a elaboração da sua fundamentação teórica, a teoria de representações coletivas desenvolvida por Durkheim, que possui uma visão global das representações, na perspectiva da sociológica. Mas, ambas se diferem, principalmente, pela sua dinamicidade. Moscovici desenvolve seu conceito pautado no campo da psicologia social e da sociologia, pressupondo as representações sociais como algo dinâmico e considerando o conhecimento do senso comum como um processo, formado no cotidiano dos sujeitos sociais, cujas percepções e práticas são mediadas pelas suas relações com o contexto mais próximo, em que os indivíduos se encontram inseridos (MOSCOVICI, 2003).

Nesse sentido, o conceito é construído a partir do cotidiano dos sujeitos sociais, que são os produtores das suas representações, que emergem em função das suas interações e comunicação com seu ambiente imediato. Por outro lado, Durkheim defendia que as representações coletivas eram impostas pela sociedade aos sujeitos, não havendo essa interação; isto é, sendo considerada como algo mais estático.

De acordo com Arruda (2002), Moscovici (1961) pretendeu adequar o conceito Durkheimiano à realidade contemporânea, culminando-o em um novo conceito e em uma nova forma de interpretar o novo, que foi o de representações sociais. Nas palavras da autora,

> [...] Atualizar significava, ao mesmo tempo, tornar o conceito operacional para ser aplicável em sociedades com essas características, sociedades em que a velocidade da informação não lhes outorga o tempo de sedimentar-se em tradição, na quais se impõe um processamento constante da novidade, nas quais se conhece por delegação, uma vez que ninguém tem acesso a todo o saber (ARRUDA, 2002, p. 135).

Nesse sentido, Jodelet (2001) pontua que as representações sociais permitem a compreensão do novo, do desconhecido, uma vez que compreendem a construção social da realidade pelos sujeitos, formadas e compartilhadas socialmente. Essas representações são feitas com base nas crenças, ideologias e contexto em que os sujeitos estão

inseridos e repercutem nos seus comportamentos, determinando, então, suas atitudes e a sua relação com o outro. Como enunciado pela referida autora:

> A Representação Social é o processo de assimilação da realidade pelo individuo, fruto de uma interação das suas experiências, de seus valores, das informações que circulam no seu meio sobre um objeto social bem como das relações que se estabelecem com os outros homens do seu meio (JODELET, 2001, p. 20).

Para Guareschi (2000), a teoria da representação social foi construída para suprir uma dicotomia da psicologia social, qual seja, a abordagem cognitiva e social, visto que a representação social contemplou esses dois elementos distintos, dando forma à teoria, na qual o "interno" e o "externo" estão interligados e se influenciam simultaneamente.

Moscovici (1978), apud Guareschi (2000), afirma que as representações acontecem no universo consensual, sendo que o conhecimento cientifico está situado no universo reificado. Desse modo, afirma Guareschi (2000):

> Na superação dessas dicotomias, as RS procuram ocupar um espaço especifico, e podem ser compreendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado, que se vê nas mentes das pessoas e na mídia, nos bares e nas esquinas, nos comentários das rádios e TVs. São um conhecimento, mas diferente do conhecimento cientifico, que é reificado e fundamentalmente cognitivo (GUARESCHI, 200, p, 38).

Outra observação feita por Moscovici (2010), apud Santos et al. (2015), diz respeito à forma como a representação social é construída. Para este teórico, é necessário a contemplação de dois mecanismos nesse processo de construção das representações, quais sejam, a ancoragem e objetivação. O primeiro refere-se à classificação/ categorização do novo, enquanto, o segundo diz respeito a certa concretização daquilo que é abstrato. Nas palavras do próprio autor, "a objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico" (MOSCOVICI, 2010, apud SANTOS et al., 2015, p. 183).

Como destaca Moscovici (2003), a construção das representações sociais, a partir da realidade cotidiana e do universo consensual, permite tornar familiar o que antes era estranho/desconhecido, por meio da ancoragem e objetivação, uma vez que:

> As representações sociais emergem, não apenas de um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (individuo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico. (MOSCOVICI, 2003, p. 21)

Para Silva (2013, p.46), a ancoragem representa a formação da interpretação a partir das representações que já temos. Ou seja, ancorar objetos, ideias ou pessoas, é

procurar identificá-las com algo que já existe na nossa memória, algo que nos é próximo. Por outro lado, a objetivação procura tornar algo que parecia abstrato em algo mais palpável e concreto. Ou seja, "objetivar é produzir conceitos, tornar tangível o conceito abstrato, materializá-lo. A ancoragem forma representação do que está no mundo real e a objetivação, no que está no mundo das ideias".

Ainda sobre esses dois mecanismos que formam as representações sociais, pode-se afirmar que a ancoragem e objetivação ocorrem simultaneamente convertendo-se em representação social, posto que a ancoragem visa atribuir sentido a algo novo, classificando-o/nomeando-o, enquanto a objetivação consegue estruturar um pensamento ou uma ideia por meio de imagens, tornando-os mais palpáveis. Ambos são construídos a partir dos valores, ideologias e crenças daqueles que fazem a interpretação do "estranho" e do "novo" tornando-o familiar; isto é, a construção de uma representação social não é algo que pode ser considerado como neutro (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Tendo em vista essa afirmação de que a representação não é neutra; ou seja, ela pode se modificar de acordo com quem a constrói, é possível assegurar que um mesmo objeto e ou fenômeno será interpretado de forma distinta a depender do grupo que o analisou. Diante disso, Jodelet (2002) *apud* Arruda (2002) faz um alerta de que é necessário fazer-se alguns questionamentos para que haja uma melhor compreensão sobre determinado objeto, quais sejam: "Quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que se sabe, e com que efeito?"

Moscovici (1978), citado por Jodelet (2001), alerta, ainda, para o importante papel que a comunicação representa para a determinação das representações sociais, pois é a partir dela que acontecem as trocas e interações entre os indivíduos.

Importante ressaltar que Moscovici (2010) e Jodelet (2001) defendem que as representações sociais são um tipo de conhecimento diferente do científico, o que não diminui a sua importância, já que a visão do "senso comum" fornece substrato para as conclusões, até mesmo científicas, sobre determinado objeto. Em outras palavras, os autores afirmam que esse tipo de conhecimento produzido, na e pela sociedade, é um ponto de partida para a análise de fenômenos e/ou objetos.

Na visão de Jodelet (2001, p. 10):

> [...] o conhecimento "ingênuo" não deve ser invalidado como falso ou viesado. O que contradiz certos postulados cognitivistas segundo os quais existiriam "vieses" naturais, inerentes ao funcionamento mental espontâneo, por exemplo na atribuição causal. Trata-se de um conhecimento "outro" do

> da ciência mas que é adaptado para, e corroborado pela, ação sobre o mundo. Sua especificidade, que considera uma formação e finalidades sociais, é um objeto de estudo epistemológico, não apenas legítimo, mas necessário para compreender plenamente os mecanismos do pensamento, e pertinente para tratar do saber científico [...].

Wachelke e Camargo (2007, p. 380) também corroboram com essa questão, ao descreverem que a representação social não se trata de uma versão superficial do conhecimento científico, na realidade, as representações constituem uma abordagem que busca compreender o modo como os indivíduos constroem seus pensamentos, ou seja, essa teoria objetiva explicar "uma forma específica de pensamento social".

Salienta-se que a representação social não é uma cópia de determinado objeto e/ou fenômeno, já que essa deve ser compreendida como uma construção realizada por determinado grupo sobre algo que acontece na sociedade. Assim, a representação social construída coletivamente é o que determina as atitudes e ações de certo grupo em relação a um acontecimento/objeto, sendo alteradas na medida em que as representações se modificam, dada sua conexão com o ambiente mais próximo. Conforme Moscovici (1988) apud Wachelke e Camargo (2007, p. 381), a representação social é "uma rede de conceitos e imagens que interagem entre si, cujos conteúdos evoluem continuamente".

O estudo de Silva (2013), que objetivou apreender as representações sociais, a partir do PAA; especificamente, examinar qual era a representação social que os moradores da cidade de Presidente Venceslau, SP, e as instituições sociais beneficiadas com alimentos do PAA possuíam sobre a Reforma Agrária, chegou à conclusão que: apesar da importância dos alimentos produzidos nos assentamentos e doados via PAA, não ocorreu mudança sobre a visão da materialidade da reforma agrária no espaço urbano, já que não houve rompimento de estigmas e preconceitos impostos pelos setores dominantes sobre os "sem-terra"; isto é, se mantem a desvalorização e criminalização com respeito a luta pela terra. Assim, o espaço onde são produzidos os alimentos ainda é alvo de críticas, impedindo que as pessoas/entidades recebedoras mudem o seu olhar sobre os assentados e, concomitantemente, para o processo de reforma agrária.

Tendo em vista a teoria de representação social e entendendo que a sua concretização influencia as concepções sobre autonomia e empoderamento dos sujeitos sociais, na sequência, tratar-se-á da abordagem de empoderamento.

2.4 A abordagem teórica sobre o empoderamento

O processo de empoderamento, de modo explícito ou implícito, tem sido muito utilizado pelos formuladores de políticas públicas e programas que focam nos indivíduos e nas famílias, que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social; isto é, indivíduos e grupos que vivenciam uma diversidade de privações e, na maioria das vezes, encontram-se com limitada autonomia.

Romano (2002) aponta questões fundamentais que possibilitariam um entendimento mais amplo acerca da disseminação e utilização da abordagem do processo de empoderamento. Segundo o autor, a utilização dessa abordagem sem um entendimento completo do seu funcionamento pode resultar em conclusões "ilusórias" quanto aos resultados pretendidos e obtidos por ONGs, governos e demais instituições que trabalham com esse enfoque. Pois,

> [...] O empoderamento invocado pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, por diversos governos e também por ONGs, com muita frequência vem sendo usado principalmente como um instrumento de legitimação para eles continuarem fazendo, em essência, o que eles faziam antes. Agora com um novo nome: empoderamento [...] (ROMANO, 2002, p. 10)

Nesse sentido, o referido autor suscita outra indagação sobre o processo de empoderamento, "até onde o potencial de mudança das ações novas tem sido limitado – ou anulado – pela prática e a cultura política e institucional dominantes na entidade e nos governos que promovem essas ações?" (ROMANO, 2002, p. 10).

Essas questões iniciais exprimem a complexidade do tema em tela, bem como alerta para a necessidade de um aprofundamento sobre a perspectiva do empoderamento. Embora, recentemente, esse tema tenha conquistado relevante espaço no meio acadêmico e político, ainda existem poucas produções bibliográficas brasileiras sobre o mesmo. Esse fato dificulta, mas não impossibilita e, tampouco, desvaloriza o presente estudo, uma vez que um dos objetivos é, justamente, fornecer subsídios para o aperfeiçoamento de programas e políticas, que tenham como foco o processo de empoderamento, como um mecanismo de contrapor a pobreza e desigualdades sociais. Diante do exposto, cabe agora apresentar os motivos que levaram a construção e difusão do termo empoderamento.

Conforme Antunes (2002), Iorio (2002) e Romano (2002), não existe um consenso sobre a origem do termo empoderamento; não havendo, portanto, sequer um

conceito unívoco. Todavia, parece haver um entendimento que o surgimento dessa abordagem esteja diretamente associado à luta travada pelos movimentos sociais de grupos marginalizados, como os negros e as mulheres.

Tendo como base a relação existente entre os movimentos sociais e o processo de empoderamento, ressalta-se que, naquele contexto, a luta era em busca de equidade nas relações de poder e, ao mesmo tempo, por abertura de espaços de participação política e social. Logo, fica nítido que a perspectiva de empoderamento emergiu da necessidade de se alterar as relações de poder existentes, de modo que os grupos marginalizados pudessem ser ouvidos e tivessem seus anseios e direitos atendidos.

No entanto, ao longo dos anos, a perspectiva de empoderamento adquiriu outras finalidades, passando, também, a ser incorporada pelos governos, ONGs e agências multilaterais, como um fator chave para o processo de desenvolvimento de grupos e comunidades. Assim, na década de 1990, a noção de empoderamento propagou-se, tornando-se alvo de leituras e de estudos nas diversas áreas do conhecimento (ANTUNES, 2002; IORIO, 2002, ROMANO, 2002).

Apesar da popularização do conceito e da abordagem de empoderamento, há que se ter cautela ao trabalhar com esse tema, pois o fato dele estar difundido não elimina a sua complexidade e amplitude. O processo de empoderamento circunda caminhos conflituosos e não lineares. Desse modo, muitas são as definições e abordagens sobre esse tema e, certamente, não ter clareza do que se pretende com o seu uso pode causar uma confusão quanto ao real objetivo da sua análise por meio de qualquer pesquisa.

Como já explicitado, governos e ONGs têm utilizado o empoderamento como fator chave para o enfrentamento da pobreza e suas manifestações. Contudo, apesar da propagação do uso dessa abordagem, Romano (2002) afirma que o poder, elemento essencial no processo de empoderamento, tem ficado em segundo plano nos trabalhos que são realizados com esse enfoque.

Para o autor, é impossível abordar o empoderamento sem atentar-se para as relações de poder e dominação existentes. Ou seja, empoderamento e poder são indissociáveis, pois ao se analisar empoderamento avaliam-se, ao mesmo tempo, as relações sociais e, consequentemente, as relações de poder.

> [...] Em todas as relações sociais é possível identificar o exercício de poder, seja qual for o tipo (poder sobre, poder para, poder com, poder de dentro...). Nas situações de pobreza confluem todos esses tipos de poder, mas de modo diferente segundo as especificidades dos contextos. Isto coloca o desafio de ter que identificar as relações de poder e os tipos de exercício de poder

> principais e secundários que caracterizam cada situação de pobreza. (ROMANO, 2002, p. 14).

Ainda segundo Romano (2002), o empoderamento é uma abordagem e, também, um processo relacional e conflituoso, que objetiva o desenvolvimento e expansão das capacidades das pessoas, para que elas obtenham condições de participarem ativamente das decisões que afetam as suas vidas. Trata-se de um processo "relacional, no sentido de que sempre envolve vínculo com outros atores [...] conflituoso, no sentido de que o empoderamento diz respeito a situações de dominação [...]." (ROMANO, 2002, p. 18).

Assim como Romano (2002), Friedmann (1996), citados por Antunes (2002, p. 99), assegura que o processo de empoderamento implica alterações nas relações de poder. Para o teórico, o empoderamento é "todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania".

Gita Sen (1997), *apud* Antunes (2002), também afirma que o empoderamento é uma alteração nas relações de poder em favor dos excluídos e vulneráveis. Contudo, a autora expande sua colocação fazendo um alerta: para que o empoderamento seja sustentado, é fundamental que sejam feitos investimentos tanto nos fatores internos (autopercepção), quanto nos fatores externos (serviços de educação, saúde).

Romano (2002) acrescenta que o empoderamento não deve ser considerado como dádiva ou como técnica, pois precisa ser compreendido como um processo, composto por vários elementos, que podem contribuir para mudanças substanciais na vida daquelas pessoas que sofrem privações em âmbitos diversos (econômico, político, social, etc.). Do mesmo modo, Romano (2002, p. 12), referindo-se a Gita Sen (1997), assegura que "o empoderamento não é algo que pode ser feito a alguém por outra pessoa [...]".

A partir da afirmação de Gita Sen (1997), faz-se necessário salientar que existem atores que facilitam e aceleram o processo de empoderamento, denominados por Romano (2002), como agentes externos, como ONGs e governos; além de agentes internos, a exemplo da liderança extraída do próprio grupo. Assim, é preciso ter clareza de que as pessoas empoderam a si mesmas, ninguém pode fazer isso por elas.

Assim, o empoderamento é um processo e uma abordagem que conta com a cooperação de diferentes atores durante seu desenvolvimento. Cada um desses atores (externos ou internos) possui limites e potencialidades, o que reforça a ideia de que eles

são facilitadores, mas não podem ser considerados como responsáveis pelo processo de mudança (SEN, 1997 apud IORIO, 2002).

Antunes (2002, p. 98) corrobora com essa afirmação sobre o empoderamento anunciando que esse "tem origem dentro das pessoas, no seio das comunidades e das organizações locais, que não pode ser pensado de cima para baixo [...] nem de fora para dentro".

O fato de o empoderamento ser considerado como um processo possibilita a conclusão de que existem diversos elementos que o compõe. Essa assertiva pode ser confirmada com base no texto de Iorio (2002), no qual a autora apresenta quais seriam os elementos, bem como as suas fortalezas e fragilidades. Para a autora, os principais recursos que devem fazer parte do processo de empoderamento são: as leis; as informações; mudança nas instituições e na cultura institucional e, por fim, a participação. Segundo Iorio (2002), apesar de serem diversos, os elementos estão totalmente relacionados e se complementam; isto é, o uso de um único elemento pode dificultar a efetividade do referido processo.

No que concerne às fraquezas e fortalezas dos elementos anteriormente citados, pode-se dizer que a mudança ou aprovação de novas leis, que apoiem as iniciativas dos excluídos e pobres, caracteriza-se como positivo na medida em que, por meio da sua efetivação, é possível proteger ou favorecer os grupos mais marginalizados, a exemplo das mulheres e dos negros, como, as legislações trabalhistas de proteção da maternidade ou aquelas que garantem acesso a negros em instituições de ensino superior ou concursos públicos. Porém, esses benefícios somente poderão ser obtidos se as leis forem implementadas sem lacunas. E é aqui que comumente encontra-se a deficiência do mecanismo, pois, geralmente, as leis são elaboradas e implantadas de forma precária, sem a participação dos grupos interessados no processo de sua criação e implementação.

Outro mecanismo importante para o processo de empoderamento, citado por Iorio (2002), refere-se ao acesso à informação. Um destaque desse elemento é a possibilidade dos indivíduos e das famílias obterem maior autonomia, uma vez que possuiriam facilidade no acesso aos dados e às informações. Mas, para que esse mecanismo tenha efetividade, é indispensável que as informações disponibilizadas possam ser facilmente compreendidas, o que pode ser proporcionado, por exemplo, por meio da promoção de capacitações, objetivando despertar nas pessoas à margem do processo de empoderamento a análise crítica das informações que são disponibilizadas.

Ainda sobre os elementos que fazem parte do processo de empoderamento, Iorio (2002) assegura que a mudança nas instituições e na cultura institucional pode ser algo muito positivo, desde que os atores que fazem parte dessas instituições, bem como as suas estruturas deixem de ser engessadas, passando a reconhecer e dando importância às aspirações e opiniões do público para o qual as políticas e programas se destinariam.

Por fim, e não menos importante, tem-se o quesito participação. Iorio (2002) destaca a importância dos canais de participação social e política, como, conselhos, conferências, associações de igreja, entre outros, no processo de empoderamento. Mas o que importaria, de fato, seria a verificação se os indivíduos e famílias têm uma participação efetiva no processo ou se os discursos de descentralização e participação estariam a serviço das relações de abuso de poder e do reforço de práticas assistencialistas e paternalistas.

Iorio (2002) esclarece, ainda, duas questões essenciais sobre o processo de empoderamento, ambas, comumente, interpretadas de forma errônea, causando uma confusão quanto ao seu real sentido: a descentralização e a participação. Esses elementos são vistos como sinônimos de empoderamento, o que não é uma verdade. Esses mecanismos podem ser impulsionadores ou, até mesmo, barreiras ao processo de empoderamento; isto é, a sua real efetividade dependerá de diversos fatores, como: agentes facilitadores que acreditem e instiguem a participação de lideranças locais nesses mecanismos; o contexto onde a participação e descentralização acontecem, dentre tantos outros.

Nesse sentido, Villacorta e Rodriguez (2002) afirmam que a descentralização e a participação cidadã podem ser facilitadores ou inibidores do processo de empoderamento, considerando que:

> [...] A descentralização do Estado pode permitir às comunidades pobres se acercarem do poder de decisão e de recursos e fortalecerem sua capacidade de influenciar os poderes públicos [...] porém, a descentralização do Estado não realizada ou mal aplicada pode significar uma ameaça para os setores e territórios desempoderados como a transferência do custo dos serviços públicos aos pobres, aprofundar as atuais disparidades territoriais e, inclusive, fortalecer as elites locais. [...] Na mesma linha de pensamento se pode afirmar que a participação cidadã é a condição que pode permitir que a descentralização do estado não se limite a beneficiar as elites locais [...] (VILLACORTA; RODRIGUEZ, 2002, p. 57-58).

Assim, o processo de empoderamento implicaria a junção de fatores internos e externos. Os primeiros podem ser compreendidos pela necessidade de fortalecimento de valores, como a autoestima e autopercepção. Os externos referem-se à disponibilização

de recursos e serviços às pessoas e comunidades, como, emprego, escolas, postos de saúde, hospitais, creches, etc. Nesse sentido, vários teóricos ressaltam que esses fatores se complementam e se reforçam, sendo cruciais para o sucesso do processo de empoderamento e para a promoção do desenvolvimento (IORIO, 2002, VILLACORTA; RODRIGUEZ, 2002).

Diante dos pontos descritos sobre o processo de empoderamento, torna-se indispensável apresentar ainda quais seriam os espaços onde o processo poderia ser desenvolvido. Villacorta e Rodriguez (2002) denominam esses espaços, como: a família, a comunidade, o local e o regional, o país e, por último, o global. Os autores apresentam, também, diversas técnicas para o processo de empoderamento, dentre elas: técnicas de resolução ou transformação de conflitos, foros de análise e debate, cursos, oficinas e seminários para fortalecer a formação e a capacitação dos atores, técnicas participativas de planejamento. Cada uma dessas ferramentas deve ser considerada como meio facilitador para o empoderamento.

Nesse sentido, o processo de empoderamento envolve um amplo leque de elementos para a sua concretização, não sendo, portanto, simples e fácil o incentivo, o monitoramento e sua avaliação. Entretanto, Gita Sen (1997), citada por Villacorta e Rodriguez (2002), afirma que é mais vantajoso implementá-lo a permanecer com as práticas tradicionais de combate à pobreza e exclusão, uma vez que, ao invés de tais práticas irem à raiz dos problemas, acabam mascarando-as com políticas e programas de caráter imediatista.

Assim, é possível assegurar que o empoderamento é uma perspectiva e abordagem que coloca os indivíduos e grupos no centro do processo de desenvolvimento. Para tanto, faz-se imprescindível que os próprios indivíduos reforcem e aprimorem as suas capacidades para que possam, assim, decidir sobre as questões que afetam os diversos âmbitos das suas vidas.

Nesse contexto, o processo de empoderamento estaria diretamente relacionado ao processo de ampliação das liberdades e capacidades preconizado por Amartya Sen. Para esse teórico, o indivíduo que dispõe desses elementos pode ter condições de alterar, de forma substantiva, o curso de suas vidas:

> [...] Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p. 29)

Desse modo, é possível inferir que as liberdades e capacidades que os sujeitos dispõem seria o que impulsionaria a sua condição de sujeito "agente"[5]; isto é, na medida em que as oportunidades e capacidades são aumentadas, alcançam-se liberdades para poder deliberar sobre questões pertinentes às suas vidas, o que estaria diretamente relacionado ao processo de empoderamento.

Ademais, é evidente que, apesar de não ter cunhado o termo empoderamento, Amartya Sen apresenta e analisa com clareza e precisão todos os elementos que seriam fundamentais para a compreensão de como ocorre o processo de empoderamento das pessoas, grupos e comunidades, uma vez que, para o autor, o indivíduo propositor de mudanças é o indivíduo "agente". Isto posto, pode-se concluir que o indivíduo que assume o papel de agente da sua própria vida é, possivelmente, um indivíduo empoderado que apresenta condições de interferir nas decisões de questões relacionadas ao seu projeto de vida.

Para Antunes (2002), o empoderamento é um processo que visa aumentar as capacidades das pessoas tanto no nível individual quanto coletivo. Esse aumento das capacidades ou das liberdades instrumentais[6], como é denominado por Amartya Sen, reforçaria o entendimento de que, na medida em que as pessoas pobres e excluídas conseguem ter suas liberdades aumentadas e constantemente renovadas, também conseguem obter maior autonomia, tornando-se capazes de ser o que quiserem ser e de fazer o que têm vontade de fazer, alterando de forma significativa o curso de suas vidas.

Diante do exposto, evidenciou-se a necessidade de delimitação do conceito de empoderamento para o projeto de pesquisa em questão. Assim, tratar-se-á o empoderamento como um processo, por meio do qual o sujeito aumenta a eficácia do seu exercício de cidadania; em outras palavras, a pessoa se torna protagonista de sua vida, escolhendo e realizando suas ações de acordo com as oportunidades e capacidades que lhe são inerentes.

No contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre os diversos objetivos preconizados, está o fortalecimento da categoria agricultura familiar, a inclusão econômica e social das famílias agricultoras e o resgate de práticas tradicionais. Apesar de não fazer menção especificamente ao termo empoderamento, infere-se que o alcance dos referidos objetivos conduz a que os beneficiários agricultores se tornem

---

[5] Agente é o termo utilizado por Amartya Sen para referir-se ao indivíduo propositor de mudanças.

[6] Sen (2000) destaca os cinco tipos de liberdades que considera como sendo fundamentais para o aumento das capacidades das pessoas e, portanto, para o desenvolvimento, são elas: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; segurança protetora.

sujeitos sociais e políticos, facilitando o processo de empoderamento dessas famílias. Assim, o que se pretende com a pesquisa é analisar se após a inserção no programa, em função do alcance dos objetivos do PAA, as famílias obtiveram recursos e capacidade suficiente para iniciarem o processo de empoderamento e se tornarem agentes do próprio destino.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

Segundo Gil (2008), o conceito de pesquisa tem o sentido de indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade, e que a pesquisa cientifica, por sua vez, deve ser vista como um processo na obtenção de respostas para problemas, mediante a utilização de procedimentos científicos; cabendo ao pesquisador definir o melhor modelo para obtenção e análise dos dados.

Assim, a pesquisa foi de natureza quanti-qualitativa, considerando a complementariedade das duas abordagens. Para Richardson (1989), a pesquisa quantitativa busca, por meio de dados censitários e documentais, obter uma visão global da realidade física, social, econômica e política do território em estudo. Já a qualitativa, segundo Paulilo (1999), trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, buscando-se adequar e aprofundar sobre a complexidade dos fatos e processos, particulares a indivíduos e grupos. Minayo (2012) complementa, dizendo se tratar daquelas metodologias capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Desse modo, os dois enfoques se complementam, sendo possível o uso simultâneo dos métodos de pesquisa descritos acima, ressaltando-se a particularidades e potencialidades de cada um deles. Segundo Alencar (1999), os métodos de natureza quantitativa permitem generalizações, por envolverem maior número de entrevistados, enquanto os de natureza qualitativa proporcionam estudos aprofundados, com maior detalhamento de situações específicas, o que permite evitar as generalizações indesejadas.

3.2 Local de estudo

A pesquisa foi realizada no Estado de Minas Gerais, mais especificamente no município de Paula Cândido, MG, situado na zona da mata do Estado. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) (2010), Minas Gerais possui 853 municípios e conta com aproximadamente 19,5 milhões de habitantes, representando a terceira maior economia entre as 27 unidades da Federação Brasileira. O município de Paula Cândido possui 9.271 habitantes, dos quais 4.936 encontram-se na área urbana e 4.335 na área rural.

Quanto às características econômicas do município, no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) têm-se aproximadamente os seguintes dados: a agropecuária contribui com 19,63%, a indústria com 9,88% e o setor de serviços com 30,38% excluindo a administração, saúde, educação pública e seguridade social que são responsáveis por 40,11% do PIB.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Paula Cândido, no ano de 2010, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi equivalente a 0,637, avaliado por três componentes: renda, longevidade e educação. Em função da variável educação, que teve o menor índice dentre os demais componentes avaliados, comparando com os demais municípios do País, Paula Cândido ocupou a 3.357ª posição no *ranking* de IDH nacional.

3.3 População e amostra

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os beneficiários fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos; ou seja, o enfoque da pesquisa foi os agricultores familiares.

De acordo com dados fornecidos pelo escritório local da Emater-MG, em abril de 2017, as famílias inseridas no programa encontravam-se organizadas em quatro associações diferentes, quais sejam: Associação de São Mateus, que conta com 25 famílias agricultoras; Associação do Taquarassú, constituída por 16 famílias agricultoras; Associação das Mulheres de Airões, composta por 20 famílias agricultoras e, por fim, Associação dos Fruticultores, que é formada por 12 famílias agricultoras, perfazendo um total de 73 famílias inseridas no PAA.

A determinação do tamanho da amostra foi obtida baseando-se em Triola (2013), segundo o qual pode-se delimitar o processo de amostragem para população finita, como descrito a seguir:

$$n = \frac{N.\sigma 2.(Z\alpha/2)2}{(N-1).E2 + \sigma 2.(Z\alpha/2)2}$$

em que:

n = número de indivíduos na amostra;

N = população; e

Zα/2 = valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado, aqui estabelecido em 90%, sendo, portanto, conforme tabela igual a 1,65.

$$\sigma^2 = p \times q$$

sendo que:

p = proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria a ser estudada, aqui estabelecida em 0,5;

q (1 – p) = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria a ser estudada, aqui calculada em 0,5; e

E = margem de erro ou erro máximo de estimativa, aqui estabelecida em 0,1 (10%).

Logo, tendo em vista a população de 73 famílias e as variáveis anteriormente apresentadas, o resultado do tamanho da amostra foi de 36 famílias. No caso da subamostra, utilizada para a análise qualitativa do empoderamento, foram selecionados dez agricultores das mencionadas associações, distribuídos de forma proporcional a sua representação. Dessa forma, a subamostra foi constituída por três famílias representantes da Associação São Mateus, duas famílias representantes da Associação Taquarassú, três famílias representantes da Associação Mulheres de Airões e duas famílias representantes da Associação dos Fruticultores.

3.4 Forma e técnicas de coleta de dados

No processo de coleta dos dados realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental para atender ao primeiro objetivo específico, que diz respeito ao cenário do

PAA no município de Paula Cândido, MG. Esses dados secundários foram complementados com entrevistas semiestruturadas junto aos executores do programa, conforme roteiro apresentado no Apêndice A, que objetivou examinar suas percepções sobre o funcionamento do mesmo, o que constituiu o segundo objetivo da pesquisa.

Em um segundo momento, para identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, bem como suas condições de produção e reprodução social, foram realizadas observações *in loco* e aplicados questionários, Apêndice B, previamente elaborados a certo grupo de agricultores familiares, definidos pelo processo de amostragem proposto por Triola (2013), já mencionado anteriormente.

Em um terceiro momento, para analisar a eficácia do programa, foi selecionada uma subamostra de famílias agricultoras, para um estudo profundo e exaustivo sobre o processo de empoderamento, como proposto por Gil (2008). O critério utilizado para definir essa subamostra é o intencional; ou seja, optou-se por entrevistar as famílias agricultoras que estão inseridas há mais tempo no programa, pressupondo que teriam mais condições de relatarem sobre suas experiências, possibilidades, estratégias e mecanismos de ação junto ao PAA. Assim, de acordo com o referido autor, essa é uma "amostragem não probabilística que consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população". (GIL, 2008, p. 94).

Essa análise mais aprofundada, por meio de entrevista narrativa[7], apresentado no Apêndice C, teve como base teórica o estudo das políticas públicas para a agricultura familiar, a história e o atual momento do Programa de Aquisição de Alimentos; a compreensão da agricultura familiar e, por fim, o conceito e a delimitação do termo empoderamento. Ou seja, o objetivo com a referida entrevista foi compreender as mudanças em termos objetivos (renda, trabalho/capacitação, informação, produção, participação, redes sociais e demais domínios de vida, condições de moradia, bens móveis /imóveis), como também em termos subjetivos, em termos de autopercepção sobre a qualidade de vida, considerando o nível de satisfação, experiências e práticas sociais, proporcionadas às famílias agricultoras após a sua inserção no PAA.

[7] Entrevista narrativa, segundo Joychelovitch e Bauer (2002), é um método não estruturado que serve para reconstruir acontecimentos sociais e investigar representações a partir da perspectiva do entrevistado, visando obter maior profundidade sobre as informações prestadas, uma vez que esse tipo de técnica pode estimular o entrevistado a expor suas ideias de forma mais livre e com pouca interferência do entrevistador.

Importante destacar que o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), obtendo parecer favorável para sua realização, que foi registrado sob o número 2.165.848. Além disso, todo o processo de coleta dos dados foi realizado mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pelos participantes da pesquisa, conforme Apêndice D, cujo objetivo foi informar que, caso houvesse algum constrangimento ou desconforto, poderiam desistir, a qualquer momento, da sua participação no estudo.

3.5 Variáveis e categorias de análise

Para atender ao primeiro objetivo proposto, que foi examinar o cenário evolutivo do PAA, na cidade de Paula Cândido, MG, foram consideradas as seguintes variáveis: Quais foram as potencialidades e as limitações encontradas para o processo de implementação do PAA no município? Quem foram os atores envolvidos nesse processo (público ou privado)? De que modo ocorreu essa participação?

No caso do segundo objetivo, referente às representações sociais das lideranças institucionais sobre o PAA, procurou-se caracterizar suas percepções, baseando-se nos seguintes questionamentos: Quais foram as principais mudanças ocorridas com os agricultores em termos de produção, mercado, organização, práticas sociais, conhecimento e capacitação, após a sua inclusão no PAA? Essa inclusão no PAA contribuiu para a sua participação em associações e organizações? O PAA é uma política que promove o fortalecimento da agricultura familiar? O programa trouxe mudanças na qualidade de vida das famílias inseridas no mesmo e no seu empoderamento?

Quanto ao terceiro objetivo buscou-se identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, suas condições de produção e reprodução social, após a sua inserção no PAA. Para conhecer o perfil pessoal e familiar, foram consideradas as seguintes variáveis: gênero, composição étnico racial, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda, condição da moradia, número de pessoas residentes no domicílio, responsabilidade pelos gastos domésticos. No que diz respeito às condições de produção examinou-se área da propriedade, bem como as práticas produtivas utilizadas, desde o plantio até a etapa de comercialização da produção. Quanto à reprodução social foi utilizada como “proxy” a qualidade de vida, dimensionada pelos domínios de vida,

propostos por Adams (2005), apud Rosado (2011), que são: trabalho remunerado, renda familiar, saúde, lazer, educação, alimentação, moradia, religião, integração social, meio ambiente, família/amigos/vizinhos, bem-estar consigo mesmo.

No que se refere ao quarto objetivo específico, qual seja: analisar a eficácia do PAA, considerando suas repercussões no empoderamento das famílias agricultoras, após o seu acesso no programa, examinou-se as diferentes dimensões propostas por Romano e Antunes (2002) e Santos (1999). Ou seja, os referidos autores preconizam que para o processo de empoderamento seja efetivado é necessário que sejam contemplados tanto fatores internos quanto fatores externos; como fatores internos considerou-se melhoria da autoestima, motivação e autopercepção sobre o curso da vida e oportunidades sociais. Por outro lado, como fatores externos foram: o acesso a recursos e serviços básicos, políticas públicas, informação, capacitação, participação social e política, poder de decisão e aprimoramento das capacidades.

Para um aprofundamento sobre o significado do termo "empoderamento", identificou-se junto aos participantes da pesquisa o que lhes vinha à mente quando escutavam a palavra "empoderamento". Essa técnica, denominada Teste de Associação Livre de Palavras (TALP)[8], registra a identificação de três palavras que se remetem ao conceito de empoderamento. Em seguida, foi solicitado aos agricultores do PAA que narrassem sobre suas vidas, antes e depois do acesso ao programa. Nessa narrativa pretendeu-se identificar, pela análise temática, se seriam citados tanto fatores internos, quanto fatores externos ao processo de empoderamento.

Desse modo, nessa pesquisa, optou-se por delimitar três dimensões para análise do empoderamento, a saber: social, política e econômica, que foram operacionalizadas a partir de diferentes variáveis. A primeira dimensão teve como variáveis a formação de redes institucionais e a participação social e política; ou seja, a integração com outras instituições e o envolvimento com atividades culturais, religiosas e de lazer, por exemplo. Por sua vez, a segunda dimensão, política, preconizou a participação em associações e conselhos, de modo que pudesse ser avaliada a efetividade dessa participação. E, por fim, para atender a dimensão econômica foram analisadas variáveis como o acesso a recursos e ao mercado (renda familiar, trabalho, produção e posse de

[8] O Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) tem por objetivo revelar os desejos fundamentais, momentos significativos da história de vida e as representações sociais das pessoas. Nesse sentido, segundo Nóbrega e Coutinho (2003), essa técnica se apresenta como sendo projetiva na medida em que atua diretamente sobre a estrutura psicológica dos indivíduos que, por meio de estímulos verbais e não verbais, deixam evidentes os aspectos de sua personalidade, bem como as suas percepções sobre determinado assunto.

bens) e serviços essenciais à vida (saúde, educação, habitação, alimentação), além de acesso à informação, poder de decisão, capacitação, aumento das capacidades e aproveitamento das oportunidades sociais.

3.6 Procedimentos de análise dos dados

Os dados quantitativos, coletados por meio dos questionários aplicados, foram submetidos ao tratamento estatístico via *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), considerando indicadores descritivos (média, frequência, desvio-padrão).

Com relação aos dados qualitativos obtidos, coletados a partir das entrevistas e narrativas realizadas, foram transcritos, categorizados e, posteriormente, submetidos ao recurso metodológico da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). De acordo com o referido autor, esse método é composto por três fases que acontecem respectivamente na seguinte ordem: pré-análise, exploração do material, tratamento e inferências, para posterior interpretação. Ressalta-se que essa análise de conteúdo foi realizada com o auxílio do *software* Iramuteq.

Segundo Carmargo e Justo (2013), o referido programa que foi criado em língua francesa, mas já está adaptado para o português, permite realizar análises textuais e estatísticas, já que o mesmo possui um conjunto de ferramentas de análises estatísticas que apontam o posicionamento, estruturação e as relações das palavras no texto, sendo que todos os testes dão origem a algum tipo de figura.

Os testes efetuados para a elaboração dos artigos foram diversificados, já que cada artigo buscava atender a um objetivo específico. Logo, no artigo 2, foi realizada a análise de classificação hierárquica descendente que proporcionou o acesso aos principais segmentos de textos e seus vocabulários, demonstrando a relação entre eles, cujo resultado foi um esquema hierárquico de classes. Ainda nesse artigo, foi utilizado o teste que dá origem a nuvem de palavras que, segundo Camargo e Justo (2013), "agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência" (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 6).

No quarto artigo, os testes utilizados foram a análise de similitude e prototípica. A primeira análise proporcionou identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações de conexão entre elas, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual. (MARCHAND; RATINAUD, 2012, apud CAMARGO; JUSTO,

2013). Enquanto a análise prototípica permitiu, a partir de uma lista de palavras, a formação de um quadrante onde as palavras foram classificadas pela sua ordem de evocação e frequência.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1998.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia da pesquisa social.** Lavras, MG: DAE UFLA. 1999.

ANDERSSON, F. da. S. **Processo de empoderamento e agroecologia: valorizando o trabalho das mulheres rurais?** 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. Rio de Janeiro, 2002. p. 91-116.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.

AZEVEDO, V. M. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Barbacena, MG.** Viçosa, 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGATTO, S. A. **Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar: segurança alimentar e inclusão social no campo?** 2010. 152f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm > Acesso em: 08 mai. 2017.

BRASIL, **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL, **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual operativo PAA**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia,** v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CAMPOS, A. de; BIANCHINI, V. A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade de estado. In: DEL GROSSI, Mauro Eduardo; KROEFF, Denise Reif. (Org.). **PAA:** 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

CARVALHO, L. R. T de. **Bioética e suas interfaces na promoção da segurança alimentar e nutricional: análise do programa aquisição de alimentos na visão dos atores-chave na Paraíba-PB**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 9, n. 3, p. 100-129, set./dez. 2013.

ELLIS, F. **Rural livelihood sand diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, Porto Alegre, 2009.

GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate. **Revista Eletrônica Retratos de Assentamentos**, n.13, p. 137-170, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3148301>. Acesso em: 07 abr. 2017.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. Rio de Janeiro, 2002. p. 21-44.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **Representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. A entrevista narrativa. In: Martin Bauer; George Gaskell (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KROEFF, D. R. Org. **PAA:** 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p.119.

MARTINS, S. P.; CAVALCANTI, L. I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, n. 1, 2007.

MATTEI, L. F. O governo interino e a desestruturação da política agrária e de desenvolvimento rural do país. **Núcleo de Estudos de Economia Catarinense.** Texto para discussão 018/2016. Disponível em: <http://necat.ufsc.br/files/2012/09/TD-018.pdf >. Acesso em: 22 Maio de 2018.

MELLO, J. A inclusão produtiva no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Cadernos de Estudos de Desenvolvimento Social em Debate**, nº 23, Brasília: MDS, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NETTO, C. G. A. M.; MELO, L. M. de.; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

NÓBREGA, S. M.; COUTINHO, M. da P. L. O teste de associação livre de palavras. In: COUTINHO, M. da P. L. (Org.). **Representações sociais**: Abordagem interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2003.

PANDOLFO, M. C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas,** v. 5, n. 2, p. 14-17, 2008.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

PEREIRA, M. C. de. B. Revolução Verde. In: Caldart, R. S. et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 687- 691, 2012.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. 63-84, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (PNUD). **Ranking IDHM municípios 2010.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, C. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros:** ***leituras e interpretações clássicas***. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** Métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 5-9.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 9-20.

ROSADO, A. P. N. **Redes sociais e administração dos domínios da vida: um estudo de caso com detentoras da guarda dos filhos**. 2011. 143 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

SANTOS, C. L. **Qualidade de vida das famílias de mulheres beneficiárias do programa de microcrédito para atividades não-agrícolas do projeto pró-sertão – Sergipe**. 1999. 151 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1999.

SANTOS. G. T. dos.; DIAS. J. M. de B. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, 2015.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: DEL GROSSI, Mauro Eduardo; KROEFF, Denise Reif. (Org.). **PAA**: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, 2013. p. 115-151.

SILVA, J. G. da. **Fome Zero: A experiência brasileira.** In: SILVA, J. G. da.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. de. (orgs). Brasília: MDA, 2010.

SILVA, M. E. dos S. **A representação social e a territorialização da reforma agrária no espaço urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2013, 202f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Rio Claro- SP, 2013.

SILVA, V. **O papel do programa de aquisição de alimentos–PAA-para o fortalecimento da agricultura familiar:** o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) de Capanema, PR. 2013. 208 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de política pública da agricultura familiar nos municípios do circuito das Freitas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural.** v. 52, p. 205- 222, 2014.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E. **Reconectando o consumo à produção**: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Porto Alegre: PGDR, 2008.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística: atualização da tecnologia**. 11. ed., Rio de Janeiro: LTC, 2013.

VILLACORTA, A. E.; RODRIGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. Rio de Janeiro, 2002, p. 45-66.

WACHELKE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. **Revista Interamericana de Psicología/**Interamerican Journal of Psychology - 2007, Vol. 41, Num. 3 pp. 379-390.

WAGNER, D.; GEHLEN, I. A inserção da agricultura familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. **Tempo da Ciência**, v. 22, n. 43, p. 43-54, 2015.

WANDERLAY, M. de N. B**.** Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura Familiar**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 22.

ZANI, F. B.; DA COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 889-912, jul./ago. 2014.

ZIMMERMANN, S. A.; FERREIRA, A. P. El programa de adquisicion de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aunhaytiempo para el sol:** pobrezas rurales y programas sociales. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

ARTIGO 1

CENÁRIO EVOLUTIVO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, PAULA CÂNDIDO, MG[9]

RESUMO: Com esse estudo, objetivou-se caracterizar o cenário evolutivo do Programa de Aquisição de Alimentos, no município de Paula Cândido, MG, fazendo uso da pesquisa bibliográfica e documental. Resultados evidenciam que o PAA proporciona o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da criação dos canais de comercialização e a promoção da segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, ainda é preciso aperfeiçoar a execução do programa por meio de uma maior agilidade na liberação de recursos, que depende da continuidade dos projetos. Sendo assim, pode-se concluir que a eficácia do programa encontra-se em processo.

PALAVRAS–CHAVE: agricultura familiar; cenário evolutivo; programa de aquisição de alimentos.

EVOLUTIVE SCENARIO OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM, PAULA CÂNDIDO, MG

ABSTRACT: This study aimed to characterize the evolutionary scenario of the Food Acquisition Program, in the municipality of Paula Cândido, MG, through bibliographical and documentary research. The results show that the FAP caters to the strengthening of family farming, through the creation of commercialization channels and the promotion of food and nutritional security of families in the context of social vulnerability. However, improving the program execution by the means of faster release of resource is still needed, and that depends on the permanence of the projects. Therefore, it can be concluded that the program is still in process of development.

KEYWORDS: family agriculture; evolutionary scenario; food acquisition program.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, cuja temática abrange compreender o cenário evolutivo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Paula Cândido, MG.

Paula Cândido está situada no Estado de Minas Gerais, mais especificamente na zona da mata mineira e, de acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com uma população de 9.271 habitantes, sendo

[9] Trabalho aprovado, como capítulo de livro, referente ao I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil.

que, desse total, 4.936 pessoas residem na zona urbana e 4335 na zona rural; isto é, quase a metade da sua população está situada no meio rural.

Pela expressividade de pessoas residentes no campo, bem como pela relevância do setor agropecuário para o município, cuja representatividade na sua economia é em torno de 30%, é possível inferir a relevância das atividades exercidas no meio rural para o desenvolvimento local. Segundo Porto et al. (2014), o PAA pode contribuir para esse desenvolvimento promovendo uma maior circulação de capital dentro do município, desde que haja uma contrapartida do mesmo para a execução do programa, conforme pode ser visto a seguir:

> [...] Esse aquecimento da economia local demanda maiores investimentos por parte da municipalidade (estradas, transportes e armazenamento), o que acaba por contribuir para a interiorização do desenvolvimento e maior autonomia dos municípios, diminuindo a dependência em ralação aos circuitos longos de comercialização e abastecimento [...] (PORTO et al., 2014, p. 47).

Nesse sentido, ressalta-se a importância de se avaliar um programa que intervém diretamente no modo de produção e reprodução social das famílias residentes no campo, em especial, os agricultores familiares, além de verificar o grau de importância desse programa para o desenvolvimento local, de modo que possam ser levantadas possíveis lacunas existentes em sua implantação, visando seu aperfeiçoamento.

O PAA, implantado pelo governo federal, em 2003, é parte integrante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal programa voltado para a agricultura familiar no Brasil, além de ser um dos eixos estruturantes do Programa Fome Zero. Com a criação do PAA objetivou-se atender, principalmente, a duas demandas latentes na sociedade há décadas, que são: a questão da insegurança alimentar e nutricional de famílias vulneráveis e o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da criação de mercados para a comercialização da sua produção. Assim, o PAA, como corroborado por Bragatto (2010, p. 25):

> Insere-se no âmbito do conjunto de políticas que fazem parte do Programa Fome Zero e se propõe a estruturar ações de política agrícola e de segurança alimentar de combate à fome e à pobreza do País. Baseia-se em dois pilares: articulação local junto às demandas da agricultura familiar e subvenção ao consumo de alimentos à população em situação de insegurança alimentar.

Atualmente, o programa encontra-se estruturado em seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes, bus-

cando atender as diferentes configurações da categoria agricultura familiar. No caso do município eleito para a análise, o PAA encontra-se em funcionamento desde o ano de 2008, sendo executado atualmente na modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS). Destaca-se que, em alguns anos, entre 2008 e 2017, este não foi executado, seja por não aprovação dos projetos enviados ou por falta de recursos governamentais.

Outro diferencial do PAA em relação a outros mercados institucionais está no fato de que esse dispensa licitação, facilitando o acesso daqueles agricultores mais vulneráveis e com menor poder aquisitivo aos canais de comercialização, que durante décadas estiveram à margem dos investimentos estatais. Segundo Grisa e Porto (2015), esse é um dos principais fatores que contribuem para a exaltação do programa, já que, em outras épocas, os mercados institucionais se configuravam de modo concentrador e excludente, privilegiando aqueles produtores mais estabilizados economicamente.

Assim, em face às repercussões do programa nas economias locais, contribuindo para a interiorização do desenvolvimento, justifica-se examinar como tem sido a evolução do PAA, em um município do interior de Minas Gerais, que possui quase a metade da sua população no meio rural.

2 JUSTIFICATIVA

As políticas públicas destinadas à agricultura familiar têm tido um grande destaque nos anos recentes, sendo esse tema alvo de estudos e pesquisas pelas mais diferentes áreas do conhecimento. Esse destaque deve-se ao fato de que a agricultura familiar e as atividades por ela exercidas possuem um patamar de elevada importância, pois podem contribuir não somente para o desenvolvimento local, como também do país como um todo.

Acredita-se que a exaltação em torno dessa temática se deva, também, à permeabilidade[10] das políticas públicas, pois há um processo de influências e dependências entre atores e instituições das redes de políticas/programas, como é o caso do PAA, conforme destacado por Muller et al. (2012, p. 145):

[10] [...] Por permeabilidade entende-se que as esferas estatais e não-estatais não se constituem de maneira autorreferente, sem vínculos com atores, processos e elementos de outras esferas. Ao contrário, permeabilidade pressupõe que as "fronteiras" entre estas esferas são, em maior ou menor grau, diluídas por vínculos entre atores com distintas inserções institucionais, gerando um processo recíproco e contínuo de influências e dependências (MULLER et al., 2012).

> Esta significativa permeabilidade do Estado brasileiro, no entanto, ao mesmo tempo que é fonte de instabilidade e segmentação institucional, também pode possibilitar maiores oportunidades de acesso ao Estado para grupos "reformistas" e, assim, de mudanças na configuração das redes de políticas. Conforme será observado no caso específico do PAA, tal permeabilidade foi um dos fatores fundamentais para a melhoria da posição dos setores ligados à agricultura familiar dentro da rede da política agrícola, viabilizando a construção e implantação de um Programa que se diferenciava significativamente das políticas tradicionalmente voltadas à grande agricultura modernizada.

Assim, dentre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que têm sido alvo de estudos, está o PAA, suscitando o interesse do pesquisador em analisar a eficácia desse programa, justamente pela relevância adquirida tanto em âmbito nacional quanto internacional. Esse programa agregou duas necessidades distintas em uma mesma política, que foram: a política agrícola e a de segurança alimentar, o que acarretou em inúmeras ações governamentais, que visavam o combate à pobreza, bem como o incentivo à agricultura familiar; neste último caso, objetivando a melhoria das condições de vida do agricultor familiar e, consequentemente, a redução do êxodo rural, principalmente de jovens.

No que concerne ao êxodo rural, estudo como o de Maia e Buainain (2015) ressaltam uma saída da população do campo, ao destacarem que, em 2010, a população rural era de 29,7 milhões de pessoas, enquanto, em 1991, o número de pessoas residentes no meio rural era 35,7 milhões. Dentre as diversas consequências da migração da população rural para os centros urbanos, os autores destacam que a falta de planejamento e infraestruturas precárias geram construções sem nenhuma segurança ou conforto, diminuindo assim a possibilidade de se viver com qualidade de vida nos aglomerados urbanos. Pontuam também um crescimento da desigualdade social, já que, com a urbanização, é gerado um excedente de mão de obra e, em consequência disso, uma baixa remuneração dos trabalhadores que possuem pouca ou nenhuma qualificação.

Outra justificativa para a pesquisa em questão é que, apesar de existirem inúmeros estudos sobre o PAA, ainda são escassas as análises sobre a sua eficácia enquanto mecanismo de empoderamento familiar, que é o propósito final da referida pesquisa de mestrado, que se encontra em curso. Além disso, ainda não existem estudos publicados, referente à avaliação do programa, no município eleito para o presente estudo.

3 OBJETIVO

Analisar o cenário evolutivo do PAA, no município de Paula Cândido, MG, verificando seu funcionamento e problemas enfrentados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é de natureza descritiva, uma vez que, conforme Gil (1999), tem como foco a descrição de um fato/fenômeno, como é o caso do processo de implementação do PAA no município de Paula Cândido, MG.

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, esta foi efetuada por meio de dados secundários, em termos da análise bibliográfica e documental, buscando identificar e adicionar conhecimentos referentes ao assunto em tela, de modo que se possa obter uma contextualização do programa.

Nesse sentido, para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica busca realizar levantamentos nas mais diversas fontes: livros, dissertações, artigos; enquanto a pesquisa documental apresenta uma riqueza própria, pois resgata informações do passado, podendo possibilitar uma leitura histórica dos acontecimentos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de implantação do PAA no município de Paula Cândido, MG, teve início no ano de 2007, por iniciativa da equipe técnica do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que vislumbrou nesse programa a possibilidade de potencializar a agricultura familiar por meio da comercialização de sua produção, já que essa etapa do processo produtivo era considerada um gargalo local.

Similarmente Grisa e Porto (2015) ressaltam que a novidade nos mercados institucionais trazidas pelo PAA, deve-se a que o mesmo absorveu a demanda dos agricultores por um mercado que atendesse as suas singularidades e particularidades, já que os outros mercados restringiam a sua participação por não terem condições de competir com os médios e grandes produtores, que possuíam vantagens competitivas, tanto em função do tamanho da propriedade para a produção, quanto em termos de recursos e maquinários para produzir em grande escala.

Para colocar o programa em funcionamento, a equipe da EMATER entrou em contato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pela execução de três modalidades do programa, sendo elas: Compra com Doação Simultânea (CDS), Apoio à Formação de estoques (CPR-ESTOQUE) e Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), para agendar uma reunião de apresentação do programa e de seus objetivos, para os atores governamentais (prefeitura municipal, por meio de suas Secretarias) e não governamentais (Associação dos Vicentinos, Sindicatos dos trabalhadores rurais, sindicatos dos produtores rurais) do município.

Nessa reunião foi realizado um levantamento dos interessados em ingressar no programa, o que gerou uma mobilização por parte dos atores presentes naquele espaço para a concretização da demanda existente. Hespanhol (2013) destaca a importância do PAA para o fortalecimento das redes sociais, já que, em função do programa, atores locais e regionais se unem para executá-lo. Nesse mesmo sentido, salienta Grisa (2009), citada por Hespanhol (2013), ao afirmar que o PAA se apresenta como uma rede diversa de atores sociais, que, para a sua execução, une famílias beneficiárias fornecedoras por meio das associações/cooperativas, famílias beneficiárias consumidoras e instituições públicas e privadas.

Inicialmente, por incredibilidade dos agricultores nos projetos governamentais, seja por descontinuidade ou por burocracia, o número de interessados não foi tão expressivo. Nota-se que somente uma associação de agricultores é que apresentou interesse em participar do PAA. Do mesmo modo, Hespanhol (2013, p. 479) demonstrou por meio de um estudo que: "a incerteza com relação à continuidade do programa [...] foi um dos aspectos mais lembrados pelos produtores (90%) e que gera uma situação de insegurança em termos de novos investimentos nas atividades agropecuárias".

Assim como Hespanhol (2013), Porto e Grisa (2015) alertam que a descontinuidade dos projetos é um fator limitante para o sucesso do PAA, gerando prejuízos não somente para as famílias fornecedoras/organizações, como também para as instituições/famílias beneficiárias. Ambos desacreditam na potencialidade do programa diante das interrupções, que, no caso dos agricultores, muitas vezes sofrem prejuízos por não terem como escoar a sua produção, enquanto as famílias beneficiárias podem ter a sua vulnerabilidade agravada justamente pela não doação dos alimentos.

Todavia, mesmo em meio à falta de credibilidade de muitos, os atores que almejavam a implantação do projeto no município, não desistiram e uniram esforços para providenciar toda documentação necessária, à exemplo da Declaração de Aptidão ao

PRONAF (DAP), para que uma associação interessada – Taquarassú – tivesse acesso ao PAA, como forma de comercializar a sua produção e, consequentemente, incrementar a renda familiar.

Ressalta-se que desde a implantação do programa em Paula Cândido - MG, o mesmo é pleiteado por meio das associações de agricultores, já que os recursos disponibilizados para as associações e cooperativas são mais expressivos do que aqueles destinados aos agricultores que pretendem se inserir no PAA de forma individual; além de existir o esforço por parte da CONAB em estimular esses atores a se unirem e se fortalecerem politicamente por meio dessas organizações. Conforme descrito por Porto et al. (2014, p. 47), "nas modalidades operadas pela CONAB, esses impactos são ainda enriquecidos pelo fortalecimento das organizações econômicas dos fornecedores, o que, ao fim, acaba por fortalecê-los como atores políticos em exercício da cidadania".

Das seis modalidades que compõe o programa, a Compra com Doação Simultânea é a modalidade executada no município, de modo que os alimentos adquiridos são fornecidos às entidades, escolas e creches existentes em Paula Cândido, MG. De acordo com os dados fornecidos pela EMATER local, foi realizado um contato prévio com todas as entidades e escolas presentes no município, de modo que pudessem se detectar as demandas existentes para que a doação dos alimentos fosse, de fato, efetiva, pois "a compra com doação simultânea representa ao mesmo tempo a compra governamental e o imediato atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional de pessoas em risco de insegurança alimentar" (ÁVILA et al., 2014, p. 100).

Tendo em vista o sucesso do primeiro projeto, aqueles agricultores, que estavam desacreditados no êxito do PAA, passaram a ter interesse em ingressar no mesmo, o que acarretou a criação de novas associações de agricultores, além da reativação daquelas associações já existentes e que estavam inativas. Dessas associações criadas, uma é composta majoritariamente por mulheres, indo ao encontro de mais um dos objetivos do PAA que é estimular a participação feminina no programa, como também está previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, do Grupo Gestor da CONAB.

> Fomentar o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em todas as suas modalidades. A participação de mulheres deverá ser considerada como critério de priorização na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do Programa, desde que cumpram as demais exigências da referida modalidade do Programa. Serão destinados, no mínimo, cinco por cento da dotação orçamentária anual do PAA, no MDA e no MDS, para as organizações compostas por cem por

> cento de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de setenta por cento de mulheres na composição societária (CONAB, 2012, p. 269)

Com a exposição desse cenário, infere-se que outro dos objetivos do PAA já estava sendo atingido, qual seja: o fortalecimento das associações e cooperativas. Esse objetivo do PAA tem sido alcançado em muitos municípios, conforme evidenciam diversos estudos. Assim como exposto por Grisa et al. (2011), o fortalecimento das associações e cooperativas é um dos benefícios oriundos com a implantação do PAA que, em função do programa, tiveram uma reestruturação na sua forma de organização, adquirindo então relevância no âmbito social, econômico e político; além de proporcionar aos seus integrantes mais facilidade no acesso aos recursos e, consequentemente, melhoria nas suas condições de produção e reprodução social.

No que diz respeito aos produtos comercializados pelos agricultores participantes, pode-se afirmar que existe uma grande diversidade. Nos primeiros projetos aprovados no município de Paula Cândido, MG, além dos alimentos *in* natura, como frutas, legumes e verduras, eram fornecidos produtos processados, como: geleias, doces e broas. Grisa (2017) relata que o PAA contribui de forma significativa para a diversificação da produção nos estabelecimentos das famílias fornecedoras, pois, ao ampliar os produtos que podem ser comercializados por meio do programa, essas famílias resgatam e expandem cultivos que até então eram destinados somente ao consumo familiar.

Nessa mesma perspectiva, Grisa e Porto (2015) relatam que, com a possibilidade de comercialização dos diferentes produtos absorvidos pelo PAA, muitas famílias agricultoras passaram a valorizar produtos que eram destinados somente para o autoconsumo, o que contribui diretamente para o resgate de práticas e cultivos regionais.

Nesse sentido, destaca-se que, em função das necessidades provenientes da implantação do programa, no município em questão, os agricultores tiveram que se adequar para se manterem aptos a se inserir e permanecer como beneficiários do mesmo. Assim, adaptações nas unidades produtivas, nas condições de produção, bem como nas formas de conservação e fornecimentos dos alimentos, foram as principais mudanças percebidas nos estabelecimentos dos agricultores familiares beneficiados pelo PAA. Segundo Porto et al. (2014), essas mudanças são fruto do processo da interação entre mercado e organizações, possibilitando a esses últimos melhorar a gestão de seu negócio a partir da experiência adquirida com essa interação.

Medeiros et al. (2011), apud Grisa e Porto (2015), também sinalizam o PAA como estimulador de melhorias na gestão das unidades produtivas das famílias agricultoras, uma vez que, além de incitar a elevação do padrão de qualidade de seus produtos, contribui, também, para a permanência dessas famílias no programa e, ainda, para a sua inserção em outros espaços de comercialização em âmbito local e até regional.

Peraci e Bittencourt (2010, p. 219) também fazem alusão aos impactos positivos propiciados pelo programa, no que se refere às mudanças nos estabelecimentos familiares, bem como no que diz respeito às formas de se produzir e fornecer os alimentos. Segundo os autores, o PAA:

> [...] Tem garantido a muitos agricultores familiares a remuneração de seus custos de produção, inclusive a remuneração de sua mão de obra, a organização e o planejamento da oferta e das etapas de classificação, acondicionamento, armazenamento e sanidade dos produtos [...]

Por fim, é importante apresentar a evolução do programa, no que diz respeito ao número de agricultores fornecedores, instituições beneficiárias e recursos angariados. A Tabela 1, a seguir apresentada, destaca o desenvolvimento do programa nesse sentido, revelando que existe uma demora na aprovação dos projetos e na liberação de recursos, a exemplo dos anos de 2007 e 2009, cujos projetos foram aprovados no ano seguinte ao seu envio. No que se refere ao número de instituições beneficiadas, percebe-se que existe uma oscilação nos dados, que ocorre tanto em função da criação de novas instituições, quanto pela extinção das mesmas. Assim, no ano de 2009, dentre as instituições beneficiadas existia uma escola rural que foi extinta, causando essa queda no número de instituições beneficiadas de nove para oito.

No entanto, em 2014, esse número teve um acréscimo de 03 instituições, que ainda não tinham sido contempladas pelo programa em anos anteriores, passando então de oito para 11 instituições beneficiadas. Porém, no ano de 2015, sete instituições foram beneficiadas, em função de somente um projeto ter sido aprovado, gerando uma queda no montante de recursos disponibilizados e, consequentemente, no número de instituições contempladas. No ano de 2016, nenhum projeto foi submetido e, portanto, não houve instituição beneficiada, visto que aguardavam a apreciação dos projetos enviados em 2015. Já no ano de 2017, devido ao fechamento de uma das instituições, houve uma queda no número de instituições beneficiadas de 11 para dez.

É importante ressaltar que fazem parte desse rol de instituições beneficiadas as escolas estaduais e municipais, creches municipais, conferência vicentina, entidades de assistência social e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Quanto ao número de agricultores que foram contemplados pelo PAA, no município em questão, pode-se inferir que desde a sua implantação houve um aumento substancial no número de famílias inseridas no programa. Com exceção, para os anos de 2013 e 2015, quando foram aprovados somente um projeto em cada ano.

No que diz respeito aos recursos disponibilizados, por meio do programa, esse pode variar tanto em função da cota anual que cada família agricultora pode atingir, como em função da variedade e quantidade de produtos que cada uma dessas famílias dispõe para comercializar. Atualmente, essa cota é de 8.000,00 reais família/ano, sendo que, nos primeiros anos do projeto, essa cota era de 6.000,00 reais família/ano.

Conforme exposto, o aumento dos recursos disponibilizados para o PAA e, portanto, de famílias atendidas está em função da existência e aprovação dos projetos enviados à CONAB, que privilegia associações formadas, majoritariamente, por mulheres, bem como preza pela qualidade dos produtos a serem adquiridos e redistribuídos por meio do programa.

Tabela 1 – Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos, no município de Paula Cândido, MG, no período de 2007 a 2017

Ano	**Número de Projetos Enviados/Aprovados**	**Número de Agricultores Cadastrados**	**Número de Agricultores Beneficiados**	**Número de Instituições Beneficiadas**	**Total de Recursos Disponibilizados**
Feito em 2007 e aprovado em 2008	1	21	21	9	R$ 68.615,00
Feito em 2009 e aprovado em 2010	2	43	43	8	184.679,00
2011	Foram enviados três projetos, mas nenhum foi aprovado.	68	-	-	-
Feito em 2012 e aprovado em 2013	1	9	9	2	45.911,60
Feito em 2013 e aprovado em 2014	3	46	46	11	292.907,17
Feito em 2014 e aprovado em 2015	1	12	12	7	77.862,70
2016	-	-	-	-	-
Feito em 2015 e aprovado em 2017	4	73	73	10	564.216,83

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Programas como o PRONAF, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e PAA demonstram a mudança de olhar do estado para a agricultura familiar, categoria social que conquistou espaço na agenda pública em função de suas mobilizações. Essas políticas ao serem concebidas e implantadas, conforme evidenciam diversos estudos já publicados, provocam melhorias significativas no modo de produção e reprodução dessas famílias.

Os resultados apresentados demonstram que a implantação do programa, no município de Paula Cândido, MG, contou com os esforços de atores governamentais e não governamentais, que estão unidos durante a execução do mesmo, o que tem contribuído para a construção de uma densa rede de política pública. Resultados relativos à sua evolução permitem concluir que, apesar da demora na liberação de recursos, quando o projeto está em vigor, este beneficia um número expressivo de pessoas e famílias vulneráveis por meio das instituições agraciadas.

Reconhece-se que o PAA está alcançando seus principais objetivos, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da criação de mercados para a comercialização de sua produção, garantindo renda e mudanças positivas nas suas formas de produção e fornecimentos dos alimentos. Em função das instituições sociais envolvidas, o PAA tem corroborado para a promoção da segurança alimentar de famílias urbanas e rurais, que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social. Entretanto, a demora na aprovação dos projetos e na liberação de recursos evidenciam que existem lacunas a ser superadas, em termos da continuidade dos objetivos propostos, o que delimita que sua eficácia esteja em processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, M. L.; CALDAS, E. L.; ÁVILA, S. R. Coordenação e efeitos sinergéticos em políticas públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: Mauro Eduardo Del Grossi [e] Denise Reif Kroeff. (Org.). **PAA:** 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos** – PAA. Legislação Básica. Brasília, DF, 2012. 270 p.

BRAGATTO, S.A. **Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar: segurança alimentar e inclusão social no campo?** 2010. 152f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA, C.; SCHIMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRISA, C.; PORTO, S. I**.** Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER; Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 155-180.

GRISA, C. In: Delgado, C. G.; Bergamasco, M. P. P. S. (Org.). **Agricultura familiar brasileira:** Desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

HESPANHOL, M. de. A. R. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade e Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins** [Online] **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 25, 2015.

MULLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 139, 2012.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: Silva, J.G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, G. (Org.). **Fome Zero:** A experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

PORTO, S. I.; SOARES, E. S.; SOARES, J. F.; CRUZ, K. C. M. S.; VIEGAS, G. L.; VIANA, C. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política múltipla e inovadora. In: Mauro Eduardo Del Grossi [&] Denise Reif Kroeff. (Org.). **PAA:** 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280 p.

ARTIGO 2

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS LIDERANÇAS INSTITUCIONAIS SOBRE O PAA: UMA ANÁLISE LEXICOGRÁFICA[11]

RESUMO: Este artigo teve como objetivo examinar as representações sociais dos diferentes atores sociais envolvidos na implantação e execução do PAA, no município de Paula Cândido, MG, em especial, identificar suas interferências na vida dos agricultores familiares. O PAA é um programa destinado aos agricultores familiares e tem como principal foco a garantia da comercialização de sua produção e, ao mesmo tempo, o fornecimento de alimentos às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Como procedimento metodológico, foi feito uso da pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas. Para o processamento dos dados utilizou-se o *software* IRAMUTEQ. Resultados evidenciam que a representação social dos técnicos sobre o PAA é de que este é um programa de fundamental importância para a agricultura familiar, uma vez que contribui para a melhoria do processo de produção e comercialização; integração e manutenção das famílias no campo; organização, participação e ganho de conhecimentos dos agricultores familiares. Entretanto, relatam que esses resultados dependem de sua lógica de funcionamento, em termos de potencialidades e limitações, como a falta de regularidade, atraso na liberação de recursos, burocracia para o acesso e permanência no programa. Conclui-se que, para uma maior eficácia do programa, é preciso que o processo de monitoramento e avaliação seja contínuo, de modo a identificar e reduzir os desvios e limitações, potencializando seus benefícios, para a melhoria da qualidade de vida e empoderamento dos agricultores.

PALAVRAS-CHAVE: PAA. Lideranças institucionais. Representações sociais. Empoderamento.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF INSTITUTIONAL LEADERSHIPS ON THE FAP: A LEXICOGRAPHIC ANALYSIS

ABSTRACT: This article aimed to examine the social representations of the different social actors involved in the implementation and execution of the FAP, in the municipality of Paula Cândido, MG, in particular, it aimed to identify its interference in family farmers' lives. The FAP program is target at family farmers and its primary focus is to guarantee the commercialization of their production and, at the same time, the supply of food to the families situated in the context of social vulnerability. Bibliographic and documentary research were used as a methodological procedure, in addition to semi-structured interviews. For data processing, the IRAMUTEQ software was used. The results indicate that the social representation of the technicians on the FAP is that it is a program of vital importance for family agriculture, for it contributes to the improvement of the production and commercialization process; integration and maintenance of families in the rural area; organization, participation and gain of knowledge of family farmers. However, they report that these results depend on the functioning logic, in terms of potentialities and limitations, such as the lack of

[11] Artigo aprovado para apresentação no X Congresso ALASRU, a ser realizado em Montevideo, Uruguay, no período de 25 a 30 de novembro de 2018.

regularity, delay in the release of resources, bureaucracy for access and permanence in the program. It is concluded that, in order to make the program more effective, the monitoring and evaluating processes need to be continuous, enabling the identification and reduction of deviations and limitations and maximizing the benefits, promoting the improvement of the quality of life and the empowerment of farmers.

KEYWORDS: PAA. Institutional Leadership. Social Representations. Empowerment.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetivou examinar as representações sociais do público envolvido na implantação e execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Paula Cândido/MG, sobre as repercussões do programa no empoderamento dos agricultores familiares. Para tanto, o estudo teve como base teórica a teoria das representações sociais, propagada por Moscovici, visando compreender o objeto de estudo por meio das percepções de quem o executa.

Outra sustentação teórica para este trabalho está no modelo de análise de política pública, preconizado por Sabatier e Smith (1993), denominado como modelo de coalizão de defesa (*advocacy coalition*). Para esses autores, as crenças, valores e ideias são importantes dimensões no processo de formulação de políticas públicas, já que cada subsistema que integra uma política pública é composto por um número de coalizões de defesa, que se diferem pelos seus valores, crenças e ideias; isto é, pelos recursos de que dispõem.

Sabatier (1998), citado por Soares e Alves (2015), pretendia expandir a atividade governamental, de modo que dela fizessem parte atores que não tinham relação direta com o governo; suscitando, assim, a inclusão nessas atividades de "atores em vários níveis de governo na formulação e implementação de políticas, assim como jornalistas, pesquisadores e analistas políticos que desempenham papeis importantes na geração, disseminação e avaliação das ideias políticas" (SOARES, ALVES, 2015, p.65).

No que diz respeito à teoria da representação social, Moscovici (2003) relata que conceituá-la pode ser visto como algo complexo de ser realizado, uma vez que considerava a noção de representação social muito ampla, defendendo que, ao conceituá-la, poderia correr o risco de restringir o seu significado. Entretanto, em uma de suas obras, é possível verificar o que o autor compreendia por representação social de forma clara, a exemplo do trecho que segue:

> As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem. (MOSCOVICI, 2003, p. 46).

Nesse mesmo sentido, assegura Jodelet (2001) que, as representações sociais são sistemas de interpretação construídos pelos sujeitos sociais sobre determinado objeto, de modo que suas condutas são diretamente influenciadas pelas suas representações. Acrescenta ainda que, diversos fatores, como: cultura, experiência de vida, ideologia, influenciam diretamente nessa construção representativa.

Jodelet (2001) salienta, ainda, que há um consenso da comunidade científica sobre uma definição de representação social que a compreende como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JODELET, 2001, p. 22).

Diante disso, buscou-se, com base no estudo das representações sociais dos executores do PAA, compreender as repercussões do programa na vida das famílias dos agricultores que são beneficiárias dessa política pública.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Sujeitos da pesquisa

No total, foram realizadas seis entrevistas, contemplando os sujeitos que estão diretamente envolvidos com a referida política pública: uma extensionista de bem-estar social, um técnico agrícola e quatro presidentes de associações de agricultores. Cabe ressaltar que os técnicos descritos anteriormente fazem parte da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que, no município de Paula Cândido, MG, são os responsáveis pela elaboração dos projetos e execução do programa.

2.2 Procedimentos para a coleta e análise dos dados

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semi-estruturado construído a partir dos resultados obtidos no estudo bibliográfico e documental preliminar sobre o PAA. Os dados foram coletados nos locais de trabalho dos entrevistados, respeitando-se sua disponibilidade. Importante considerar que as entrevistas foram realizadas individualmente de modo que pudessem ser preservadas a percepção de cada um dos entrevistados, sem a interferência dos outros executores.

As seis entrevistas realizadas foram transcritas de forma individual e, posteriormente, preparou-se o *corpus* – compilação das entrevistas em um único arquivo - para serem analisadas por meio do software Iramuteq[12]. Esse Software consegue ler os dados qualitativos e transformá-los em dados estáticos, já que permite a identificação das principais palavras presentes nos discursos, além de apresentar qual a frequência de cada uma delas nos textos analisados possibilitando, assim, uma compreensão pormenorizada do objeto de estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Análise lexicográfica das entrevistas realizadas com os líderes institucionais

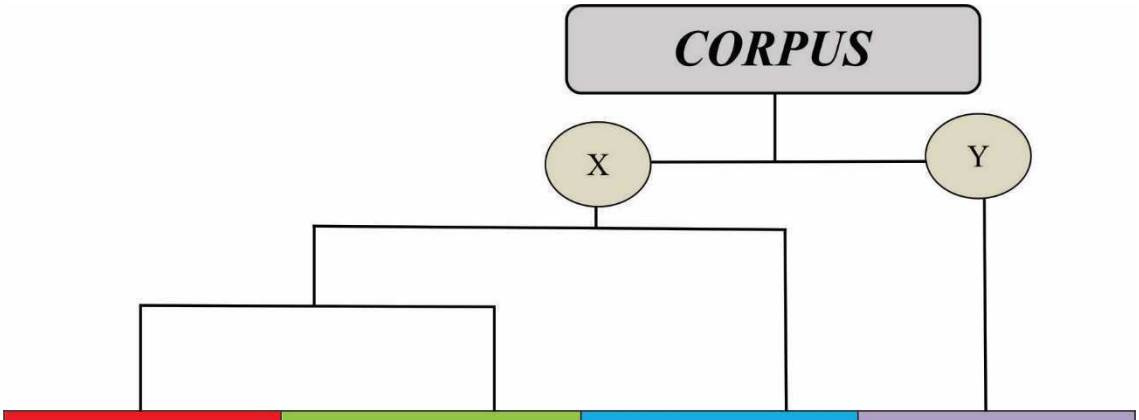
A partir do *corpus* geral, constituído por seis textos, foi realizada a análise lexicográfica pelo *software* Iramuteq que se desmembrou em 522 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 516 STs (98,85%). Desse *corpus* emergiram 17.988 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2.155 palavras distintas e 1.034 com uma única ocorrência. Assim, conforme Figura 1, o conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1, com 134 ST (25,97%); Classe 2, com 112 ST (21,71%); Classe 3, com 118 ST (22,87%) e a Classe 4, com 152 ST (29,46%).

Dessas quatro classes que compõe o *corpus* total, emergiram dois *subcorpus* que serão aqui denominados por (X e Y). O subcorpus X é composto pela Classe 3,

[12] *Software* gratuito e desenvolvido sob a lógica da *open source,* licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do *software* R e na linguagem *python* (www.python.org). Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicográfica básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras), como exposto por Camargo e Justo (2013, p. 515).

conjuntamente com as classes 1 e 2; enquanto o subcorpus Y contempla a Classe 4. Após a leitura dos fragmentos de texto de cada uma das referidas classes, foi possível compreender o conteúdo de cada uma delas e nomeá-las, conforme está descrito a seguir: A Classe 3 foi intitulada como: Efeitos do PAA no processo de Produção e Comercialização. Já a Classe 1 foi denominada por "Repercussões do PAA na integração familiar" e a Classe 2 ficou classificada por "Lógica de funcionamento do PAA". Por fim, tem-se o subcorpus Y que contém o discurso referente à Classe 4, aqui intitulada por "Organização, Participação e Conhecimentos dos Agricultores Familiares".

Figura 1 – Dendograma da classificação hierárquica descendente.



CLASSE 1 Repercussões do PAA na integração familiar 134 STs 25,97%	CLASSE 2 Lógica de funcionamento do PAA 112 STs 21,71%	CLASSE 3 Efeitos do PAA no processo de produção e comercialização 118 STs 22,87%	CLASSE 4 Organização, participação e conhecimento dos Agricultores Familiares 152 STs 29,46%
Dinheiro	Projeto	Produto	Participar
Mulher	Época	Mercado	Associação
Família	Burocrático	Produção	Mudança
Marido	Técnico	Produzir	Organização
Trabalhar	Pagamento	Vender	Contribuir
Filho		Entregar	Participação
Campo		Local	Sindicato
Cidade		Sanidade	Social
Comprar		Diversificar	Desenvolvimento
Depender		Região	Conhecimento
Decisão		Cultura	
		Perder	

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados emitidos pelo *software* Iramuteq (2017).

Observa-se que, na figura anteriormente apresentada, constam as palavras ranqueadas pelo programa de acordo com a sua maior associação com cada classe temática. Diante disso, tendo como base os segmentos de textos (recortes de texto dos discursos analisados) representativos de cada classe, bem como as palavras que sobressaíram em cada uma delas, a seguir, são apresentados os resultados e as discussões referentes a cada um dos eixos temáticos.

3.2 Classe 1 – Repercussões do PAA na integração familiar

A primeira classe trata sobre as repercussões do PAA na família dos agricultores familiares. Dentre os ganhos proporcionados pelo programa, estão em destaque as mudanças na condução do trabalho rural, já que antes o homem era o único responsável pelo processo produtivo e, atualmente, em muitos casos, a família toda ou, pelo menos, boa parte dela contribui no processo de produção, incluindo as etapas de plantio/colheita e, até mesmo, a comercialização, como pode ser evidenciado no relato de um dos entrevistados:

> [...] coisa que só o homem fazia a mulher ta lá ajudando e dando a opinião dela lá e eles estão trocando essas experiências e você vê os meninos crescendo também já, e alguns deles estão estudando fora, mas quando eles vêm eles ajudam né e divulgam aquilo que os pais estão fazendo. Então, assim, eu acho que tem essa integração, essa união das famílias sim por ela ter que estar mais perto então, assim, isso ajudou bastante (ENTREVISTADO 3).

Situação similar foi identificada no trabalho de Cunha (2015), realizado no município de Espera Feliz, MG, no qual o pesquisador relata que o PAA contribuiu para a inserção de todos os membros da família no processo produtivo e, portanto, uma maior integração familiar.

Importante salientar que foi perceptível um destaque para a participação da mulher no processo produtivo. Nesse sentido, Siliprandi e Cintrão (2011) descrevem que, na modalidade do PAA de Compra Direta com Doação Simultânea, percebe-se maior participação de mulheres, uma vez que essa modalidade possibilita as mesmas venderem produtos que já cultivam em seu quintal para a subsistência da família. Nas palavras das autoras:

> [...] Por permitirem a compra de uma gama diferenciada de produtos alimentares, vêm propiciando a criação de um mercado "institucional", com preços justos, para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao "autoconsumo", à "subsistência" e ao "quintal", cultivados em áreas próxi-

> mas à casa, ou em áreas não aproveitadas para cultivos comerciais. Alguns deles já eram vendidos pelas mulheres, mas em escala menor e com mais dificuldades, como as aves e os ovos, as hortaliças (bastante incluídas no PAA e em vários casos estimuladas por ele), e as frutas [...] (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 21).

No município estudado, a modalidade executada é exatamente a Compra com Doação Simultânea, indo ao encontro à tese das autoras de que muitas mulheres já plantavam para a subsistência familiar e, com o PAA, puderam aumentar e melhorar sua produção de modo que obtiveram uma renda extra para ajudar no sustento da família, conforme pode ser visto no relato a seguir:

> [...] muitas mulheres abraçaram a questão, assim, de horta. Elas podiam fazer a horta porque, às vezes, o marido está cuidando mais de outras coisas, café uma coisa assim, então não tem muito tempo para ele, ele não via nisso a possibilidade de gerar renda. Mas a mulher conseguiu enxergar e a gente fez esse trabalho também para as mulheres, excelente também para os jovens que estão aí na roça, às vezes, sem ter um emprego no momento então vamos trabalhar com horta né (ENTREVISTADO 1).

No que tange a participação das mulheres na produção destinada ao PAA, os entrevistados, em diversos momentos, ressaltavam essa conquista, como sendo algo de extrema importância, uma vez que muitas das mulheres estavam destinadas somente à execução de trabalho doméstico, bem como aos cuidados com marido/filhos, levando-as a um estado de desmotivação constante por não terem sua própria renda e liberdade de fazer o que tinham vontade. Assim, essa realidade vem sendo alterada com a inserção das mesmas no programa.

Cavalcanti (2016) também constatou em sua pesquisa essa inclusão da mulher no processo produtivo e, concomitantemente, sua independência, pois a mulher tem a possibilidade de comercializar produtos que já tem o costume de fazer, a exemplo de broas, rosquinhas e doces.

Ficou evidente também, nessa primeira classe, a contribuição do PAA para a permanência das famílias no campo com qualidade de vida, como afirma o entrevistado 5, "o mercado abriu, expandiu bastante e essas pessoas continuam morando na roça, então, assim, todos que entraram no programa desde quando começou e depois, também, vieram outras oportunidades e todos eles permaneceram no meio rural".

Nesse mesmo sentido, ressalta o entrevistado 3:

> [...] apesar do município ser um município que vive da agricultura, vive da pecuária, mas tinha uma dificuldade muito grande de produzir uma renda o ano todo, então o programa veio trazer essa oportunidade né do município

> produzir uma renda ali e também manter as famílias no campo e pessoa não ter que ir para a cidade. Porque diziam assim: não vou ficar na roça porque só no período de safra é que eu tenho renda fora disso eu não tenho, então foi uma oportunidade grande de manter as famílias lá com essa proposta, com essa oportunidade delas serem contempladas com esses programas e estarem produzindo a renda da família ali (ENTREVISTADO 3).

Moreno (2012) reconhece que, no município por ele estudado, Viçosa CE, o PAA é, sim, propulsor da permanência dos agricultores no meio rural, já que o mesmo garante aos beneficiários fornecedores a venda de suas produções a um preço justo, além de uma melhoria nas condições e diversificação de sua produção.

Essa percepção é compartilhada por Oliveira (2015), ao afirmar que os programas institucionais, como o PNAE e PAA, podem, de fato, contribuir para a permanência das famílias agricultoras no meio rural. O autor faz essa afirmação partindo da premissa de que, ao ter uma garantia de comercialização, os produtores têm um incremento nas suas receitas e, consequentemente, podem ter uma melhoria positiva na qualidade de vida de suas famílias. No entanto, relata, de forma incisiva, que esses programas não devem ser considerados como mecanismo de independência financeira, já que possuem significativas limitações, como, por exemplo, a cota anual por agricultor, que é considerada bem restrita.

Brasil (2014) também relata sobre a interferência do PAA no fator renda. A autora anuncia que apesar de seus limites, o programa tem representado um aumento considerável na renda mensal das famílias fornecedoras, posto que a receita oriunda com a comercialização via PAA representa um incremento de renda média mensal de R$400,00 (quatrocentos reais) por família participante do programa.

Diante do descrito, é possível afirmar que, apesar das limitações e entraves a serem superados pelo programa, o PAA pode contribuir de forma significativa para a manutenção das famílias no campo com melhorias nas suas condições de produção e reprodução social, desde que seja bem executado e que seja alvo de acompanhamento e monitoramento contínuo.

3.3 Classe 2 – Lógica de Funcionamento do PAA

Com a realização das entrevistas foi possível perceber, a partir das falas dos diferentes líderes institucionais, como tem ocorrido a lógica de funcionamento do PAA, destacando tanto suas potencialidades como limitações, os dados mostram uma

convergência no que diz respeito às potencialidades apresentadas pelo município estudado para que o PAA pudesse ser implantado, já que todos eles relataram que Paula Cândido, MG, é um município que tem quase metade da sua população residindo no meio rural, vivendo das atividades exercidas neste mesmo espaço; ou seja, atividades agrícolas. Além disso, foi unânime a afirmação de que a comercialização constituía um gargalo local, que poderia ser contemplada, em grande parte, pela venda a ser realizada por meio programa.

Outra potencialidade apresentada no funcionamento do PAA é com relação à participação dos agricultores em associações e cooperativas. No município estudado foram mencionadas, inúmeras vezes, a importância da associação não só para a inserção dos agricultores no programa, como também para a permanência no mesmo.

Notou-se uma questão em comum na fala dos entrevistados sobre esse ponto, ao relatarem que, a princípio, os agricultores que ainda não participavam de associações ingressavam na mesma somente para ter acesso ao programa, já que a modalidade de que o município participa- Compra com Doação Simultânea – tem como premissa a participação em associações e/ou organizações.

No que diz respeito aos limites para o funcionamento do PAA, em Paula Cândido, as principais objeções foram sobre a descontinuidade do programa, bem como sobre a burocracia em torno do mesmo. Percebe-se que essa é uma questão abordada em diversos estudos que também relatam que a incerteza sobre a aprovação do projeto e as inúmeras exigências para o ingresso no mesmo desmotivam os agricultores a permanecerem no programa, conforme relatado por alguns líderes:

> [...] é acaba um projeto e a gente faz outro, demora pra ta saindo mas a gente não parou de funcionar, não paramos com o PAA aqui não. Mas é trabalhoso, porque ele é muito burocrático, como qualquer projeto de governo, é muito burocrático, então, é muito papel, muito papel, às vezes exige muito do produtor de tá vindo muito aqui na rua e, às vezes, isso dificulta um pouco, tanto nos espaços, nos períodos que tem que entregar, que tem né os documentos que tem que estar lá na CONAB. Com o tempo também foi surgindo várias exigências, mas começou de uma forma mais *light* [...] (ENTREVISTADO 1).

> [...] a gente tenta fazer na medida do possível da melhor forma, mas, às vezes, não acontece, como a gente prevê o próprio projeto, às vezes demora a sair, acontece muitas coisas que a gente tenta explicar para o produtor né e, às vezes, algum produtor naquele momento fica até meio insatisfeito. Ah eu perdi muita verdura e tal, gente não saiu na época né. Então há esses problemas, dificuldades, esses limites do próprio projeto sabe (ENTREVISTADO 3).

> [...] a questão da burocracia que é para fazer um projeto, que é o que eu sempre ressalto aqui. Pagamento também era muito ruim, assim, não ruim em

> questão de financeiro, porque o preço do produto era bom, mas demorava muito a sair né os pagamentos no início. Hoje está até mais ou menos, não sei o que acontece se é falta de organização por parte da associação ou se é na CONAB, não sei te dizer [...] (ENTREVISTADO 5).

A partir dessas falas percebe-se como é fundamental a atuação dos técnicos da EMATER, uma vez que auxiliam os agricultores com a elaboração dos projetos e demais documentos necessários para a sua participação; ou seja, sem o auxílio desses profissionais muitos agricultores não teriam condições de se inserir no PAA.

Hespanhol (2013) já alertava sobre essa problemática ao descrever que a dúvida sobre a continuidade do programa; ou seja, pela aprovação dos projetos e liberação dos recursos deixa os produtores com receio de investirem na produção.

Nesse mesmo sentido, também descreve Hentz (2016), em seu estudo realizado no município de Cunha Porã, SC, ao apresentar o relato de um dos entrevistados sobre a descontinuidade do programa, expondo que a queda no número dos agricultores fornecedores participantes do programa podem estar relacionadas as interrupções na execução do mesmo. Acrescenta, ainda, que a burocracia para a adesão e permanência no PAA também são fatores que limitam a estadia dos agricultores familiares no programa.

Moreno (2012), Brasil (2014) e Cunha (2015) corroboram com as afirmações anteriormente descritas, ao explanarem, como parte dos resultados de suas pesquisas, que a descontinuidade no funcionamento do programa é uma queixa recorrente dos agricultores familiares.

Importante destacar que, apesar das burocracias ainda presentes, pode-se afirmar que houve um avanço em relação à extinção de algumas formalidades que, em décadas anteriores, foram entraves para a comercialização da produção pelos pequenos produtores, a exemplo da dispensa de licitação.

3.4 Classe 3 – Efeitos do PAA no processo de produção e comercialização

Os principais efeitos do PAA, no que tange a produção, correspondem a diversificação da mesma, melhoria na qualidade dos alimentos produzidos e aproveitamento do excedente. A variedade da produção pode ser justificada pela gama de produtos que o programa engloba, o que estimula os agricultores a incrementarem suas hortas e pomares. Já a busca por uma maior qualidade nos alimentos a serem ofertados, tem susten-

tação na ideia de comprometimento com os beneficiários recebedores, justamente pela proximidade existente entre quem produz e quem consome. Com relação ao aproveitamento do excedente, percebeu-se uma valorização de frutas que, muitas vezes, se perdiam no quintal de casa, a exemplo da banana e manga, que são passíveis de venda via PAA.

As implicações do PAA sobre a comercialização estão relacionadas, principalmente, com a segurança de venda e abertura de outros canais de comercialização. A respeito da segurança de comercialização, pode-se afirmar que esse é um dos principais benefícios do programa, já que muitos agricultores antes de acessarem o PAA não tinham como escoar a sua produção. Quanto à abertura de novos mercados, foi perceptível a aceitação dos mesmos produtos ofertados ao PAA, tanto pelo mercado local quanto pelo regional, além de outros mercados institucionais, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), acreditando-se que isso se deva ao aperfeiçoamento da produção dado pelos agricultores.

Becker e Anjos (2010) reconhecem que a questão da variedade de alimentos produzidos pela agricultura familiar é algo que lhe é intrínseco, fato apreciado pelo PAA, dado que o programa abrange em sua aquisição um amplo conjunto de alimentos. Essa constatação dos autores, sobre a capacidade produtiva dos agricultores familiares, pode ser reforçada pelo seguinte relato de um dos nossos entrevistados: "o ganho maior com o programa foi a partir daí né pela qualificação, treinamentos, mudança de alguns hábitos e somando já a capacidade de produzir e a experiência que os agricultores já tinham" (Entrevistado 3).

Nessa mesma lógica, Siliprandi e Cintrão (2011) apontam que diversos estudos colocam o PAA como fator influenciador na diversificação dos gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, além de proporcionar melhorias nas unidades de produção e processos produtivos.

Outro fato evidenciado durante a coleta de dados foi sobre a questão do atravessador. Como o mercado local não absorvia boa parte da produção, muitos agricultores ficavam a mercê de intermediários, que compravam seus produtos a preços mais baixos, para venderem em outras cidades, o que diminuía de forma substancial o lucro dos agricultores. Além disso, essa forma de comercialização não contribuía para seu poder de negociação e autonomia.

Os resultados anteriormente relatados vão ao encontro aos da pesquisa de Schimitt (2005) e Grisa et al. (2010), quando ressaltam sobre a importância do PAA

para uma independência do agricultor em relação à essa figura do intermediário, cujo efeito na vida do agricultor era desagradável, pois, além de apossar-se, de boa parte, dos lucros desses trabalhadores, ainda contribuíam para uma maior dependência dos agricultores.

Ficou evidente também, pelos depoimentos dos executores, que houve uma maior preocupação dos agricultores em relação à qualidade dos produtos, já que, para serem adquiridos pelo PAA, os produtos precisam ter um padrão de excelência. Conforme pode ser ilustrado pelas seguintes narrativas:

> [...] lá no processo de produção teve essa necessidade de se adequar às normas, principalmente em termos de sanidade né, voltada para a questão da saúde do animal, da questão sanitária, qualidade da água que é usada né, qualidade do solo. Então, tudo isso vai (pausa) tiveram que ter essas mudanças porque como partia de uma exigência quase que obrigou eles a fazer isso. (ENTREVISTADO 3).

> Às vezes você produz um alface uma folha tá ruim ali, aí, para você não ter problema, você vai lá tira e aproveita joga para uma galinha, uma coisa assim. Mas, para a escola, a qualidade tem que ser excepcional né, que é para (pausa) estamos lidando com seres humanos. Então, a gente teve análise de água em várias propriedades, teve indicação da EMATER aqui também, que auxiliou na adubação, na qualidade do produto, até mesmo incentivando na qualidade das mudas também para ser compradas de qualidade para render um produto bom depois (ENTREVISTADO 5).

Schimitt (2005) também faz alusão a essa mudança como sendo positiva. Para o autor, o PAA tem provido melhorias contínuas no processo produtivo dos agricultores que dele fazem parte, dado que a qualidade dos produtos é um requisito fundamental para acessar e permanecer no programa.

Quanto à segurança de comercialização proporcionada pelo PAA, observou-se que isso foi um atrativo para a submissão dos projetos a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), visto que a absorção da produção agrícola pelo mercado local era insuficiente; ou seja, havia muita oferta para pouca demanda.

No entanto, essa não é uma particularidade do município em questão. Outras pesquisas, como a de Bragatto (2010) e Salgado (2016), evidenciaram que o PAA proporciona aos agricultores comercializar sua produção de forma vantajosa já que municípios de pequeno porte não conseguem absorver o que eles produzem. Ressaltam ainda que, muitas vezes, o PAA é o único canal de comercialização a que os agricultores têm acesso.

Outro dado importante acerca das contribuições do PAA está relacionado a viabilidade dos agricultores venderem determinados alimentos que antes não faziam parte

dos seus itens comercializáveis; isto é, fomentou o aproveitamento do excedente, contribuindo para uma maior variedade dos alimentos ofertados e para o não desperdício dos mesmos.

Ainda a esse respeito, ressalta-se que em uma oficina realizada sobre o PAA, no ano de 2006, em Curitiba, RS, onde estiveram presentes agricultores/as; representantes de organizações proponentes e organizações parceiras; representantes de organizações beneficiárias de doações, foi discutido sobre os benefícios e lacunas do PAA, cuja reflexão deu origem ao relatório intitulado: Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Região Sul. Nesse estudo foi apontado que, com o PAA, os agricultores puderam resgatar produtos tradicionais, além de terem tido a possibilidade de comercializar produtos que antes não eram vendidos (CORDEIRO, 2006).

3.5 Classe 4 – Organização, participação e conhecimentos dos agricultores familiares

Nessa última classe, ficou evidente que o PAA contribuiu para uma mudança na forma de organização dos agricultores, com maior participação dos mesmos em associações e demais organizações/instituições, a exemplo do sindicato e da EMATER. Muitos produtores até já estavam inseridos em associações, mas, com pouco envolvimento, outros não faziam parte de nenhuma organização. Entretanto, os líderes institucionais deixavam claro que para participar do programa era necessário que essa concepção sobre o papel da associação fosse alterada. Como pode ser visto na fala que segue:

> A inserção dos agricultores no PAA contribuiu para a sua participação em associações e organizações sim, porque, às vezes, o produtor ele tinha o potencial produtivo, mas ele não tava na associação, então, nós conversarmos e falamos, mas, para você participar do PAA, você tem que fazer parte da associação, mas fazer parte da associação não é só falar que faz parte da associação. É ir nas reuniões, é contribuir com alguma coisa, se você tem algum problema que você tá sentindo na sua comunidade né, porque a associação não é só questão da produção, é questão também da convivência das famílias, ali em comunidade. Então, eu acho que isso gera né uma convivência melhor de todos da família, das crianças, dos jovens (ENTREVISTADO 1).

Essa mesma perspectiva é corroborada pelos autores Becker e Sacco dos Anjos (2010), ao destacarem que os agricultores se inserem em associações para obterem acesso

aos mercados, pois sabem que, sem estarem organizados/associados as dificuldades serão maiores, não somente para ingressarem, mas, principalmente, para se manterem no mercado. No relato do entrevistado 2 fica nítida a importância dos agricultores estarem organizados por meio de associações: "um fortalece o outro diante de um desafio ou outro [...] quando você tem reunião, você tem uma associação que leva eles a buscar alguma coisa coletiva envolve todos eles, enquanto se não tivessem isso ficariam mais isolados".

Diante da possibilidade de comercializar pelo PAA, os agricultores, que ainda não faziam parte de nenhuma organização formal, buscaram associar-se para terem acesso ao programa. Inicialmente, esse era o único propósito. Todavia, com o andamento do programa e com as necessidades que foram surgindo, a percepção sobre a importância da associação foi, gradativamente, se alterando.

Para além da formalização, a associação tem o papel importante de contribuir com informações/conhecimentos; ser voz dos agricultores perante outras instituições, como a Prefeitura, para a solicitação de algum convênio ou incentivo, por exemplo. Assim como, auxilia com as compras coletivas, diluindo o preço pago por determinado insumo e/ou produto; dentre tantas outras atribuições. Além da força política que essas organizações representam, conforme retratado por Brambatti e Nitsche (2018):

> O associativismo cumpre um papel na sociedade de romper com os padrões unificadores da mídia, onde individualismo e a competitividade são paradigmáticos, formando uma rede de pequenos grupos, imersa na cotidianidade, constituindo uma força invisível e descontrolada. Neste cenário, sociedade civil e Estado constituem parcerias estratégicas, nas quais a cidadania se constrói pela participação em decisões e ações coletivas, capazes de contrapor à lógica da perversidade, imposta pela racionalidade instrumental do capitalismo, principalmente no campo. Numerosas associações estão constituídas, e algumas pensam politicamente, agem politicamente, em dinâmicas que precisam ser refletidas, reconhecidas e apreendidas, intervindo principalmente no espaço do lugar, onde macro políticas não chegam (BRAMBATTI; NITSCHE, p. 75-76, 2018).

Conforme retratado por Hespanhol, em seu estudo realizado no município de Dracena, SP, a associação assume diversas funções para o atendimento da necessidade dos seus associados, contribuindo para um melhor andamento do trabalho dos mesmos. A autora destaca como os principais serviços prestados pela associação: "aluguel de maquinários agrícolas (tratores e implementos); compra coletiva de insumos (defensivos, calcário, fertilizantes etc.), com melhores condições de pagamento e de prazo [...].". (HESPANHOL, 2013, p. 477).

Nesse sentido, Cunha (2015) igualmente relata que estar organizado formalmente contribui para a inserção e permanência dos agricultores familiares no PAA. O referido autor descreve a importância da cooperativa para os agricultores familiares, já que, para além do acesso aos mercados institucionais, essa organização contribui fortemente com a operacionalização do programa.

A participação nesses espaços coletivos pode contribuir muito para o crescimento profissional e pessoal dos agricultores, visto que neles há uma disseminação de novos conhecimentos, trocas de saberes e experiências, o que instiga nos produtores a necessidade de se capacitarem e estarem, cada vez mais, aptos para comercializarem, conforme ilustra a seguinte fala: "houve mudança, houve a inclusão social de vários agricultores que nem procuravam a EMATER e que hoje entra aqui e vê que ele tem esse direito também, até pra ter assistência técnica [...]" (Entrevistado 1).

Cavalcanti (2016) também faz menção sobre a busca dos agricultores por aperfeiçoamento de suas capacidades produtivas. A autora retrata, como parte do seu estudo, que as exigências impostas pelo PAA são gatilhos para essa busca por maiores conhecimentos, o que acontece via participação em organizações formais coletivas, como pode ser observado no trecho que segue:

> [...] as normas, depois de cumpridas, propiciam o crescimento da organização, assim, constata-se que o seu cumprimento pode de fato potencializar a atividade desenvolvida, como também, promover uma maior profissionalização dos produtores e valorização dos produtos, a partir da compreensão e engajamento dos envolvidos [...] (CAVALCANTI, 2016, p. 64).

Nota-se que, além do PAA impulsionar a participação em associações e cooperativas; ou seja, de incentivar a organização e a união dos agricultores familiares em prol do benefício mútuo, ainda corrobora com a busca continua dos agricultores por capacitações e aperfeiçoamentos de suas habilidades e práticas produtivas. Resultados similares também foram detectados por Hentz (2016) em seu estudo, onde a autora conclui que as exigências do programa por padrões de qualidade são cruciais para assiduidade dos agricultores nesses espaços coletivos, que proporcionam troca de saberes e experiências.

Para sintetização e melhor visualização dos dados ora discutidos, optou-se por apresentar outra análise obtida por meio do *software* Iramuteq, denominada nuvem de palavras. Essa análise é oriunda dos discursos dos participantes e possibilita a verificação das palavras mais evocadas durante as entrevistas. Ressalta-se que as

palavras maiores são aquelas que possuem maior relevância nos *corpus* textuais analisados. Dentre as palavras mais mencionadas, considera-se que devem ser destacadas as seguintes: Produzir, produto, produção, projeto, programa, entregar, agricultor, familiar, PAA, associação, renda, qualidade (Figura 3).

Assim, pode-se afirmar que as principais palavras evocadas estão atreladas ao conceito de empoderamento que norteou esse estudo, o qual compreende o empoderamento, como sendo um processo que requer a contemplação de diferentes necessidades para a sua efetivação. As palavras associação, família e reunião remetem-nos, por exemplo, ao "poder com", que transmite a ideia de que ao estar reunido com mais pessoas em prol do mesmo objetivo maior será a força de determinada ideia ou movimento. Por outro lado, podem ser destacadas as palavras dinheiro, renda e comprar, as quais remetem a ideia de "poder sobre"; ou seja, o poder que as famílias passaram a ter sobre os recursos financeiros e uma consequente liberdade.

Figura 2 – Nuvem de palavras sobre as percepções da lideranças sobre o PAA.

Fonte: dados da pesquisa, analisados pelo *software* Iramuteq (2017).

Além disso, pode-se inferir que essas representações dos líderes institucionais entrevistados sobre o PAA, representadas na Figura 3, vão ao encontro dos principais objetivos preconizados pelos formuladores do programa que são: garantir ao agricultor a comercialização da sua produção, estimulando a sua participação em associações, cooperativas e demais instituições, que possam propiciar-lhes acesso às informações, conhecimentos e demais recursos necessários para seu o desenvolvimento profissional e, consequentemente, para um crescimento pessoal, tornando-lhes agentes de suas vidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das representações sociais do público executor do programa, identificadas por meio das quatro classes, pode-se concluir que os líderes institucionais do município de Paula Cândido, MG, consideram que o PAA contribui de forma significativa para a integração dos membros familiares e sua manutenção no campo, ao contribuir para o processo de produção e comercialização dos alimentos cultivados. Para, além disso, tem possibilitado a essas famílias agricultoras uma reestruturação e melhora de suas capacidades organizativas e produtivas, com maior participação e ganho de conhecimentos, que impactam diretamente na sua autonomia e maior independência. No que tange a isso, houve um maior destaque para o empoderamento da mulher, que se viu apta a participar do processo produtivo, adquirindo renda própria e podendo realizar seus anseios e desejos que, até então, não eram plenamente alcançados.

Todavia, mesmo em meio a inúmeros benefícios destacados pelos entrevistados, não é possível afirmar que o programa pode, de forma isolada, ser considerado promotor da plena autonomia das famílias, em função da sua lógica de funcionamento, uma vez que o mesmo apresenta entraves que limitam os seus efeitos, como, a falta de continuidade e regularidade; mudanças nas regras do programa; atrasos no repasse de recursos. Diante disso, acredita-se que, com um monitoramento e constantes avaliações, essas limitações possam, com o tempo, ser minimizadas e quiçá superadas, de modo que os agricultores consigam, de fato, se sentirem empoderados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAMBATTI, L. E.; NITSCHE, L. B. Associativismo e participação comunitária: O Roteiro rural caminhos de Guajuvira, Araucária, PR, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade,** v 10, p.71-84, 2018.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BRAGATTO, S.A. **Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar: segurança alimentar e inclusão social no campo?** 2010. 152f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL, L. K. B. O. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as transformações socioterritoriais no Rio Grande do Norte.** 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n.2, p. 513-518, 2013.

CAVALCANTI, N. T. F. **Diagnóstico socioeconômico do programa de aquisição de alimentos no município de Monteiro, PB**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, 2016.

CORDEIRO, A. **Relatório Síntese da Oficina de documentação participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA - Região Sul**. p. 1-26, 2006.

CUNHA, W. A. da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate. **Revista Eletrônica Retratos de Assentamentos**, n. 13, p. 137-170, 2010.

HENTZ, C. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó, SC**. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2016.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade e Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **Representações Sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MORENO, B. T. **Programa de Aquisição de Alimentos e seu papel no fomento a inclusão social no campo.** 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, L. G. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. **Policy change and learning: an advocacy coalition approach.** Oxford: Westview Press, 1993.

SALGADO, R. J. dos S. F. **Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): A Trajetória de Operacionalização do PAA Institucional na Universidade Federal de Viçosa- Mg**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2016.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, v. 14, n. 2, p. 78-88, 2005.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional,** v. 18, n.2, p. 12-32, 2011.

SOARES, A. G.; ALVES, R. do. P. Considerações acerca das análises de políticas públicas: o modelo de coalizões de defesa. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas,** 6. ed., 2015. p. 64-77.

ARTIGO 3

REPERCUSSÕES DO PAA NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Paula Cândido, MG, bem como compreender suas condições de produção e reprodução social, após a sua inserção no programa. Como procedimento metodológico, foi feito uso da pesquisa bibliográfica, além da aplicação de questionários semiestruturados ao grupo de agricultores determinados pela fórmula de Triola. Para o processamento dos dados utilizou-se o *software SPSS.* Os dados revelam que o programa contribuiu para mudanças tanto nos aspectos de produção, quanto em alguns componentes referentes à reprodução social das famílias agricultoras, a exemplo da renda que viabiliza o acesso a bens materiais e, por consequência, mais conforto e estabilidade para os seus beneficiários. Todavia, os benefícios proporcionados pelo programa ainda são limitados, visto que fatores como segurança física e condições de saúde das famílias agricultoras não foram alteradas, demonstrando a necessidade de integração com outras políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil dos agricultores. Aspectos de produção. Condições de reprodução social.

FAP'S REPERCUSSIONS ON THE CONDITIONS OF PRODUCTION AND SOCIAL REPRODUCTION OF FAMILY FARMERS

This article aims to identify the personal and family profile of the farmers who are beneficiaries of the Food Acquisition Program (FAP), in the municipality of Paula Cândido, MG, as well as comprehend their production conditions and social representation after being inserted in the program. Bibliographical research was used as a methodological procedure, besides the application of semi-structured questionnaires to the group of farmers determined by the Triola formula. The *SPSS software* was used to process data. The results reveal that the program contributes to changes both in the production aspects and in some components related to the social reproduction of the farming families, such as the income that provides access to materials assets and, as consequence, more comfort and stability for their beneficiaries. However, the benefits emerged from the program are still limited, since factors such as physical safety and health conditions of the farming families have not been modified, demonstrating the need for integration with other social policies.

KEY WORDS: farmers' profiles, production aspects, social reproduction conditions.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como seus principais objetivos a promoção da segurança alimentar de famílias que se encontram em situação de

insegurança alimentar, além do fortalecimento da agricultura familiar. Sobre esse último aspecto, infere-se que o programa possui condições de promover a alteração da matriz produtiva das famílias, o resgate e valorização das práticas sociais, bem como a garantia de comercialização dos alimentos produzidos por esse segmento, além da satisfação e bem-estar dessas famílias.

Na visão de diversos autores, que analisaram as repercussões do PAA na vida dos agricultores familiares, como Moreno (2012), Neto (2012) e Cunha (2015), dentre outros, pressupõe-se que o programa repercute sobre as condições de produção e reprodução social familiar, uma vez que garante a comercialização dos alimentos produzidos e, ao mesmo tempo, promove o aumento da renda das famílias. Além disso, estimula a diversificação da produção na medida em que abrange em sua lista de aquisição uma diversa gama de alimentos. Contribui, também, para o fortalecimento da agricultura familiar e, concomitantemente, para o amadurecimento das associações e cooperativas; além de contribuir para a economia e desenvolvimento local.

Agapto et al. (2012) também apresentam como resultado de seu estudo os efeitos positivos do PAA na vida dos agricultores familiares. Segundo os autores, além do aumento da renda, esse programa propiciou aos agricultores entrevistados, residentes no município de Campina do Monte Alegre (SP), a expansão das formas de comercialização, que antes estava atrelada diretamente a figura do atravessador; além de haver contribuído para a garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) das próprias famílias produtoras, já que começaram a diversificar a sua produção em função dessa nova possibilidade de comercialização.

Para além dos ganhos econômicos, o programa promoveu mudanças nas relações entre produtores e consumidores; ou seja, as relações entre ambos se expandiram e se solidificaram, como foi apontado por Vogt e Souza (2009), ao relatarem que, ao privilegiar os canais curtos de comercialização, o PAA contribuiu para o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e para a ampliação da sua rede social.

Por esse ângulo, este artigo teve por objetivo traçar o perfil dos agricultores familiares beneficiários do PAA, no município de Paula Cândido, MG, examinando de que forma esse programa repercutiu nos aspectos de produção, considerando as seguintes variáveis: formas de preparo do solo, tipos de adubação mais utilizados pelos entrevistados, condição legal da terra, acesso ao crédito, entre outros. Quanto aos aspectos de reprodução social de cada família agricultora, buscou-se saber sobre suas condições de saúde e educação, além de fatores relacionados à religião, integração social, situação fi-

nanceira e condições de trabalho, tendo como base teórica os domínios de vida propostos por Addams (2005).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, fez uso de pesquisa bibliográfica, conjugada com aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a 36 agricultores familiares beneficiários do PAA.

As questões fechadas foram submetidas ao tratamento estatístico via *Software Statistical Package for the Social* Sciences (SPSS), considerando indicadores descritivos, como frequência e média, além das análises tabulares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Perfil dos agricultores beneficiários do PAA, em Paula Cândido, MG

Na Tabela 1 pode ser identificado o sexo dos agricultores familiares fornecedores do PAA. Dos 36 agricultores entrevistados, 20 eram mulheres, que correspondem a 55,6% e 16 eram homens, equivalente a 44,4% do total. A porcentagem expressiva da participação feminina no estudo pode indicar que a condução dos trabalhos na agricultura, no município estudado, já não é mais predominantemente masculina, o que vai em contramão de outros estudos, como de Cunha (2015) e Cavalcanti (2016), nos quais o perfil predominante dos agricultores familiares era do sexo masculino.

Tabela 1 – Relação dos agricultores entrevistados por sexo. Paula Cândido, MG

	Frequência	
Variáveis	**(Nº)**	**(%)**
Feminino	20	55,6
Masculino	16	44,4
Total	36	100

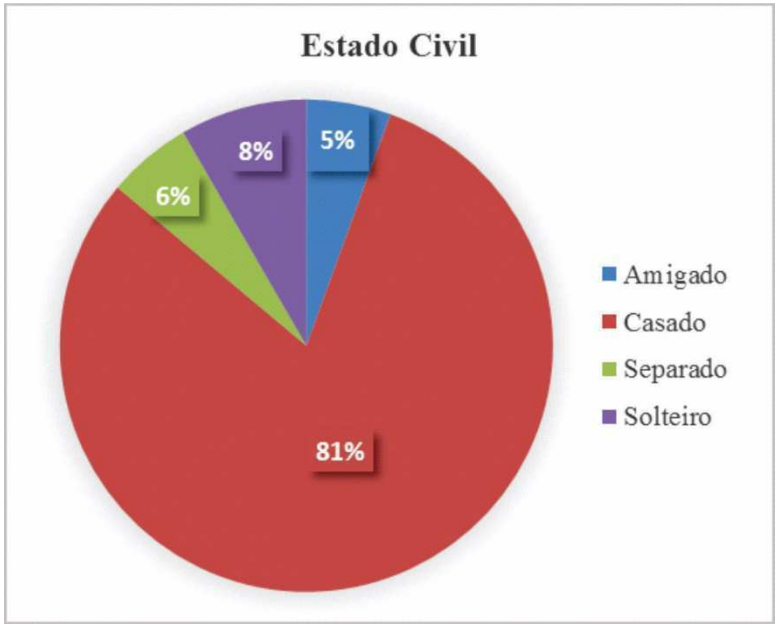
Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Importante ressaltar que essa participação pode ter sido estimulada pela criação da resolução nº 44/2011, pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, cujo objetivo foi o de fomentar a participação das mulheres no PAA, a partir do momento em que prioriza na seleção as propostas que tenham mulheres em sua composição, o que muitas vezes pode acontecer somente “no papel”. Todavia, no

município pesquisado, percebeu-se forte envolvimento das mulheres em todo processo produtivo que percebem nesse programa uma oportunidade de terem a sua renda e, consequentemente, sua independência.

O segundo indicador utilizado para caracterizar o perfil das famílias agricultoras, diz respeito ao estado civil dos mesmos. Nota-se, na Figura 1, que parte significativa dos agricultores era casada, correspondendo a 81% do total. Esse resultado está coerente com as pesquisas de Moreno (2012) e Cavalcanti (2016), que examinaram o perfil dos agricultores beneficiários do PAA e obtiveram como resultado que grande parte dos entrevistados era casada.

Figura 1 – Estado civil dos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG.



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

A terceira medida utilizada para conhecer o perfil dos agricultores entrevistados se referiu à raça; ou seja, como cada agricultor se identifica. Dos 36 respondentes, 19 se reconhecem como sendo brancos, 15 agricultores disseram se considerar pardos e somente dois se perceberam como negros (Tabela 2).

A quarta variável analisada diz respeito à religião dos produtores. A representatividade da religião católica foi quase unânime, já que, conforme Tabela 3, dos 36 agricultores, 35 afirmaram ser católicos, o equivalente a 97,2%.

Tabela 2 – Composição étnico racial dos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG, 2017

	Frequência	
Variáveis	**(Nº)**	**(%)**
Branca	19	52,8
Negra	2	5,6
Parda	15	41,7
Total	36	100,0

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Tabela 3 – Religião das famílias agricultoras. Paula Cândido, MG

	Frequência	
Variáveis	**(Nº)**	**(%)**
Católica	35	97,2
Não respondeu	1	2,8
Total	36	100,0

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

No que tange à composição familiar foi possível identificar que a média do número de pessoas por domicílio foi de três, enquanto o mínimo de membros encontrados por residência foi um e o máximo de pessoas residentes na mesma moradia, foram seis.

Na Tabela 4, abaixo apresentada, é possível visualizar que metade das famílias possuem somente dois filhos. Esse resultado confirma uma tendência da atualidade que são famílias cada vez menores, propiciada tanto pela alta taxa de desemprego, quanto por maior facilidade no acesso aos métodos contraceptivos ou, até mesmo, pela mudança nos arranjos familiares.

Tabela 4 – Número de filhos por família agricultora. Paula Cândido, MG, 2017

	Frequência	
Número de Filho por Família	**(Nº)**	**(%)**
1	9	37,7
2	12	50,0
3	2	0,8
4	1	0,4
Total	24	100,0

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

No que se refere à classificação das famílias agricultoras, foi possível detectar que grande parte delas pode ser considerada como nuclear, tendo em vista sua representatividade de 75%, enquanto 16,7% foram classificadas como extensas e, por fim, 8,3% foram identificadas como monoparentais (Tabela 5).

Tabela 5 – Classificação das famílias agricultoras entrevistadas. Paula Cândido, MG, 2017

	Frequência	
Família	**(Nº)**	**(%)**
Nuclear	27	75
Extensa	6	16,7
Monoparental	3	8,3
Total	36	100,00

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Importante ressaltar que apesar da predominância das famílias nucleares, ou seja, aquela família tradicional formada por pai, mãe e filhos, foi também evidenciado pelo estudo outros formatos de família existentes, como a extensa e a monoparental. Logo, o que se pretende aqui é reforçar a necessidade de elaboração de políticas públicas que compreendam a nova realidade das famílias e, a partir de então, que as políticas públicas estejam voltadas para o atendimento das suas reais necessidades, conforme aludido por Goldani (2002), ao afirmar que para uma maior eficácia, a elaboração e execução de políticas públicas precisam considerar os novos arranjos familiares existentes.

3.2 Aspectos gerais do produtor e da propriedade

Para compreender como e em que condições as famílias produzem, foram realizados questionamentos diversos ao grupo de agricultores entrevistados, como, por exemplo, as condições de posse legal da terra, sendo que dos 36 entrevistados, 21 relataram que são os proprietários da terra, oito se identificaram como herdeiros, sete disseram possuir contrato de parceria, enquanto dois se declararam como arrendatários. No que tange à posse e formas de uso da terra, foi possível verificar que esteve presente o uso compartilhado da terra. A respeito dessa problemática há que se destacar uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais que é a reforma agrária, conforme retratado por Graziano da Silva (1981) no parágrafo a seguir:

> A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. Para tal é necessário eliminar o latifúndio e incidir sobre dominação parasitária da terra, desde o caso daqueles que deixam a terra inculta à espera de valorização imobiliária, até os que a utilizam para repassar recursos financeiros aos Pequenos produtores rurais. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 36).

Quando interrogados sobre qual era o tipo de atividade exercida em sua propriedade, 75% declararam exercer somente atividade agrícola e 9% afirmaram que exercem atividade agrícola e não agrícola. Dentre as atividades não agrícolas citadas está o trabalho com a produção de pães, bolos e rosquinhas.

Essa pluriatividade da agricultura familiar, que consiste em combinar atividades agrícolas e não agrícolas, já era alertado por Graziano da Silva (1997), ao afirmar que o meio rural brasileiro não poderia mais ser caracterizado como essencialmente agrário, visto que outras atividades, como o turismo rural, já faziam parte do cotidiano das famílias rurais, além de outras atividades exercidas fora das suas propriedades. Ressalta-se que tais formas de trabalho foram alternativas encontradas para minimizar a situação de vulnerabilidades enfrentada por essas famílias.

No que tange a assistência técnica, grande parte dos agricultores declarou possuir algum tipo de assistência, cuja porcentagem foi de 77,8%; existindo 22,2%, que disseram não possuir nenhum tipo de orientação ou apoio técnico. Apesar de ser uma porcentagem menos expressiva no município aqui estudado, a falta de assistência técnica é um problema detectado em outros municípios, conforme demonstrado por Brasil (2014) e Cavalcanti (2016), o que prejudica em muito a evolução das práticas produtivas dos agricultores e, concomitantemente, o desenvolvimento rural.

Igualmente, Oliveira et al. (2017) ressaltam a importância dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as famílias agricultoras, por contribuírem de forma significativa tanto na confecção quanto no monitoramento dos projetos e programas governamentais. Descreveram, também, o papel importante que a assistência técnica exerce para a disseminação de conhecimentos fundamentais na execução das atividades produtivas dos agricultores, já que muitos ainda possuem um baixo grau de instrução.

Nesse sentido, perguntou-se também sobre a origem da assistência técnica, cujo destaque foi para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), já que 26 dos 28 agricultores que alegaram ter esse tipo de apoio fizeram menção a essa empresa. Todavia, outras organizações e instituições foram citadas, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da vigilância sanitária, conforme está ilustrado na Tabela 6, abaixo apresentada.

Tabela 6 – Prestadores de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Paula Cândido, MG

	Frequência	
Variáveis	**(Nº)**	**(%)**
Emater	24	66,7
Emater e MAB	1	2,8
Emater e Vigilância Sanitária	1	2,8
Formação própria	1	2,8
Não respondeu	8	22,2
Total	36	100,0

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Para ter clareza quanto ao tipo de assistência prestado por essas instituições, questionou-se aos entrevistados se elas ocorriam por meio de visitas, reuniões, demonstrações, excursões e/ou cursos. Ficou evidente que as visitas técnicas na propriedade são a principal forma de apoio aos agricultores, pois dos 28 agricultores que relataram receber assistência técnica 24 descreveram-na como sendo realizada por meio de visitas e, somente, quatro relataram que as orientações aconteciam por meio de reuniões, já as outras alternativas não foram mencionadas pelos entrevistados.

Outro aspecto importante sobre a capacidade produtiva dos agricultores refere-se ao acesso a crédito, tendo sido registrado que 44,4% dos entrevistados afirmaram ter acesso a algum tipo de crédito, 52,8% disseram não ter acesso e 2,8% não responderam a questão. Todos os que declararam possuir acesso a crédito disseram que eram oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Relativo ao histórico do uso da terra, os agricultores foram interrogados sobre o tipo de vegetação presente na propriedade, formas de relevos encontradas e tipos de hidrografias existentes. Na Tabela 7 é possível visualizar que a mata nativa é a vegetação original mais encontrada nas propriedades analisadas, além de ser a vegetação predominante em boa parte das terras. Entretanto, essa não era a única vegetação encontrada na região, já que alguns agricultores relataram possuir plantação de eucalipto em suas propriedades.

No que tange ao relevo predominante nas propriedades dos agricultores, dos 36 entrevistados, 29 responderam que o relevo que prevalecia em suas propriedades era do tipo acidentado; 16 relataram que o principal relevo em sua terra era o plano; enquanto cinco produtores não souberam ou não responderam a questão.

Tabela 7 – Tipo de vegetação presente nas propriedades. Paula Cândido, MG

		Frequência	
Aspectos da Produção	**Variáveis**	**(Nº)**	**(%)**
Vegetação original	Mata nativa	26	72,2
	Não respondeu	10	27,8
	Total	36	100,0
Vegetação predominante	Mata nativa	25	69,4
	Não respondeu	11	30,6
	Total	36	100,0
Outro Tipo de vegetação presente	Eucalipto	8	22,2
	Não possui	28	77,8
	Total	36	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Ainda sobre o histórico do uso da terra, outra questão levantada foi acerca da hidrografia identificada nas propriedades. Ficou evidente que há uma variedade de formas hidrográficas e de captação de água nas propriedades rurais, a saber: brejo, córrego, nascente, poço artesiano, poço semi-artesiano, represa, ribeirão e rio.

Quanto ao tamanho das propriedades dos entrevistados a média encontrada foi de 11,5, sendo o tamanho mínimo de 0,7 ha e a área de maior extensão de 43,5 ha. Ressalta-se que essas propriedades, em sua grande maioria, possuíam áreas de cultivos temporários, áreas de cultivos permanentes, áreas de pastagens, áreas de matas e florestas. Quando questionados sobre a medida em hectares de cada uma dessas áreas, poucos agricultores souberam responder a questão, o que inviabilizou uma análise pormenorizada desse quesito.

Quanto à distribuição das terras, foi possível detectar que o PAA ainda não suscitou um aumento da área produtiva dos beneficiários fornecedores ora entrevistados, já que todos afirmaram não ter ocorrido alteração no tamanho de suas propriedades, após a sua inserção no programa; resultado diferente daquele apresentado por Chmielewska et al. (2010), cujo resultado apontou para um aumento da área produtiva dos agricultores participante do PAA[13].

3.3 Caracterização da produção dos agricultores do PAA

Alusivo aos aspectos produtivos outras questões foram levantadas, como formas, tipos e período de plantio; procurou-se saber como era feito o preparo do solo; questionou-se ainda se houve análise da água e do solo em suas propriedades; além de

[13] Resultado descrito no trabalho dos autores referente a seu estudo realizado no Estado de Sergipe.

verificar quais os tipos de adubação mais utilizados pelos entrevistados. Tudo isso a fim de compreender de maneira mais detalhada a realidade vivenciada pelos agricultores; isto é, saber sobre os investimentos e cuidados tidos por eles com os alimentos que comercializam.

Na Tabela 8 é possível vislumbrar o cuidado dos produtores com a qualidade dos alimentos cultivados, já que, quando questionados se tinham realizado análises da água e do solo em suas propriedades, mais de 60% deles afirmaram terem realizado essa prática, sendo que, aqueles que ainda não haviam realizado tais procedimentos, demonstram preocupação em fazê-lo para atender às exigências do programa, no que tange a sanidade dos alimentos produzidos.

Tabela 8 – Investimentos em qualidade da água e solo. Paula Cândido, MG

	Frequência	
Análise da Água	**(Nº)**	**(%)**
Não respondeu	1	2,8
Não	13	36,1
Sim	22	61,1
Total	36	100,0
Análise do Solo		
Não respondeu	1	2,8
Não	9	25,0
Sim	26	72,2
Total	36	100,0

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Outro indicador utilizado para analisar a preocupação com os gêneros alimentícios produzidos está relacionado aos tratos culturais mais executados pelos agricultores, dado que essa prática proporciona melhores condições para o desenvolvimento das culturas. Conforme Tabela 9, dos 31 respondentes somente dez relataram fazerem uso de herbicidas, já os 21 restantes utilizam outro tipo de trato cultural, como: capina, roçadeira e caldas alternativas. Ressalta-se que aqueles agricultores que mencionaram o uso do herbicida demonstraram saber dos riscos da utilização desses produtos, mas alegaram ser difícil não os utilizar, visto que o mesmo tem uma ação rápida no controle biológico. No tocante as formas de adubação utilizadas estão presentes a adubação química e orgânica, com valores percentuais de 63,9% e 75%, respectivamente.

Tabela 9 – Tipos de tratos culturais. Paula Cândido, MG

	Frequência	
Variáveis	**(Nº)**	**(%)**
Caldas Alternativas	1	2,8
Capina	17	47,3
Herbicida	10	27,8
Roçadeira	8	22,2
Roçagem/Roçada	5	13,9

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

No que concerne as formas de plantio e condução dos cultivos, os dados da Tabela 10 evidenciam que boa parte dos agricultores ainda realiza o plantio de forma manual, conforme relatado por 61,1% dos entrevistados, sendo que, somente 25% dos produtores afirmaram utilizar meios mecânicos de produção. Esses valores podem estar relacionados ao gênero alimentício produzido, já que a maioria dos agricultores planta frutas e hortaliças.

Tabela 10 – Formas de plantio e condução dos cultivos. Paula Cândido, MG

		Frequência	
	Variáveis	**(Nº)**	**(%)**
Forma de Plantio	Manual	22	61,1
	Mecânico	9	25,0
	Não se aplica (NA)	4	11,1
	Não respondeu	1	2,8
	Total	36	100,0
Área de pousio	Não se aplica	8	22,2
	Não	23	63,9
	Sim	5	13,9
	Total	36	100,0
Rotação	Não	15	41,7
	Sim	15	41,7
	Não se aplica (NA)	6	16,7
	Total	36	100,0
Tipos de produtos na rotação	Cana, milho e feijão	1	2,8
	Entre as hortaliças	7	19,4
	Milho e feijão	7	19,4
	Não se aplica (NA)	21	58,3
	Total	36	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre área de pousio, que é o tempo de descanso necessário para a recuperação dos nutrientes do solo, somente 13,9% afirmaram fazer uso dessa prática. Os produtores que não aderem a essa prática revelaram não poderem fazê-lo, já que a área de cultivo deles é pequena e deixar de plantar durante um determinado período de tempo poderia acarretar prejuízo. Situação similar foi descrita por Martins et

al. (2014), quando afirmam que o aumento da demanda por produtos agrícolas, na região semiárida do Brasil, contribuiu para uma redução significativa da utilização dessa técnica, o que, segundo os autores, é indispensável para a regeneração do solo.

Sobre a rotação de culturas, somente 15 dos entrevistados afirmaram realizá-la. Acredita-se que ainda seja necessária maior conscientização da dimensão de práticas como essa, pois, de acordo Franchini et al. (2011), essa prática de alternância de culturas é importante para que a estabilidade da produtividade seja mantida, uma vez que a rotação de culturas impacta positivamente na qualidade física, química e biológica do solo. Logo, essa prática possibilita, além do aumento da produtividade, a redução de pragas e doenças nos cultivos.

Quanto à irrigação, metade dos entrevistados afirmou utilizar a irrigação mecânica e a outra metade relatou ainda realizá-la de forma manual. Dentre os equipamentos mecânicos utilizados estão o microaspersor (33,3%) e a bomba d'água (2,8%), e entre os instrumentos mais utilizados para irrigação manual, estão a mangueira e o regador.

Outro item analisado foi referente à forma de colheita mais utilizada pelos agricultores em suas propriedades. Nesse aspecto foi quase unânime a resposta dos entrevistados, posto que 29 afirmaram que realizam a colheita de forma manual e somente 03 utilizam maquinários para o cumprimento dessa atividade. Acredita-se que isso ocorra em função do tipo de alimentos por eles produzidos (raízes, frutas, legumes e hortaliças) que não demandam, na etapa de colheita, o trabalho com maquinários. Todavia, apesar de não demandarem o uso de equipamentos tecnológicos para a colheita, há que se ressaltar a importância dos cuidados com as demais etapas do processo produtivo, como, armazenamento, embalagem e transporte desses alimentos e, nessas etapas, certamente os equipamentos podem ser cruciais para uma melhor conservação e qualidade desses alimentos.

No que diz respeito ao tipo de produtos produzidos, na Tabela 11, pode ser visualizada a diversidade de alimentos produzidos pelos agricultores familiares em Paula Cândido, MG, já que, aliado à capacidade produtiva dos mesmos, o programa incentiva a diversificação da produção, na medida em que abrange uma gama de alimentos em sua aquisição, que vai desde alimentos *in natura* até alimentos beneficiados, bem como produtos de origem animal, como aves e ovos. Ressalta-se que as frutas (35%) são o principal alimento ofertado pelo PAA, na sequência estão às

hortaliças (20%), os produtos beneficiados (18,3%), aves e ovos (11,7%), grãos (10%), legumes (3,3%) e raízes (1,7%).

Resultado equivalente foi relatado no trabalho de Chmielewska et al. (2010), no qual os autores descrevem que o PAA proporcionou uma diversificação de alimentos produzidos pela agricultura familiar, além de um aproveitamento de gêneros alimentícios, que eram desperdiçados em suas propriedades. Ressaltou também que a preocupação com a qualidade dos alimentos foi algo claramente observado durante a realização da pesquisa que, segundo os autores, ocorre devido à necessidade dos fornecedores se adequarem às normas impostas pelo programa, bem como pelo compromisso gerado pela proximidade estabelecida entre os dois grupos de beneficiários, qual seja, fornecedores e consumidores.

Tabela 11 – Gêneros alimentícios comercializados via PAA. Paula Cândido, MG

		Frequência	
Grupos de Alimentos	**Produtos**	**(Nº)**	**(%)**
Frutas (n = 21; % = 35)	Goiaba	9	15,0
	Banana	6	10,0
	Frutas	1	1,7
	Manga	1	1,7
	Laranja	1	1,7
	Abacate e Manga	2	3,3
	Banana e mamão	1	1,7
Hortaliças (n = 12; % = 20)	Hortaliças	12	20,0
Produtos agroindustriais (n = 11, % = 18,3)	Broa	5	8,3
	Doces	1	1,7
	Goiabada	1	1,7
	Queijo	1	1,7
	Bolo	2	3,3
	Fubá	1	1,7
Aves e ovos (n = 7, % = 11,7)	Frango caipira	2	3,3
	Ovos	5	8,3
Grãos (n = 6; % =10)	Feijão	6	10,0
Legumes (n = 2; % = 3,3)	Legumes	2	3,3
Raízes (n = 1; % = 1,7)	Mandioca	1	1,7
Total	-	60	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Nesse sentido, Batista et al. (2016) igualmente relatam que o PAA promove, ao mesmo tempo, melhorias nas condições de produção e mudanças na qualidade de vida dos agricultores fornecedores, visto que ao aumentar a renda da família possibilita-lhes

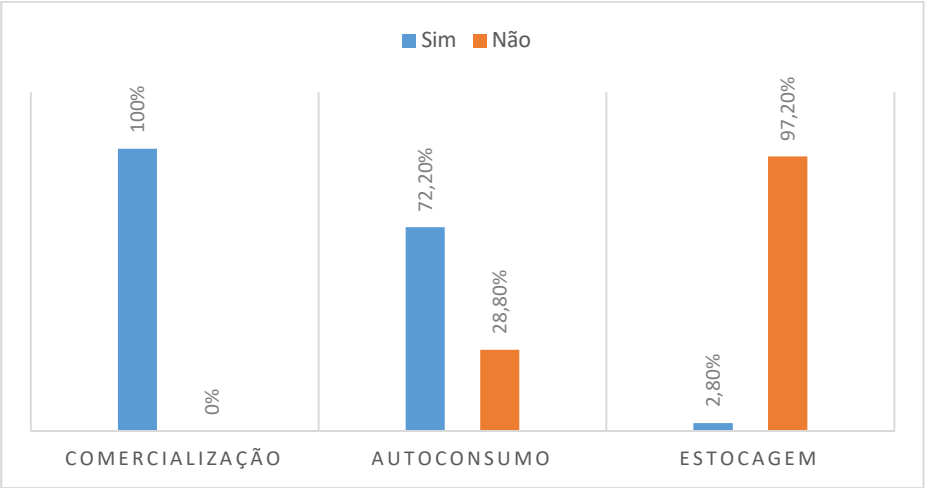
o progresso em termos objetivos e subjetivos; ou seja, os impactos são sentidos pelos agricultores tanto nas suas condições de produção quanto em seu bem-estar.

É relevante destacar que o município conseguiu obter o selo do SIM - Serviço de Inspeção Municipal, que fiscaliza e atesta a sanidade das unidades produtivas, dos utensílios e equipamentos utilizados para a produção/beneficiamento dos alimentos, permitindo aos fornecedores comercializem com mais segurança os produtos beneficiados e, também, os de origem animal, além dos beneficiários recebedores terem a garantia de qualidade dos alimentos que serão consumidos. Conforme pode ser visto no relato de um dos líderes institucionais entrevistados.

> [...] E com o tempo, também ele foi surgindo várias exigências, começou de uma forma mais light, digamos assim. Entendeu? Tranquilo, não precisava de veterinário. O veterinário só dava um laudo, por exemplo, tinha produtos de origem animal, a gente começou desde o início, fornecendo frango, ovos, que aqui é uma cidade que tem tradição do pessoal do meio rural criar muita galinha, essas coisas. E, até mesmo, a própria nutricionista podia assinar como o produto era de boa qualidade né? Depois começou algumas exigências. Aí o município foi adaptando, foi adequando. E isso foi bom para o município. Foi ganho que a gente teve no município. Entendeu? Porque hoje a gente tem o SIM né? Que é o selo de inspeção municipal. Entendeu? E os agricultores também foram adaptando às normas que foram exigidas. (ENTREVISTADO 1).

Outro aspecto avaliado em relação a produção diz respeito ao destino dos alimentos produzidos, sendo questionado aos agricultores qual era porcentagem da sua produção destinada para cada uma dessas categorias: autoconsumo, estocagem e comercialização. Nota-se, na Figura 2, que o principal destino dos alimentos produzidos pelos agricultores entrevistados era a comercialização, na sequência estavam o autoconsumo e estocagem.

Figura 2 – Destinação da produção dos agricultores do PAA. Paula Cândido, MG.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados no trabalho de campo, 2017.

Esse resultado sobre a destinação da produção permite introduzir mais um aspecto analisado pela pesquisa, que consistiu em verificar quais eram as outras formas de comercialização acessadas pelos agricultores além do PAA, cujo resultado está representado na Tabela 12.

Tabela 12 – Canais de comercialização acessados pelos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG

	Frequência	
Canal de Comercialização	**(Nº)**	**(%)**
PAA	36	100,0
Atravessador	1	2,8
Comércio local	6	16,7
Comércio próprio na comunidade	1	2,8
Comércio regional	10	27,8
PNAE	9	25,0
Porta a porta	5	13,9
Seasa	6	16,7

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

É possível notar que a figura do atravessador aparece uma única vez, indo ao encontro de um dos objetivos do PAA que é proporcionar ao agricultor uma segurança de comercialização, de modo que tenham outras possibilidades de venda sem a necessidade dessa intervenção do atravessador, que acarreta dependência do agricultor nos mais diferentes aspectos. Há que se destacar, ainda, a expressividade do acesso ao mercado regional em detrimento ao mercado local, já que, além de estar evidenciado nos números expressos na Tabela 12, houve também alguns relatos dos entrevistados de que o mercado regional era mais receptivo aos seus produtos do que o mercado do próprio municí-

pio. Ressalta-se que o PNAE, outro mercado institucional, também é um importante canal de comercialização para os agricultores.

Assim pode-se inferir que o PAA implicou em mudanças nos aspectos de produção, especialmente, no que se refere à ampliação, programação e diversificação da produção; melhoria no cuidado com os cultivos; ou seja, contribuiu para uma melhor diversificação e qualidade dos alimentos produzidos, bem como para a sua comercialização que, antes do programa, eram destinados somente para o consumo.

3.4 Entidades beneficiadas com a doação de alimentos pelo PAA

A modalidade executada no município estudado é a compra com doação simultânea, cujo objetivo é adquirir os alimentos produzidos pela agricultura familiar e doá-los para as entidades socioassistenciais locais, respeitando a cultura e os hábitos de cada região. Nesse sentido, questionou-se aos agricultores entrevistados se eles sabiam qual era o principal destino dos alimentos fornecidos ao PAA. Somente um agricultor não soube responder, uma vez que, todos os outros disseram saber o destino dos seus produtos, já que muitos deles fazem as entregas pessoalmente, fato que foi considerado interessante, pois esse também é um dos objetivos do PAA, qual seja, a aproximação entre os beneficiários fornecedores e consumidores. Na Tabela 13, apresentada a seguir, estão elencadas as principais instituições beneficiadas no município.

Tabela 13 – Relação das instituições e entidades beneficiadas pelo PAA. Paula Cândido, MG

	Frequência	
Instituições e Entidades	**(Nº)**	**(%)**
Casa da Esperança	3	8,3
Conferência Vicentina	23	63,9
CRAS	1	2,8
Creches	7	19,4
Escolas municipais e estaduais do próprio município	24	66,7
Lar dos idosos	2	5,6
Novos Tempos	2	5,6
Não soube responder	1	2,8

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Nota-se que, entre entidades beneficiadas, estão a Conferência Vicentina, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Lar dos Idosos, que acompanham indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; além das escolas municipais e estaduais presentes no município. Todavia, como não era o foco desse estudo, não hou-

ve o contato com as instituições beneficiadas para saber qual está sendo a percepção delas sobre os benefícios trazidos pelo PAA.

3.5 Componentes da reprodução social dos agricultores familiares

O processo de busca pela satisfação das necessidades consideradas básicas, como se alimentar e vestir, passa necessariamente pela relação dos indivíduos dentro de uma comunidade/grupo, que, ao fazerem parte do processo produtivo, automaticamente estão se reproduzindo socialmente. Isto significa dizer que não é possível dissociar os atos produtivos das práticas cotidianas de interatividade entre os seres.

Nesse sentido, ressalta Lessa (1999), que as oportunidades geradas a partir do trabalho acarretam relações que, para além do atendimento das necessidades materiais, promovem interações entre os indivíduos em outras esferas, como, a espiritual cultural e ideológica, que são cruciais para a sua reprodução enquanto ser social atuante em uma sociedade complexa. Em outras palavras,

> [...] todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução social (LESSA, 1999, p. 25).

Assim, para que se possa compreender como tem ocorrido o processo de reprodução social dos agricultores familiares, foi utilizada como *proxy* a qualidade de vida, dimensionada pelos domínios de vida, propostos por Adams (2005), que vai ao encontro da definição de reprodução social já exposta neste estudo.

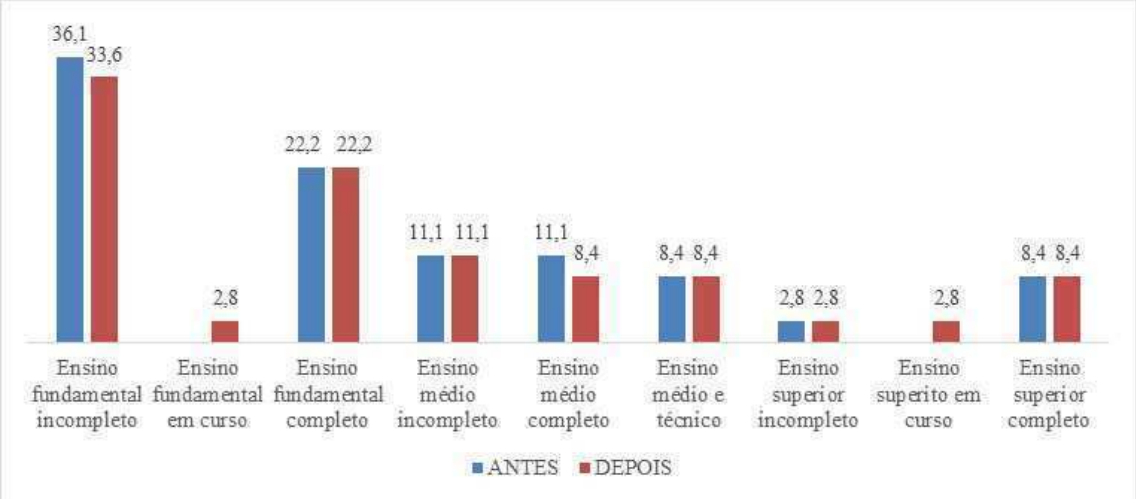
Segundo a autora, a sensação de bem-estar dos indivíduos pode variar ao longo da vida, já que em cada época (infância, adolescência, juventude, melhor idade) as necessidades são diferentes, sejam por fatores biológicos ou sociais/culturais. Addams (2005) afirma que, diante da dificuldade em avaliar todas as esferas de vida dos indivíduos, é necessário definir um número limitado de requisitos que sejam representativos para que a análise de satisfação global com a vida possa ser efetiva.

Assim, Addams (2005) define os oito principais domínios de vida baseada em um estudo realizado por Cummins et al. (1996) que são: saúde, vida familiar, religião, amizades, situação financeira, tempo livre, bairro e trabalho. Salienta-se que o presente

estudo teve como base os domínios descritos, mas, ainda assim, foram acrescidas algumas variáveis para uma análise mais detalhada das condições de reprodução social dos entrevistados, como: condições da moradia, alimentação, bem-estar e segurança física das famílias. Assim, para identificar os efeitos do PAA nas condições de vida dos agricultores, foi realizado o antes e depois de cada domínio anteriormente descrito.

A primeira variável analisada foi a formação educacional. No que tange a esse componente de vida (Figura 3), grande parte dos agricultores ainda possui o ensino fundamental e médio, seja incompleto ou completo. Todavia, há que se destacar que dois dos agricultores entrevistados, relataram terem retomado os estudos motivados pela sua inserção no programa. Um deles está cursando o ensino fundamental e o outro cursando o ensino superior em Educação do Campo na Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG.

Figura 3 – Escolaridade dos agricultores entrevistados, antes e depois do PAA. Paula Cândido, MG.



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

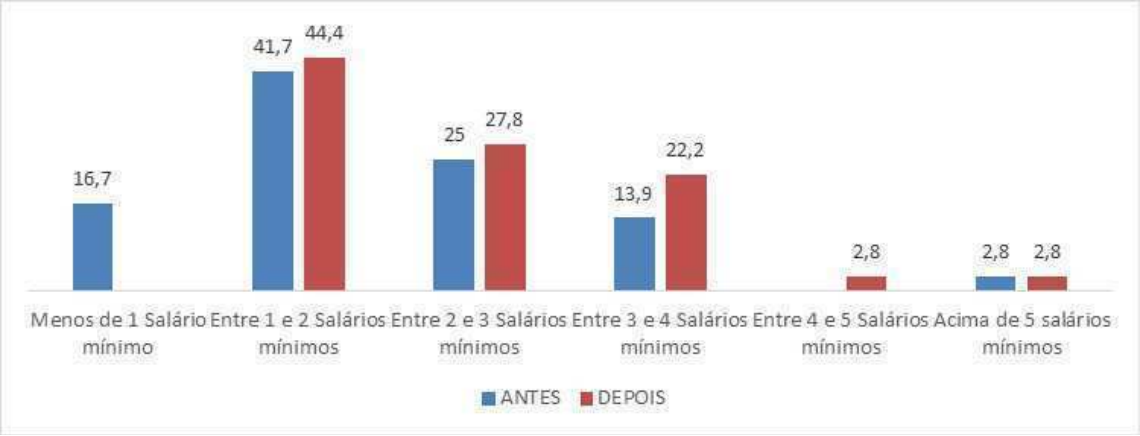
Essa questão da baixa escolaridade dos agricultores remete-nos a uma problemática antiga, porém persistente no meio rural, já que, mesmo com alguns avanços, muitos agricultores ainda não conseguiram progredir em sua formação educacional. Essa constatação assinala um limite para o desenvolvimento rural, que, para ser efetivado, requer a satisfação de um conjunto de necessidades básicas (acesso a educação, trabalho, renda, serviços de saúde) das pessoas que vivem no campo.

Nessa perspectiva, Vendramini (2007, p. 130) relata a importância da educação para os trabalhadores rurais, quando afirma que [...] o processo educativo vivido instru-

mentaliza os trabalhadores para o seu trabalho, para a cooperação, para as lutas junto ao MST, ao partido político, à militância ecológica [...].

Outro elemento analisado foi a renda familiar, sendo o 5º domínio de vida mais importante relacionado no estudo de Addams (2005). Os agricultores foram questionados sobre a renda mensal da família antes e depois do PAA. Nota-se que a renda predominante entre os agricultores gira em torno de 1 a 2 salários mínimos[14], seguidos de dois a três salários. Apesar de não muito expressiva, fica nítida a alteração na renda, pós PAA, em praticamente todas as faixas salariais (Figura 4).

Figura 4 – Renda familiar dos agricultores, antes e depois do PAA. Paula Cândido, MG



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Durante as entrevistas, diversos foram os relatos no sentido de que o programa não havia alterado de forma substantiva a receita da família, o que não diminuía a sua importância, já que grande parte dos agricultores afirmou que o lucro dos alimentos vendidos via PAA era um complemento da renda familiar, conforme está evidenciado nos depoimentos que seguem:

> [...] percebo que todos os colegas estão mais motivados principalmente pela renda extra (Entrevistado 8).
>
> [...] quando a gente tem uma renda a mais, a vida melhora (Entrevistado 12).
>
> [...] o programa trouxe renda extra para minha família, já para muitas famílias eu vejo que o PAA é mais um complemento (Entrevistado 36).
>
> [...] na nossa associação os produtores têm o PAA como um complemento de renda, porque a porcentagem vendida para o programa é pequena em relação ao mercado que temos pelo CEASA BH (Entrevistado 7).

[14] O salário mínimo oficial no período do estudo era de R$937,00 (novecentos e trinta e sete reais), conforme previsto no artigo 1º do Decreto nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016.

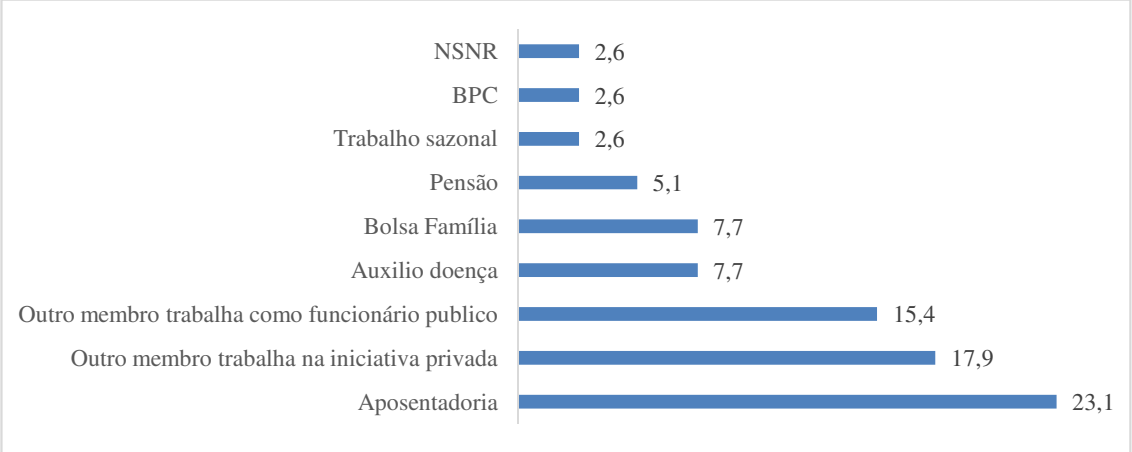
Outros estudos, como o de Hespanhol (2013), evidenciam a questão do ganho com os produtos ofertados ao PAA, como sendo adicional a outras rendas que a família já possui, o que não reduz, de forma alguma, a importância do lucro obtido com esse mercado. Nas palavras da autora:

> [...] o PAA tem se constituído numa alternativa em termos de complementação de renda, assegurando um valor de R$ 4.500,00 por produtor ao ano. Apesar de relativamente baixa (algo em torno de R$ 375,00 por mês), essa renda, quando combinada com outras (comercialização da produção em outros canais, recebimento da aposentadoria rural, emprego não agrícola de membros da família etc.), tem sido importante na composição do orçamento familiar [...] (HESPANHOL, 2013, p. 479).

Nesse seguimento, outro dado importante que foi coletado diz respeito à origem da renda familiar dos entrevistados, identificando-se que, dos 36 agricultores entrevistados, 30 responderam que a renda familiar não advém exclusivamente das atividades exercidas na agricultura familiar e seis relataram que viviam com a renda oriunda somente dessa atividade.

Conforme a Figura 5, dentre as fontes de renda mais citadas estão à aposentadoria, seguida de trabalho na iniciativa privada e funcionalismo público. Apareceram também os benefícios previdenciários, como o auxílio doença e pensão, além de benefícios assistenciais, como o bolsa família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Figura 5 – Demais fontes de renda dos agricultores do PAA. Paula Cândido, MG.



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Em relação às condições de moradia dos entrevistados, dos 36 respondentes, 29 afirmaram residir em casa própria, seis relataram morar em casa cedida e, somente um

afirmou morar de aluguel. Após essa constatação questionou-se, ainda, sobre a realização de melhorias nas condições estruturais das casas após o acesso ao PAA. Com o resultado obtido foi feito uma tabulação cruzada dos dados pelo programa SPSS, o que possibilitou uma compreensão pormenorizada dessa variável, conforme ilustrado pela Tabela 14.

Logo, tem-se que, 14 (38,9%) produtores rurais relataram terem realizado modificações em suas residências, um (2,8%) afirmou que realizou poucas mudanças e 21 (58,3%) disseram que a entrada no programa não contribuiu para nenhuma benfeitoria em suas casas.

Tabela 14 – Condições e modificações na moradia com o acesso ao PAA. Paula Cândido, MG

		Condições da Moradia			**Total**
		Alugada	**Cedida**	**Própria**	
Moradia modificada depois do PAA	Em partes	0	0	1	1
	Não	1	2	18	21
	Sim	0	4	10	14
Total		1	6	29	36

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2017.

Ressalta-se que, mesmo com menor porcentagem, aqueles agricultores que tiveram a oportunidade de modificar suas residências demonstraram estar satisfeitos com o fato, como pode ser observado através de alguns dos depoimentos:

> [...] mudou, mudou sim, olha nós construímos essa varanda e também colocamos cerâmica (Entrevistado 10).
>
> [...] melhorou muito! troquei o telhado da casa e coloquei esse forro (Entrevistado 14).
>
> [...] a moradia foi modificada depois do PAA, sim, porque era aquele piso de chão batido agora até colocamos cerâmica (Entrevistado 18).
>
> [...] sobre a moradia, melhoramos sim, construímos garagem, uma varanda nos fundos e algumas reforminhas (Entrevistado 28).
>
> [...] a moradia modificou depois do PAA porque todo dinheiro que entra com o programa a gente investe, por exemplo, igual ali fora, a gente conseguiu melhorar a área (Entrevistado 34).

Neto (2012), em sua pesquisa, no município de Lagoa Seca- PB, ao questionar dos agricultores beneficiários do PAA quais eram as mudanças sentidas em sua qualidade de vida, obteve como resposta que o aumento da renda era uma vantagem impor-

tante propiciada pelo programa, sobretudo, para a aquisição de bens materiais e melhorias nas suas residências; contribuindo, assim, para um conforto que antes não existia.

Ainda sobre as mudanças proporcionadas pelo PAA que, conjuntamente, impactam nas possibilidades de reprodução social das famílias, foram averiguadas as mudanças ocorridas nas condições de alimentação familiar, tanto em termos de quantidade, como de qualidade. Do total de famílias entrevistadas, 17 (47,2%) alegaram terem modificado sua alimentação e 19 (52,8%) disseram não terem observado nenhuma mudança nesse sentido, uma vez que os alimentos produzidos para o PAA já eram plantados para a subsistência familiar e faziam parte das suas cestas básicas.

Estudos, como os de Becker e Sacco dos Anjos (2010) e Chmielewska et al. (2010), corroboram com essa premissa, ao relatarem que o PAA ao proporcionar a diversificação dos alimentos produzidos, ao mesmo tempo, aumenta as possibilidades de alimentação dos agricultores fornecedores, cujo acesso aos alimentos saudáveis e desejáveis nutricionalmente é facilitado, pois encontram-se no quintal de suas residências.

Apurou-se também sobre o ambiente e as condições de trabalho dos agricultores, os quais tiveram como opções de respostas as seguintes alternativas: razoável, desfavorável e favorável. Assim, dos 36 respondentes, 22 (61,1%) declararam que as suas condições e ambiente de trabalho já eram favoráveis antes da sua inserção no PAA e 14 (38,9%) informaram que as condições eram razoáveis.

Todavia, há que se destacar que, 35 (97,2%) dos 36 agricultores que expuseram um avanço em suas condições de trabalho após a entrada no programa, alegando que, com o aumento de renda, puderam fazer melhorias em suas unidades produtivas, como investimentos em maquinários, utensílios e equipamentos de segurança, somente 1 agricultor (2,8%) disse que as suas condições e ambiente de trabalho permaneciam razoáveis, mesmo após o PAA.

Também foi preocupação da pesquisa saber sobre as condições de saúde das famílias agricultoras. Sobre esse quesito, 27 (75,0%) do total dos agricultores que disseram que não possuíam plano de saúde e, somente, nove (25,0%) afirmaram ter esse recurso. Dos que responderam negativamente à referida questão, 20 (55,6%) alegaram utilizarem o Sistema único de Saúde (SUS), enquanto sete (19,4%) declaram que, além do SUS, utilizam também recursos próprios; isto é, custeavam serviços, procedimentos e, até mesmo, os medicamentos que lhes são necessários.

Além disso, questionou-se às famílias agricultoras se a inserção no PAA havia proporcionado maiores investimentos nas suas condições de saúde. Sobre isso, dos 36

respondentes, 32 (88,9%) afirmaram não terem tido nenhuma mudança nesse sentido, enquanto quatro (11,1) relataram que, com a renda extra, sentiram alguns impactos positivos nas possibilidades de saúde da sua família, já que antes dependiam exclusivamente do SUS e, muitas vezes, a espera por esses serviços era demasiadamente longa.

Outra variável que foi analisada diz respeito às condições de segurança física dos agricultores, em suas residências e propriedades, já que essa ainda é uma problemática persistente no meio rural. Nota-se, pelos números, bem como pelos relatos, que praticamente não houve alteração sobre essa questão, pois 25 (69,4%) dos 36 respondentes relataram não terem percebido nenhuma mudança na segurança familiar, três (8,3) não souberam responder a questão e, somente um (2,8%) disse que pode fazer investimentos nas suas condições de segurança. Ressalta-se que 07 dos agricultores (19,4%) foram classificados como NA (não se aplica), pois não estão mais residindo no meio rural.

Quando questionados sobre as formas de violência sofrida, os relatos são exclusivamente sobre roubos e furtos em suas residências/propriedades e, até mesmo, na casa de parentes, exemplificando:

> Sofri situação de violência com furto, a situação de segurança no meio rural é caótica (Entrevistado 07).
>
> Ah, eu nem gosto de ficar falando sobre isso não. Mas, nós já fomos roubados aqui sim, tanto é que vamo mudar pra cidade, não dá mais pra ficar aqui não. (Entrevistado 12)
>
> Roubaram a moto do meu marido, mas, aqui em casa mesmo não teve nada não. A minha cunhada é que já passou aperto coitada, além de roubar lá na casa dela, deixou ela presa num cômodo a noite toda, sofreu demais. (Entrevistado 9).

No que tange as condições de bem-estar foi perceptível que o PAA proporcionou maior sensação de realização às famílias agricultoras, visto que 33 entrevistados, que correspondem a 91,7% do total, declararam que esse programa contribuiu de forma substantiva para o bem-estar de suas famílias e, apenas, três (8,3%) afirmaram não terem percebido esse benefício. Nascimento et. al (2017), também, faz alusão a esse efeito do PAA. Segundo o autor, os agricultores demonstram satisfação com respeito à possibilidade de:

> melhoria da renda, permitindo comprar bens duráveis para melhorar o bem-estar familiar. Esse indicador é importante uma vez que a política pública auxiliou, em certa medida, na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, cumprindo assim, com um dos objetivos do PAA [...] Alguns dos agricultores familiares revelaram que a partir do momento que iniciaram a participação no

> PAA, foi possível mobiliar suas residências, principalmente com a aquisição de novos eletrodomésticos (NASCIMENTO et. al, 2017, p. 97).

Observou-se durante os relatos que, geralmente, os agricultores associam bem-estar às questões financeiras e materiais, mas, para, além disso, os agricultores expuseram que o programa contribuiu com a sua realização por proporcionar-lhes trabalhar com o que gostavam, se capacitarem, além de ajudar as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social, conforme exposto nos relatos a seguir apresentados:

> O PAA interferiu no meu bem-estar comigo mesmo porque me sinto mais útil (Entrevistado 1).
>
> O PAA também interferiu no meu bem-estar porque desenvolvi mais (Entrevistado 3).
>
> O PAA interferiu no meu bem-estar porque só o fato da gente poder ajudar em casa é tudo de bom, a gente fica mais feliz e motivado (Entrevistado 9).
>
> O PAA interferiu no meu bem-estar, porque aumentou minha expectativa por melhores condições de vida (Entrevistado 13).
>
> O PAA interferiu no meu bem-estar porque mexer com as hortaliças é uma terapia pra gente, fico de duas a três horas na horta e nem vejo o tempo passar (Entrevistado 18).
>
> O PAA interferiu no meu bem-estar com certeza, muda muito, me sinto mais motivado (Entrevistado 21).
>
> Quanto ao meu bem-estar, depois do PAA, me sinto melhor. Porque além do programa me favorecer eu tô favorecendo outras pessoas também, fornecendo alimentos né? De certa forma, a gente ta podendo ajudar os outros (Entrevistado 26).

Outro indicador que mereceu atenção nesse estudo, refere-se à integração social; isto é, buscou-se saber se os agricultores participavam de atividades na sua comunidade e, em caso afirmativo, quais eram elas. Com relação a isso, 32 dos 36 entrevistados afirmaram que participavam de atividades realizadas em seu meio social, enquanto 04 relataram não participar de qualquer evento. As atividades religiosas foram as que mais se destacaram nas respostas, o que pode ser explicado pela força que a religião representa na vida desses agricultores, como também pela ausência de outras opções de interatividade. Foram citadas, ainda, as atividades promovidas pela ou na associação (2), além de atividades culturais (5) e políticas (1).

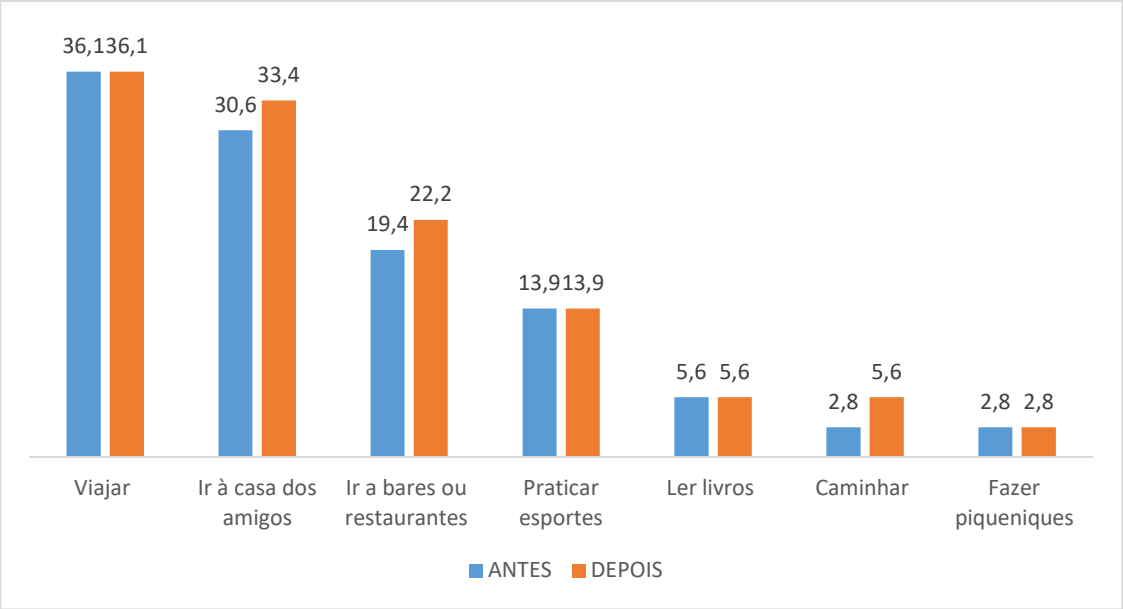
Ainda sobre as variáveis relacionadas à integração social, indagou-se aos entrevistados se o PAA teria promovido melhoras nesse aspecto; assim, 30 responderam que o programa não foi vetor de maior integração entre as famílias e comunidades, enquanto

três disseram que, através do programa, ocorreu um maior contato e proximidade entre as pessoas e, somente, três não souberam ou não responderam a questão.

No que tange as opções de lazer, verificou-se quais eram as alternativas mais disponíveis e acessadas, como também foi avaliado se o PAA havia interferido nesse aspecto de vida das famílias agricultoras. As alternativas que se destacaram foram: viajar, ir à casa de amigos, frequentar bares e/ou restaurantes, seguidos de praticar algum esporte, ler livros, caminhar e fazer piqueniques.

A Figura 6, abaixo apresentada, revela que as mudanças na integração social existiram, mas não foram tão expressivas. Nota-se que houve mudança na variável "ir a casa de amigos" que, antes do PAA, representava 30,6% do lazer familiar e, após o programa, passou a ter uma representatividade de 33,4%; o outro item que sofreu modificação foi "ir a bares e/ou restaurantes", que de 19,4% passou a representar 22,2% do entretenimento dos agricultores e, por fim, a caminhada que passou a ser mais praticada pelos trabalhadores após o seu ingresso no programa, uma vez que, antes do PAA, essa atividade correspondia a 2,8% do lazer dos entrevistados, enquanto após o programa essa porcentagem subiu para 5,6%. Assim, em termos gerais, o programa contribuiu para uma maior sociabilidade dos agricultores, seja com familiares, amigos e conhecidos.

Figura 6 – Aspectos relacionados ao lazer das famílias agricultoras, antes e depois do PAA. Paula Cândido, MG.



Fonte: dados da pesquisa de campo, 2017.

Ainda sobre as formas de integração social os agricultores foram indagados sobre vida espiritual de suas famílias; ou seja, buscou-se saber se eles participavam de missas, cultos, reuniões e pastorais da igreja. Dos 36 respondentes 32 disseram participar ativamente de atividades relacionadas a sua religião, enquanto três afirmaram não participarem de atividades religiosas e um não soube ou não respondeu a questão. Salienta-se que todos os entrevistados alegaram que o PAA não contribuiu para mudanças nesse aspecto da vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que houve alterações tanto nos modos de produção quanto de reprodução social das famílias agricultoras estudadas. No que diz respeito às mudanças trazidas pelo programa, nos aspectos de produção destacam-se a importância da assistência técnica prestada pela EMATER aos agricultores participantes do programa, proporcionando-lhes conhecimentos sobre formas de manejo e, até mesmo, orientações sobre uma produção programada.

Outro benefício associado à produção diz respeito ao aproveitamento do excedente; ou seja, produtos que eram desperdiçados nos quintais das famílias, passaram a compor o seu rol de produtos, ampliando suas possibilidades de alimentos comercializáveis e, consequentemente, seus rendimentos.

Outrossim, também foi revelado a preocupação dos agricultores familiares com a qualidade dos alimentos comercializados após o seu ingresso no PAA, impulsionada tanto pelas exigências de sanidade impostas pelo programa, como também pela proximidade criada entre os produtores e consumidores, gerando um sentimento de comprometimento entre ambos.

No tocante aos aspectos de reprodução social, ficou evidente que o aumento da renda foi um dos principais benefícios percebidos pelos agricultores familiares, já que a grande maioria relatou ter conseguido melhorar sua qualidade de vida a partir dessa renda extra, que se traduz em maior estabilidade quanto ao futuro de suas famílias.

Todavia, ficou nítido que o programa não contribuiu para alteração em dois domínios importantes dos aspectos da reprodução social, que são a segurança física e saúde das famílias agricultoras, visto que boa parte dos entrevistados afirmou não ter sentido nenhuma mudança nesses pontos após a sua inserção no PAA. Por outro lado,

outros ganhos foram mencionados, como, aumento nas atividades de lazer, diversificação do consumo, melhorias nas residências e, consequentemente, mais conforto, sociabilidade e bem-estar de muitas famílias.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDAMS, J. Age and relative importance of major life domains. **Journal of Aging Studies**, v. 19, n. 4, p. 503-512, 2005.

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr., 2012.

BATISTA, L. M. G.; RIBEIRO, S. M. R.; SANTOS, R. H. S.; ARAÚJO, R. M. A.; RIBEIRO, A. Q.; PRIORE, S. I.; DELLA LÚCIA, C. M.; LANA, R. P.; GASPARONI, G. P. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 494-504, 2016.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BRASIL, L. K. B. O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as transformações socioterritoriais no Rio Grande do Norte.** 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016. **Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo**, Brasília, DF, dez 2016.

BRASIL**. Resolução GGPAA nº 44, de 17 de agosto de 2011.** Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF, agosto 2011.**

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software Iramuteq**. 2016. 32 p. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf> Acesso em: 26 fev. 2018.

CAVALCANTI, N. T. F. **Diagnóstico socioeconômico do programa de aquisição de alimentos no município de Monteiro, PB**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, 2016.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores partici-**

pantes orientadas ao mercado: Estudo de Caso no Estado de Sergipe. Brasília: IPEA, 2010.

CUNHA, W. A. da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

FRANCHINI, J. C.; COSTA, J. M.; DEBIASI, H.; TORRES, E. **Importância da rotação de culturas para a produção agrícola sustentável no Paraná**. Londrina: Embrapa Soja, 2011. 52 p. (Documentos *I*, Embrapa Soja, 327)

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n.1, jan./jun. 2002.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade. In: **Capacitação em Serviço Social e política social:** Módulo 2. Brasília: CFESS/ Abepss/Cead/UnB, 1999. p. 20-33.

MARTINS, S. C. S. et al. Efeito do pousio na recuperação de um solo sob caatinga no semiárido brasileiro. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 10, n. 19, p. 2194-2204, 2014.

MORENO, B. T. **Programa de Aquisição de Alimentos e seu papel no fomento a inclusão social no campo.** 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao programa de aquisição de alimentos. **RPCA**, v. 11, n. 2, p 82-107, 2017.

NETO, M. P. do N. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB: análise das transformações vivenciadas na Agricultura Familiar**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, G. R.; ARAÚJO, F. M.; QUEIROZ, C. C. A importância da assistência técnica e extensão rural (Ater) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Bol. Goia. Geogr.**, v. 37, n. 3, p. 528-551, 2017.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova economia,** v.7, p.43-81, 1997.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: Reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, v. 27, n. 72, p. 121-135, 2007.

VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro, RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, 47., 2009. Porto Alegre. **Anais** Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre: SOBER, 2009.

ARTIGO 4

UMA ANÁLISE SOBRE O EMPODERAMENTO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS APÓS A SUA INSERÇÃO NO PAA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a eficácia do PAA, em termos de suas repercussões no empoderamento das famílias agricultoras beneficiadas pelo programa. Como procedimento metodológico, foi feito uso da pesquisa bibliográfica, além das técnicas de entrevistas semiestruturada e narrativa. Para o processamento dos dados utilizou-se os *softwares* SPSS e IRAMUTEQ. Os resultados evidenciaram que o significado do PAA atribuído pelos agricultores remete-se aos fatores renda, liberdade e segurança. Foi constatada também a importância do papel das redes sociais na vida dos agricultores, visto que elas são transmissoras de informações, conhecimentos, capacitações e apoio. Assim, pode-se afirmar que houve diferentes mudanças na vida dos agricultores e suas famílias, que vão desde o aumento das suas capacidades, acesso a informações, maior sociabilidade e participação social, aumento da renda e bem-estar até a sua independência e autonomia, fatores que influenciam diretamente no empoderamento, como processo. Todavia, para que o empoderamento seja sustentável, faz-se necessário maiores investimentos, por parte do Governo, em serviços de educação, saúde e melhor distribuição de renda, além da superação dos limites estruturais relacionados ao funcionamento do PAA.

PALAVRAS-CHAVE: PAA. Famílias. Empoderamento.

AN ANALYSIS ON THE EMPOWERMENT OF FARMING FAMILIES AFTER THEIR INSERTION IN THE FAP

ABSTRACT: This article aims to analyze the effectiveness of the FAP in terms of its repercussions in the empowerment of farming families benefited by the program. As a methodological procedure, the bibliographical research was used along with techniques of semi-structured and narrative interviews. The data processing was done with the help of the SPSS and IRAMUTEQ software. The results indicate that the meaning of the FAP attributed by the farmers refers to the factors of income, freedom and security. The importance of the role of social networks in the farmers' lives was also verified, since they are a source of information, knowledge, training and support. Therefore, it is possible to affirm that different changes have happened in the farmers' and in their family's lives, ranging from the increase of their abilities, access to information, greater sociability and social participation and increase of their income and sense of well-being to their independence and autonomy, which are factors that influence directly the empowerment as a process. However, in order for the empowerment to be sustainable, it is necessary to have more investments on the part of the Government in education, health services and better income distribution, as well as overcome the structural limits related to the operation of the FAP.

KEY WORDS: FAP, families, empowerment.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas compreendem uma forma de intervenção estatal para atender às demandas sociais, econômicas, estruturais, ambientais e, ao mesmo tempo, é uma maneira dos governos se legitimarem. Assim, as políticas públicas desdobram-se em projetos e programas, que interferem em uma dada realidade; em outras palavras: "a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real". (SOUZA, 2006, p. 26).

Nesse sentido, pressupõe-se que políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), podem impactar na vida de seus beneficiários, tornando-os mais fortalecidos, unidos, com maior possibilidade de acesso a informações e conhecimentos, assim como a recursos financeiros, de modo que possam ter mudanças substanciais nos cursos de suas vidas; ou seja, todos esses fatores podem contribuir para que as pessoas se tornem mais independentes e até mesmo empoderadas.

Desse modo, a questão que se coloca é entender em que medida a inserção no PAA contribui para o empoderamento das famílias agricultoras que dele fazem parte. Para saber se houve a efetivação desse processo, optou-se por operacionalizar esse conceito a partir de três dimensões, qual seja, social, política e econômica, conforme base teórico – conceitual proposta por Iorio (2002) e Romano (2002).

Os referidos autores consideram o empoderamento como processo, o que implica na conjugação de diferentes fatores, externos e internos, como o acesso a políticas pública, garantia de trabalho e renda, participação social, acesso a informações, capacitações, aumento da autoestima e autopercepção, para que o mesmo seja efetivado. Além disso, ressaltam a importância das instituições e de seus agentes para impulsionar esse processo; ou seja, a rede quando bem articulada torna-se um relevante espaço para a concretização do empoderamento.

Assim, o cerne do problema em questão consiste em responder ao seguinte questionamento: O PAA contribui para o empoderamento das famílias fornecedoras? Ou seja, objetivou-se analisar a eficácia do PAA, considerando suas repercussões sobre o empoderamento das famílias beneficiárias.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a coleta de dados foi utilizado como técnica a entrevista semiestruturada. De acordo com Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2011), a entrevista é uma importante técnica de coleta de dados por ser flexível, possibilitando uma interação social entre o pesquisador e aqueles indivíduos que fazem parte ou são afetados pelo objeto de estudo. Além disso, foi feito uso da entrevista narrativa, que, segundo Jovchelovitch e Bauer (2002) é um método de coleta de dados que proporciona aos entrevistados relatarem suas opiniões e pensamentos acerca de determinado tema de forma livre, sem a influência do entrevistador.

A análise dos dados quantitativos e qualitativos foi realizada por meio dos *softwares* SPSS (*Software Statistical Package for the Social Sciences*) e Iramuteq, respectivamente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Aspectos gerais do empoderamento

Conforme referencial teórico-conceitual, o empoderamento é um processo complexo e como tal conta com diferentes fatores para a sua efetivação. Logo, para que as famílias se sintam empoderadas precisam ter satisfeitas diversas necessidades, que vão desde o atendimento de questões objetivas, como o acesso a serviços básicos de saúde, assistência e educação até as questões subjetivas, como autoestima e autopercepção.

Nessa lógica, inicialmente, procurou-se compreender qual era a percepção dos agricultores sobre o empoderamento. Para tanto, utilizou-se o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), o qual permitiu aos participantes da pesquisa expressar-se de forma livre sobre o tema em tela; sendo solicitado aos mesmos que anunciassem três palavras que afloravam na sua memória quando ouviam o termo empoderamento.

Os dados coletados foram organizados em uma planilha eletrônica *open Office* e, posteriormente, foram transportados para o Iramuteq, onde foi realizada a análise prototípica das palavras evocadas pelos entrevistados.

A análise prototípica permite-nos identificar a representação social dos indivíduos sobre determinada questão, identificando, a partir do somatório das palavras evocadas, que tiveram mais força no teste de associação livre de palavras, cuja análise dá

origem a um diagrama de quatro quadrantes, apresentado na Figura 1, que indicam as quatro dimensões da estrutura das representações sociais, a partir dos critérios de frequência e ordem de evocação das palavras provenientes do TALP.

Figura 1 – Teste de associação livre (TALP) sobre empoderamento.

	≤ 1,13 Rangs 1,13 >	
	Zona de Núcleo	Primeira Periferia
< 5,92 Frequência ≥ 5,92	Renda: 24-1 Liberdade: 16-1.1 Segurança: 6-1	Conhecimento: 8-1.4
	Elementos Contrastantes	Segunda Periferia
	Trabalho: 3-1 Educação: 2-1 Força de vontade: 2-1 Felicidade: 2-1 Independência: 2-1	Autonomia: 5-1.2 Autoestima: 3-1.2 Participação: 2-2

Fonte: dados da pesquisa de campo que foram analisados pelo Iramuteq.

De acordo com Camargo e Justo (2016), no primeiro quadrante (superior esquerdo) estão às palavras que tem frequência maior que a média e que foram mais prontamente evocadas, sendo os prováveis indicadores do núcleo central da representação dos agricultores sobre o empoderamento, quais sejam, renda, liberdade e segurança.

Para Amartya Sen (2000) existem cinco tipos de liberdade que contribuem para o desenvolvimento dos indivíduos, cuja denominação dada pelo autor é de que elas são as liberdades instrumentais, que consistem em oportunidades econômicas; liberdades políticas; serviços sociais; garantias de transparência; segurança protetora. Para este teórico, determinadas liberdades, seguramente, influenciam no alcance de liberdades de outros gêneros.

Assim, é possível afirmar que os resultados apresentados no núcleo central dessa análise vão ao encontro da afirmação de Amartya Sen (2000), visto que, a percepção dos agricultores é de que ao adquirir mais renda, além de terem a garantia de uma boa alimentação e conforto em suas moradias, têm maior liberdade e segurança de fazer planos sobre o futuro de suas famílias.

No segundo quadrante (superior direito), está a primeira periferia, com a palavra que teve alta frequência, mas que não foi tão prontamente evocada, a saber: conhecimento. Já no terceiro quadrante (inferior esquerdo), estão os elementos que foram prontamente evocados, porém, com frequência abaixo da média, cujas palavras originadas foram: trabalho, educação, força de vontade, felicidade, tranquilidade e independência. Salienta-se que as palavras expostas nesses dois quadrantes reforçam o núcleo central, pelo fato de terem sido mencionadas pelos agricultores durante as narrativas em diversos momentos.

Por fim, no quarto quadrante (inferior direito), estão representados os elementos com menor frequência e maior ordem de evocação, sendo eles: autonomia, autoestima e participação.

Há que se ressaltar que apesar da divisão desencadeada pela análise prototípica que fez uma distinção das palavras de acordo com a sua frequência, bem como pelo momento em que elas foram evocadas, todas as palavras estão relacionadas. Essa afirmação é embasada pela contribuição dada pelos teóricos, Amartya Sen (2000), Iorio (2002) e Romano (2002) e ao descreverem que o empoderamento, como um processo, requer o atendimento de diferentes elementos para a sua concretização; isto significa dizer que, ao se referir ao empoderamento como renda, os agricultores entenderam que ao ter mais acesso a educação e trabalho, consequentemente, teriam essa conquista garantida. Ao mesmo tempo, quando fizeram menção ao termo liberdade, compreenderam que fatores como autoestima e força de vontade estariam interligados. Nesse mesmo sentido, quando evocaram a palavra segurança, supunham que a sua contemplação acarretaria em maior autonomia, independência e, concomitantemente, maior felicidade.

Outra indagação sobre o processo de empoderamento foi pautada na definição de Gita Sen (1997), citada por Romano (2002), afirmando que, para que o processo de empoderamento seja sustentável faz-se necessário o investimento por parte dos diferentes atores, governamentais e não governamentais, que circundam esse processo.

Nesse sentido, procurou-se saber se o PAA suscitou algum tipo de investimento para favorecer o processo de empoderamento dos agricultores e suas famílias, seja pelo próprio grupo de agricultores, atores internos, ou mesmo por atores externos, como, por exemplo, pela EMATER e Prefeitura. A partir da coleta de dados, a EMATER foi identificada como o principal agente de investimento e incentivo, conforme pode ser observado nos depoimentos que seguem:

> Quanto aos investimentos com o PAA, foi feito pela equipe da EMATER, agente externo, através de busca ativa e incentivo (Entrevistado 1).
>
> Os investimentos com o PAA, pelo que me lembro, só feito pela EMATER mesmo nos incentivando e possibilitando informações (Entrevistado 4).
>
> No caso, esses investimentos foi feito pela EMATER que dá oportunidade da gente participar desses programas, para vender o que a gente planta, né? (Entrevistado 10).
>
> Se não fosse pela EMATER nós nem conhecia esses projetos, é eles que corre atrás da gente (Entrevistado 16).
>
> Os investimentos realizados [pausa] a EMATER foi quem incentivou e ainda incentiva, e apoia as pessoas envolvidas que estão na associação (Entrevistado 26).
>
> Sobre os investimentos realizados com o PAA, os agentes externos eu acho que foi a EMATER com orientação. A associação também ajuda, agente interno, porque depois que surgiu a associação as mulheres têm mais força né? (Entrevistado 32)

Manfiolli (2014) corrobora com o resultado anteriormente apresentado sobre a importância da EMATER para os agricultores familiares. Segundo o autor, a assistência técnica além de ser crucial para orientações em relação à produção, contribui também com a disseminação de informações e conhecimentos a essa categoria. Logo, pode-se inferir que os prestadores de assistência técnica podem ser um importante agente no processo de empoderamento.

Assim, é possível afirmar que o acesso a políticas públicas pode proporcionar maiores informações e conhecimentos para os seus beneficiários, contribuindo para que os mesmos tenham maior autonomia em suas vidas. No caso do PAA, programa aqui analisado, além de informações e conhecimentos, proporciona também segurança de renda para as famílias agricultoras.

Nesse sentido, perguntou-se aos entrevistados, se a partir da sua inserção no PAA os mesmos se sentiram mais seguros e livres para serem protagonistas de suas próprias vidas. Os dados relevam que, a grande maioria, 25 (69,4%), acredita que o programa apresenta esse benefício às famílias agricultoras, enquanto um agricultor (2,8%) disse que essa contribuição acontecia de forma parcial; por sua vez, três produtores (8,3%) afirmaram que o PAA não favoreceu esse aspecto e, por fim, sete (19,4%) não souberam ou não quiseram responder a questão.

Nos relatos, a seguir especificados, fica nítido que os agricultores se consideram mais autônomos, não somente por terem mais acesso a informações e conhecimentos, mas, também, pelo aumento da renda familiar. Esse dado pode ser comparado com os

resultados que foram anteriormente apresentados sobre o TALP, onde a renda foi a principal palavra evocada, pelos entrevistados, ao se referirem ao significado de empoderamento.

> Quando você tem mais dinheiro, você tem autonomia (Entrevistado 27).
>
> Sim, porque se formos olhar os nossos antepassados, era uma pessoa rica quem tinha terra, depois era uma pessoa rica quem tinha dinheiro, hoje é uma pessoa rica quem tem conhecimento e informação (Entrevistado 29).
>
> Ajudou sim, porque o fato de você ter uma informação correta te dá dois caminhos, né? porque se você não tem direção, não sabe para onde seguir. Mas, com informação a gente tem oportunidade de escolha (Entrevistado 30).
>
> Quando eu fiquei sabendo desse programa, eu falei assim: esse programa é melhor que o Bolsa Família, porque a gente vai ter o dinheiro pelo nosso trabalho. A gente vai produzir e ter onde vender (Entrevistado 17).
>
> Ah sim, porque agora a gente tem o dinheirinho da gente né? Demora, mas vem! (Entrevistado 19).

Os depoimentos reafirmam a importância do conhecimento/informação nas oportunidades de escolha e processo de decisão. Cunha (2015), em seu estudo, corrobora com esse entendimento de que a inserção dos agricultores em mercados institucionais proporciona-lhes trocas de conhecimentos e informações que impactam, diretamente, em mudanças nas suas práticas produtivas, a exemplo da adesão de práticas sustentáveis em seus cultivos, o que reforça o depoimento dos agricultores apresentados anteriormente, quando relataram que conhecimento implica em autonomia.

Nesse mesmo sentido, ressalta Hentz (2016), que, ao ingressarem no PAA, os agricultores passam a investir mais em conhecimentos e capacitações, que contribuem para mudanças positivas nos processos produtivos, possibilitando-lhes maior segurança para comercializar seus produtos, assim como maior liberdade de escolha.

Ainda sobre os ganhos proporcionados pelo PAA, foi perguntado aos entrevistados se o programa havia lhes possibilitado maior acesso a capacitações, outro elemento fundamental para a efetivação do processo de empoderamento. A respeito disso, houve um equilíbrio nas respostas, já que 18 (50,0%) agricultores afirmaram que sim, enquanto 17 (47,2%) relataram que não e, somente, um (2,8%) não soube ou não respondeu a questão. Segundo os depoimentos, as capacitações geralmente são ofertadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) e EMATER, cujo conteúdo vai desde

as técnicas de boas práticas de fabricação até o aprendizado de novas habilidades, a exemplo de cursos relacionados ao aproveitamento integral dos alimentos.

Nesse seguimento, perguntou-se, também, se o PAA contribuiu para mudanças nas instituições; ou seja, se a relação entre as instituições ficou mais estreita e densa, após a implantação do referido programa na cidade, pois, de acordo com Iorio (2002), quando as instituições deixam de ser engessadas e passam a dar valor às opiniões e aspirações do público para o qual programas, como o PAA, são destinados, o processo de empoderamento é facilitado. Sobre isso, mais da metade dos entrevistados 20 (55,6%) afirmaram que sim, enquanto 12 (33,3%) alegaram que não sabiam responder. Por sua vez, quatro (11,1%) agricultores foram enfáticos ao dizer que não houve nenhuma alteração nesse sentido. Aqueles que responderam de forma afirmativa a questão revelaram que após o PAA>

> Teve uma maior articulação entre a EMATER e associação (Entrevistado 7).
>
> Eu vejo que a associação e a EMATER agora tem bastante contato (Entrevistado 11).
>
> Eu acho que estreitou a relação, né? Meio que deu uma liberdade de você chegar e perguntar as coisas para o pessoal da EMATER, coisa que antes a gente tinha mais com o sindicato (Entrevistado 30).

Segundo Romano (2002) outra variável importante para a compreensão do processo de empoderamento é a análise das relações de poder existentes, já que empoderamento e poder são fatores indissociáveis. Nesse sentido, foi indagado sobre a ampliação da capacidade dos agricultores em exercerem poder, levando-se em consideração as diferentes formas de poder existentes; ou seja, *o poder sobre, poder para, poder com, poder de dentro*. Além de responderem se haviam tido esse aumento de poder, informaram, também, qual o tipo de poder consideravam ter. Da totalidade dos entrevistados, 28 (77,8%) afirmaram que o PAA ampliou sua capacidade de poder, enquanto sete (19,4%) disseram que o programa não contribuiu com isso e, apenas, 01 (2,8) disse que essa ampliação de poder aconteceu de forma parcial.

No que tange a forma ou tipo de poder, os relatos foram diversos. Alguns foram no sentido de que o programa proporcionou mais segurança de renda e, consequentemente, maior poder de compra que, segundo Romano (2002), é o *poder sobre,* no caso, sobre os recursos financeiros. Expuseram também que o fato de estarem reunidos por meio de associações, trocando experiências e conhecimentos, faz com que

eles se sintam mais poderosos, pois conseguem ter melhores condições de negociação e decisão, cuja classificação dada é o *poder com*.

3.1.1 Dimensão social e política do empoderamento

Para Iorio (2002) existem alguns quesitos que podem ser considerados como sendo facilitadores para o processo de empoderamento, como, a descentralização e a participação. Sobre esse último, foi feito um levantamento junto aos agricultores familiares sobre a sua participação em organizações sociais e/ou políticas, antes e depois do PAA. Além de verificar qual era o seu grau de participação, bem como saber se esse envolvimento contribuía de alguma forma para o processo de empoderamento familiar. Logo, ao questionar-lhes se participavam de alguma organização social e/ou política, dos 36 entrevistados, 26 (72,2) afirmaram que participam desses espaços, enquanto dez (27,8) disseram que não tinham esse tipo de participação até a sua inserção no programa, conforme Figura 2.

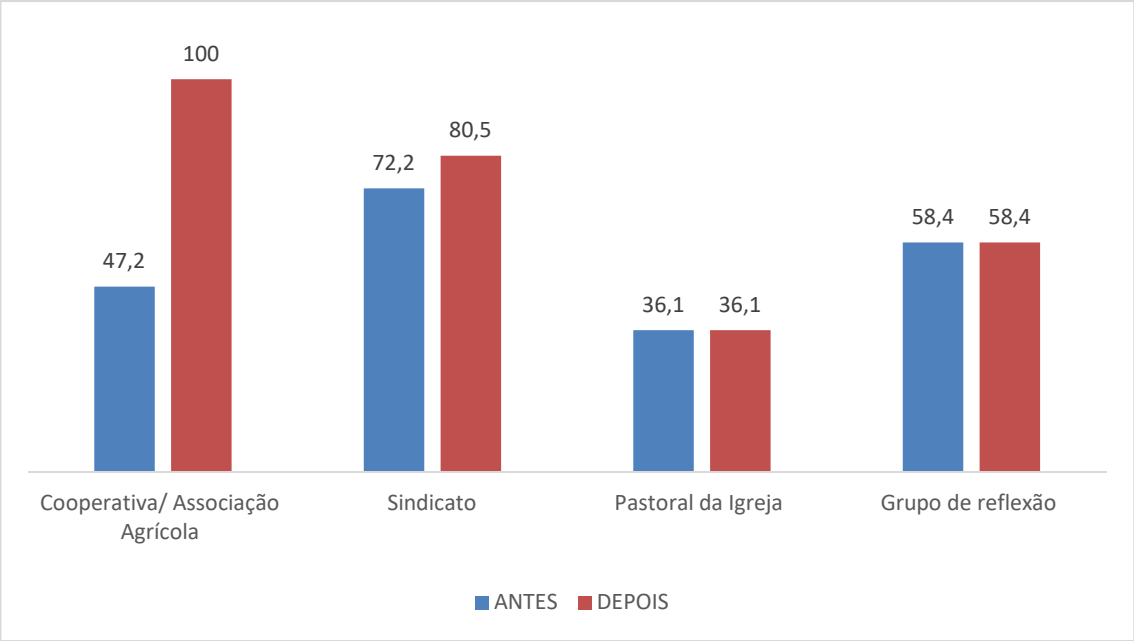
Figura 2 – Percentual de participação dos agricultores em associação e/ou organização. Paula Cândido, MG.

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quanto ao tipo de organização da qual fazem parte, estão a Associação, o Sindicato, Pastoral da Igreja e Grupo de Reflexão. Nota-se que o PAA impulsionou a participação em associações, já que, para participar da modalidade de compra com doação simultânea, os agricultores precisam estar organizados formalmente. Desse modo, após o PAA, todos os agricultores passaram a fazer parte de alguma associação. O sindicato também teve um acréscimo em seus associados que passou de 26 (72,2%) para 29

(80,5%). Já as participações em organizações de cunho religioso e/ou espiritual não foram modificadas em função do PAA, conforme dados da Figura 3.

Figura 3 – Tipos de organização dos agricultores do PAA em %. Paula Cândido, MG.



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Nessa perspectiva, Grisa e Porto (2015) relatam que ao incentivar a participação dos agricultores familiares em organizações formais, o PAA contribui para o fortalecimento e visibilidade dessa categoria social. Nas palavras dos autores, "há aqui a priorização de uma ruralidade organizada, potencializando-a para o acesso a outras políticas públicas ou demais ações coletivas" (GRISA, PORTO, 2015, p. 174).

Quanto ao grau de participação foi perguntado aos entrevistados se eles participavam ativamente da associação da qual faziam parte e, para a mensuração dessa forma de participação, utilizou-se o critério de frequência nas reuniões. Além disso, foi indagado aos interlocutores se, quando presentes nesses encontros, emitiam ou não opinião sobre os assuntos em pauta. Os resultados sobre essa questão foram os seguintes: dos 36 agricultores respondentes, 27 (75,0%) afirmaram que participam ativamente da associação, enquanto nove (25,0%) relataram não ter essa participação efetiva.

Detalhando os dados, percebeu-se que dos 27 agricultores que disseram participar ativamente da associação, 20 informaram que vão as reuniões e emitem opinião sobre os assuntos em pauta; enquanto sete alegaram que vão as reuniões, mas não se envolvem com as questões discutidas, seja por vergonha ou por não saber se expressar; por sua vez, seis declararam que não frequentam as reuniões, fazendo parte

da associação somente para ter acesso ao programa; e, por fim, três não souberam ou não responderam a questão.

Indagou-se, ainda, dos agricultores se a participação em associações contribuía de alguma forma para a autonomia familiar, pois se acredita que seja "importante evitar que os processos participativos sejam superficiais, feitos para satisfazer exigências de doares e se reduzindo, na prática, a processos meramente consultivos (IORIO, 2002, p. 32)". Sobre isso, 18 entrevistados relataram que essa participação contribuía de forma forte para autonomia das suas famílias, enquanto 14 alegaram que essa contribuição acontecia de forma parcial, por sua vez, quatro disseram que a participação no referido espaço não contribuía para a autonomia familiar.

Outra forma de avaliar se os agricultores se sentiam empoderados foi perguntando-lhes sobre a participação política. Do total de agricultores entrevistados, 24 declararam que não discutem política, enquanto 12 afirmaram que têm esse hábito. Daqueles que responderam negativamente a questão, 16 justificaram que não discutem política por não gostarem ou por terem vergonha, enquanto quatro alegaram que não o fazem por não conseguirem expressar sua opinião; enquanto quatro não conseguiram dizer o motivo da não participação.

Afunilando ainda mais a questão, questionou-se também dos agricultores se já haviam participado de alguma atividade de cunho político. Relativo a isso, os seguintes dados foram obtidos: 24 agricultores disseram que nunca haviam participado de nenhuma atividade dessa natureza, enquanto nove relataram que já haviam tido alguma participação e, por fim, três não souberam ou não responderam a questão.

Diante disso, foi pedido aos nove produtores que afirmaram já terem feito parte de alguma iniciativa política que especificassem quais tinham sido essas atividades, entre as citadas estão às reuniões partidárias - antigos comícios – (3); abaixo-assinados e manifestações (3); movimento organizado de mulheres (1); movimento quilombola (1) e movimento dos atingidos por barragens (MAB) (1). Desse total, somente um interlocutor declarou que ofertou apoio direto ao movimento; ou seja, liderou-o, enquanto os oito restantes forneceram apoio indireto.

3.1.2 O papel das redes sociais no processo de empoderamento familiar

Partindo da premissa de que a rede social desempenha papel crucial para o processo de empoderamento das famílias agricultoras, buscou-se analisar quais eram as

principais redes a que eles tinham acesso, além de verificar qual era o papel de cada uma delas no seu processo de produção e reprodução social; enfim, no empoderamento.

Mas, antes de adentrar aos resultados coletados é preciso definir qual o conceito de rede considerado para essa discussão. Cabe salientar que existem diversos teóricos que tratam da temática em pauta e a pretensão aqui não é esgotar a literatura. Nesse sentido, consideramos que as redes se constituem em espaços e/ou formas, formais ou informais, de interações entre as pessoas proporcionando-lhes troca de informações e experiências, que podem contribuir para a autonomia e empoderamento familiar.

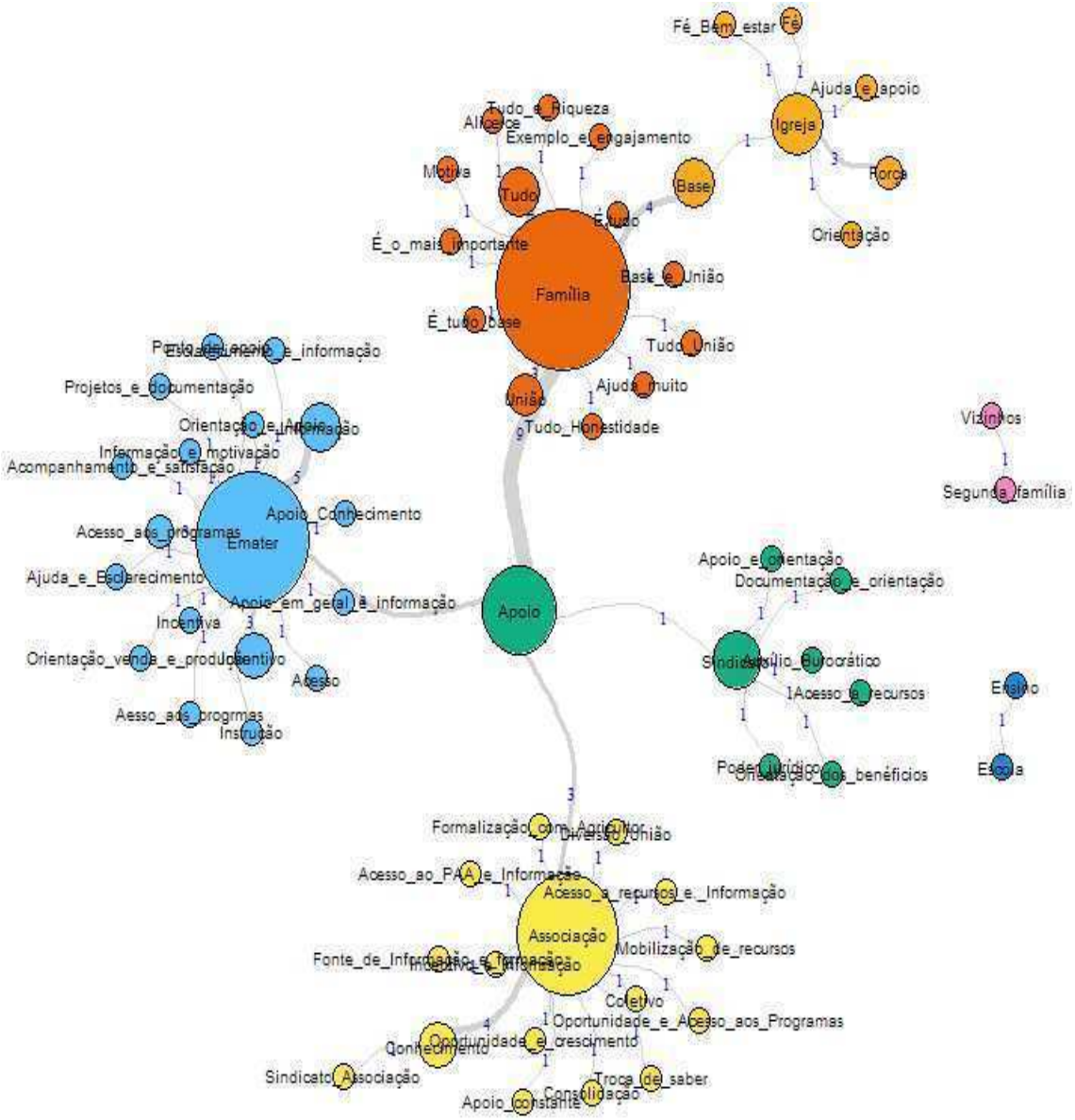
Marteleto (2001, p. 73) corrobora com esse entendimento ao afirmar que as redes sociais são "composta de indivíduos, grupos ou organizações, e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades dos seus membros"; ou seja, as redes seriam a "materialização das interações empreendidas coletivamente" (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 257).

No município estudado, algumas instituições foram evidenciadas durante a coleta de dados pela sua importância no processo de produção e comercialização dos agricultores, a exemplo da EMATER. Porém, sabe-se que essa não é a única rede acessada pelos agricultores entrevistados. Assim, pediu-se aos agricultores que falassem livremente qual era a rede considerada fundamental para o seu crescimento profissional e pessoal; isto é, qual era o papel de cada uma das redes para o seu empoderamento.

As redes relacionadas pelos agricultores podem ser classificadas por redes formais e informais, ou, segundo Stotz (2009), podem ser primárias ou secundárias. Para esse autor, as redes primárias são referentes às relações significativas que uma ou mais pessoas estabelecem cotidianamente ao longo de suas vidas, como as relações familiares, de parentesco, vizinhança, amizades, dentre outras, que conferem identidade e sentimento de pertencimento. Por sua vez, as redes secundárias são formadas pelos laços que se estabelecem entre grupos, instituições, organizações do mercado e do terceiro setor.

Para uma compreensão pormenorizada da rede e sua importância, realizou-se a análise de similitude por meio do *software* Iramuteq, sendo possível identificar as principais redes mencionadas pelos agricultores, a conexão entre elas, além da função exercida por cada uma. Observa-se na Figura 4, que sete instituições/organizações foram citadas, a saber, família, EMATER, associação, igreja, sindicato, vizinhos e escola; entretanto, há quatro que mais se destacam nos discursos que são a "Família", "EMATER", "Associação" e "Sindicato".

Figura 4 – Principais redes sociais evocadas pelos agricultores. Paula Cândido, MG.



Fonte: dados da pesquisa, 2017, analisados pelo IRAMUTEQ.

Nesse sentido, pode-se inferir que, de uma forma geral, nos discursos dos participantes sobre as quatro principais redes Família, Associação, Sindicato e Emater, as mesmas são vistas como uma rede de apoio. Além dessas, foi citada que, a igreja além da força espiritual, é fonte de orientação e apoio; bem como, os vizinhos, como sendo uma segunda família; além da escola como vetor de ensino.

Outros aspectos fundamentais para a compreensão mais ampla acerca do assunto foram às especificidades de cada rede. A família foi reconhecida, pelos entrevistados, como sendo o seu alicerce. Já a Emater foi mais caracterizada como mecanismo de acesso aos projetos e programas, assim como fonte de conhecimentos e instruções. O

sindicato, igualmente, foi relacionado como transmissor de informação e orientação, além de facilitador no acesso a recursos. Por sua vez, a associação foi mencionada por representar formalmente o coletivo dos agricultores, facilitando, assim, o acesso aos programas; mas, além disso, foi considerada como um espaço de troca de experiências e saberes.

3.1.3 Dimensão econômica do empoderamento

A dimensão econômica foi associada à posse de bens, acesso à informação, aumento das oportunidades e capacidades. Para tanto, procurou-se, em um primeiro momento, identificar quais eram os principais bens materiais de que as famílias dispunham em seus lares, de modo que, posteriormente, pudesse ser examinado se o referido programa havia propiciado alguma alteração nesse sentido e, caso houvesse, pediu-se que eles relatassem quais tinham sido essas aquisições.

Na Tabela 1 estão relacionados os bens materiais que cada família relatou possuir em suas residências.

Tabela 1 – Posse de bens de consumo dos agricultores entrevistados. Paula Cândido, MG

	Itens	**Frequência**	
		(Nº)	**(%)**
Bens de consumo	Computador	3	8,3
	Bicicleta	5	13,9
	Telefone fixo	7	19,4
	DVD	18	50,0
	Micro-ondas	18	50,0
	Automóvel	27	75,0
	Moto	27	75,0
	Máquina de lavar roupa/Tanquinho	29	80,6
	Rádio	32	88,9
	Telefone celular	34	94,4
	Geladeira	36	100,0
	Fogão	36	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Após essa primeira etapa, foi questionado aos entrevistados se a inserção no PAA lhes proporcionou o acesso a outros bens. Nesse aspecto, 19 dos 36 entrevistados disseram que conseguiram adquirir novos bens e até mesmo itens que não possuíam. As principais aquisições mencionadas foram móveis e eletrodomésticos, além de meios de transporte (carro e moto) e pagamento de documentação dos veículos.

Essa questão da aquisição de bens materiais e melhoria nas residências é algo muito valorizado pelos agricultores, sendo considerado, muitas vezes, como aumento da qualidade de vida e bem-estar de suas famílias, já que ao obter mais renda conseguem ter mais conforto em seus lares.

Nascimento (2017) também faz alusão sobre essas percepções dos agricultores em relação aos ganhos econômicos e materiais proporcionados pelo PAA, conforme descrito no trecho que segue:

> Declararam estarem satisfeitos quanto à possibilidade de melhoria da renda, permitindo comprar bens duráveis para melhorar o bem-estar familiar. Esse indicador é importante uma vez que a política pública auxiliou, em certa medida, na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, cumprindo assim, com um dos objetivos do PAA (CONAB, 2016). Alguns dos agricultores familiares revelaram que a partir do momento que iniciaram a participação no PAA, foi possível mobiliar suas residências, principalmente com a aquisição de novos eletrodomésticos (NASCIMENTO, 2017, p. 97).

Ainda sobre esse impacto proporcionado pelo PAA, Neto (2012) afirma que o programa atende a um de seus principais objetivos que é priorizar os agricultores mais vulneráveis economicamente, fato que pode ser evidenciado por meio dos investimentos nas infraestruturas das residências, além das aquisições materiais citadas anteriormente, que são de grande valia para as famílias agricultoras, como foi expresso também pelos próprios agricultores:

> Construí minha casa e adquiri meu carro, assim, não foi só com o dinheiro do programa que consegui. Mas, esse dinheiro, ajudou, ajudou e muito. (Entrevistado 6).
>
> Olha, eu consegui construir meu cômodo para a produção das quitandas com a renda desse programa da CONAB e, aqui pra casa, eu comprei sofá novo. (Entrevistada 9).
>
> Comprei muita coisa com o dinheiro desse programa viu, meu sofá, cama, colchão. (Entrevistado 14).
>
> Nossa, com o dinheiro do PAA, eu consegui comprar um monte de coisa: estante, sofá, armário e até o meu freezer. (Entrevistado 28).
>
> Depois do PAA eu comprei minha moto. (Entrevistada 30).
>
> Com o lucro do PAA eu consegui pagar a documentação do meu carro e moto. (Entrevistado 35).

Amartya Sen (1993) retrata que o aumento das capacidades dos indivíduos, que vai desde as capacidades elementares, como se alimentar adequadamente, até as capacidades complexas, como, a efetivação da participação social, é o que contribui para as suas liberdades e consequente efetivações; ou seja, a expansão desses fatores

influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas, bem como no seu desenvolvimento.

Tendo como base a teoria de Amartya Sen (1993, 2000) e de outros autores, como Iorio (2002) e Romano (2002), buscou-se avaliar se os agricultores entrevistados dispunham de capacidades essenciais para o seu desenvolvimento e empoderamento. Para tanto, questionou-se sobre as principais fontes de informações a que eles tinham acesso; bem como indagou-se a respeito do conhecimento sobre os seus direitos enquanto cidadãos e quem teria a obrigação de provê-los; além de avaliar como eram tomadas as decisões importantes que envolvem todo o núcleo familiar.

No que diz respeito às principais fontes de informação, que, segundo Iorio (2002, p. 30), é elemento crucial para o empoderamento das pessoas, visto que "com informações as pessoas, os grupos, têm a oportunidade de sair da condição de "beneficiário" para ser um agente ativo do processo", o resultado foi bem diversificado. Todavia, algumas fontes tiveram maior expressividade, como, televisão, rádio, internet e associação.

Já quando questionados sobre os direitos a que tinham acesso, todos afirmaram que o principal direito do cidadão é ter os serviços básicos à sua disposição, como, saúde, educação e assistência social. Salienta-se que a questão de segurança no meio rural, bem como melhorias nas estradas também foram citados. Segundo os relatos, o Governo deveria ser o principal responsável pela efetivação desses direitos, mas a família também tem o seu papel.

Outra forma de perceber as liberdades e capacidades dos indivíduos é buscando compreender como ocorre o relacionamento intrafamiliar. Nesse sentido, questionou-se aos agricultores de quem era a responsabilidade por tomar decisões importantes, que envolviam o futuro do núcleo familiar. Sobre essa questão, dos 36 entrevistados, 31 afirmaram que as decisões são tomadas de forma compartilhada com todos os membros da família. Já os quatro entrevistados restantes alegaram que a decisão era tomada de forma individual, seja pela figura masculina ou feminina.

3.2 Percepções dos agricultores sobre os benefícios trazidos pelo PAA

Um dos principais objetivos com a criação do PAA foi fortalecer os agricultores familiares, atendendo a reivindicações antigas dessa categoria. Esse fortalecimento viria a partir da abertura de mercados para esses trabalhadores que sobrevivem da terra. Além

disso, outros benefícios indiretos foram abrangidos por esse programa, como a inclusão econômica e social das famílias, assim como o resgate de práticas tradicionais das comunidades.

Diversos estudos, como os de Vogt e Souza (2009) e Moreno (2012), verificaram a importância do programa para o fortalecimento da agricultura familiar, que, para além das questões econômicas, contribuíram para maior proximidade entre produtores e consumidores e, consequentemente, mais comprometimento entre ambos, assim como proporcionou mais união entre os próprios agricultores, que se fortaleceram politicamente através das organizações e associações das quais fazem parte.

No município estudado, todos os agricultores afirmaram que o PAA promoveu, o fortalecimento da agricultura familiar por diferentes fatores, como maior união entre os agricultores por meio das associações; garantia de comercialização e reconhecimento da importância da agricultura familiar para a promoção de uma boa alimentação, conforme pode ser identificado nos relatos a seguir:

> O fortalecimento da agricultura familiar foi porque agora a gente tem maior visibilidade (entrevistado 1).
>
> O fortalecimento da agricultura familiar foi que houve maior união de todo mundo (entrevistado 3).
>
> O fortalecimento da agricultura familiar foi pela garantia de comercialização (entrevistado 5).
>
> O fortalecimento da agricultura familiar aconteceu porque esse é um programa voltado para os pequenos produtores (entrevistado 11).
>
> Teve o fortalecimento da agricultura familiar porque agora a gente tem como vender (entrevistado 12).
>
> O fortalecimento da agricultura familiar é porque somos mais reconhecidos pela cidade (entrevistado 19).
>
> O fortalecimento da agricultura familiar acontece, sim, porque somos mais valorizados. Porque há muitos anos atrás a gente não conseguia participar desses programas, isso era só para os ricos (entrevistado 24).
>
> Teve o fortalecimento da agricultura familiar, com certeza, pois criou um canal a mais de comercialização a partir do PAA (entrevistado 29).
>
> Eu acho que teve fortalecimento da agricultura familiar, sim, porque o pessoal está mais unido (entrevista 32).

Ficou nítido, nos discursos apresentados anteriormente, que os agricultores se sentiram mais visíveis e valorizados, após a sua inserção no PAA. Esse reconhecimento e valorização contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar, seja por terem

mais oportunidades, garantia da comercialização, como pela participação e união. Neto (2012) corrobora com essa afirmação ao descrever que o PAA se despontou como um importante mecanismo de visibilidade e crescimento da agricultura familiar, uma vez que, a figura do atravessador passou a ser irrelevante, colocando em evidência os membros dessa categoria.

Igualmente, ressaltam Doretto e Michellon (2007), que o PAA tem fortalecido a agricultura familiar, na medida em que tira de cena a figura do atravessador e, ao mesmo tempo, garante ao pequeno produtor a comercialização de sua produção.

Outro item avaliado pela pesquisa diz respeito à inclusão econômica e social dos agricultores familiares. Sobre isso, dos 36 entrevistados, 34 consideram que o PAA é um mecanismo importante para a efetivação dessa inclusão e, somente dois agricultores não souberam ou não responderam à questão. Dos que responderam afirmativamente à questão, sinalizaram que, além de terem tido seu poder de compra e negociação aumentados, tiveram também uma expansão no seu rol de contatos, como pode ser observado nos seguintes relatos:

> Houve a inclusão econômica e social das famílias agricultoras, pois agora temos maior poder de compra (entrevistado 5).
>
> Acho que a inclusão social aconteceu, sim, com a ampliação de contatos e valores a partir do PAA (entrevistado 8).

Vogt e Souza (2009) fazem alusão sobre a importância do PAA para a inclusão social dos agricultores familiares, ao relatarem que esse programa valoriza e estimula a união dos seus beneficiários por meio das associações e cooperativas contribuindo, assim, para a ampliação dos contatos e estreitamento das relações sociais.

Oliveira (2015) também faz menção a esse ganho proporcionado pelo PAA, ao declarar que ao se inserirem nesse programa os agricultores conseguiram ampliar seu rol de contatos e, ao mesmo tempo, tiveram aumentadas as possibilidades de comercialização da sua produção, garantia de renda e, consequentemente, sentiram uma elevação do seu patrimônio.

Ainda sobre os objetivos do PAA, existe um que não foi inicialmente previsto pelos formuladores, mas que acabou tendo sido contemplado pelo programa, que foi o resgate de práticas tradicionais. Conforme apresentado por Pandolfo (2008), uma das transformações promovidas pelo PAA em Tenente Portela, Rio Grande do Sul, diz respeito à revitalização do Moinho Colonial, prática tradicional da região que aos poucos estava se enfraquecendo. Diferentemente do resultado apresentado por Pandolfo

(2008), no município de Paula Cândido, MG, os agricultores, em sua grande maioria, declararam não terem sentido que o PAA favoreceu o resgate de práticas tradicionais.

Foi verificado também se o PAA repercutiu sobre a melhoria da autoestima, motivação e autopercepção sobre o curso das suas vidas e oportunidades sociais dos agricultores familiares. Sobre essas questões, dos 36 entrevistados, 32 afirmaram que o programa havia proporcionado esses benefícios aos agricultores participantes, por diferentes motivos, como sentimento de pertença a sua comunidade e maior segurança financeira, permitindo aos mesmos planejar o futuro de suas famílias. Somente 04 agricultores entrevistados não souberam ou não responderam a questão.

Sabendo que a atividade na zona rural conta com diversos empecilhos, sejam eles de ordem natural, estrutural ou pessoal, questionou-se quais eram as características e capacidades dos membros familiares, que eles consideravam ser de extrema importância para a execução das atividades pertinentes ao PAA. As principais características citadas foram: proatividade, persistência, organização e força de vontade.

Por fim, buscou-se saber se com o PAA, as famílias obtiveram recursos e serviços básicos; acesso a outras políticas públicas; informação; capacitação; participação social e política; poder de decisão e aprimoramento das capacidades de forma suficiente para iniciarem o processo de empoderamento e se tornarem agentes do próprio destino. Dos 36 respondentes, 26 responderam a questão de forma positiva, 04 responderam que o programa não proporcionou esses ganhos e 06 não souberam ou não responderam a questão. Aqueles que responderam afirmativamente a questão sinalizaram que o programa, além de proporcionar o aumento da renda familiar, contribui para maior entrosamento dos agricultores, além de fomentar a troca de saberes e experiências entre eles. Já os que disseram não reconhecerem esses benefícios do PAA, relataram que o atraso na aprovação dos projetos e na liberação dos recursos, assim como a baixa cota por agricultor limita de forma considerável as contribuições do mesmo para o desenvolvimento das famílias e, consequentemente, para o seu empoderamento.

3.3 Narrativa dos agricultores

Neste último tópico, pretende-se explanar os resultados das entrevistas narrativas realizadas com os agricultores, cujo objetivo foi identificar se nos seus discursos foram citados fatores internos, como melhoria da autoestima e motivação, além de fatores ex-

ternos, como o acesso a recurso e serviços básicos que são fundamentais para a efetivação do processo de empoderamento.

Como já expresso anteriormente, o PAA repercutiu em diferentes aspectos da vida dos agricultores, visto que propiciou melhorias nas questões econômicas, bem como na integração social dos mesmos, entre outras. Todavia, para complementar os dados já obtidos e apresentados, assim como para verificar se novos elementos iram aparecer nos discursos dos agricultores, foi efetuada a entrevista narrativa, que, segundo Jovchelovitch e Bauer (2002), consiste em um método de coleta de dados composto por questões abertas, que permitem aos entrevistados relatarem suas opiniões e pensamentos acerca de determinado tema, de forma mais livre e tranquila.

Ainda segundo os autores, nessa técnica de entrevista, o entrevistador não deve impor suas ideias sobre o assunto analisado, tampouco induzir as respostas dos entrevistados; isto é, o intuito é de que os entrevistados narrem, a partir de uma questão geral, as suas percepções sobre o objeto de estudo.

Para que se obtivesse uma melhor interpretação dos benefícios proporcionados pelo PAA na vida dos agricultores, o corpus levantado originou-se das entrevistas realizadas com os agricultores que estão participando desde o início do programa, no município de Paula Cândido, MG, pois acreditou-se que esses teriam mais conhecimento acerca dos benefícios do referido programa, bem como poderiam mensurar melhor quais as mudanças que o mesmo proporcionou na sua vida e de seus familiares. Do total de agricultores que compõe a amostra dessa pesquisa (36), foi extraída uma subamostra (10) para participarem da entrevista narrativa, tendo como questão chave a seguinte indagação: gostaria que narrasse sobre sua vida, "antes e depois do PAA", enumerando as principais modificações e como estas interferiram na sua qualidade de vida pessoal e familiar, bem como no seu empoderamento.

A amostra constituída por um total de dez agricultores foi caracterizada pela diversidade de seus componentes, sendo cinco mulheres e cinco homens, todos casados. Quanto ao grau de escolaridade, pode variar de ensino fundamental incompleto ao terceiro grau completo; sendo que dos dez entrevistados, dois possuem o ensino superior completo, um possui o ensino técnico completo, um possui ensino médio completo, 05 possuem o ensino fundamental incompleto e um possui o ensino fundamental completo.

Após a transcrição do material coletado foi possível detectar as semelhanças e diferenças nos discursos dos participantes. A respeito das similaridades encontradas, pode ser mencionado o fato de que todos consideram o PAA como um importante canal

de comercialização para a sua produção e, concomitantemente, uma fonte de renda para a família. Para alguns, essa renda é considerada como sendo extra, por outro lado, existem entrevistados que a descreveram como sendo crucial para a manutenção de suas famílias, conforme os relatos:

> Ah, mudou muito, porque pra começar, a gente tem a rendinha da gente né? porque antes não tinha, ou tinha só quando panhava café, essas coisas. Depois que começou o projeto da CONAB, aí a gente tem uma renda, pode ajudar dentro de casa. Aí muda, mudou, porque, depois disso, nós construímos a varanda né? colocou cerâmica na casa. Acho que mudou bastante! (Entrevistado 3).

> Olha, teve ganho sim, porque igual eu falei é um complemento de renda, quando vem sempre é bem-vindo, dinheiro, quem falar que não precisa de dinheiro tá mentindo. A gente não devia ser, mas é o dinheiro que move tudo. Eu já tinha uma estrutura boa, mas melhorou mais (Entrevistado 7).

Nesse sentido, Agapto et al. (2012) também descrevem o PAA como sendo um importante meio de incremento da renda das famílias agricultoras que dele fazem parte. Nas palavras dos autores: "Observou-se também uma melhora significativa na renda das famílias dos agricultores, sendo que, em alguns casos, os recursos oriundos do PAA assumem uma função prioritária na manutenção das famílias". (AGAPTO et al., 2012, p. 18)

Resultado similar foi apresentado por Silva (2013), já que um dos impactos apresentados em seu estudo sobre o PAA, diz respeito a sua contribuição desse programa para o aumento da renda das famílias agricultoras e, concomitantemente, para a aquisição de bens de consumo, assim como para a realização de melhorias em suas residências, fatores que impactam diretamente qualidade de vida dessas famílias. Segundo a autora, os agricultores afirmaram que a renda obtida com a comercialização para o PAA, proporcionou-lhes o atendimento não somente das vantagens materiais, mas, também das demais necessidades inerentes ao ser humano.

Outras questões mencionadas pelos entrevistados, consideradas como fatores internos, foram a elevação da autoestima e da motivação, além da sensação de segurança e liberdade ocasionadas após a sua inserção no PAA. Apesar de terem sido citados pelos homens, esses sentimentos foram relatados, em sua grande maioria, pelas mulheres, que demonstraram grande satisfação ao terem a oportunidade de trabalhar em casa, conciliando as atividades do PAA com os cuidados com a moradia e com os filhos; pois além de terem a sua própria renda, deixaram de ser dependentes economicamente dos maridos, conforme pode ser visualizado no relato a seguir:

> Pra mim, na época que eu não entregava nada, que não participava do programa era só mesmo ficar em casa, cuidar de menino, ficava acomodada, né? Então não tinha dinheiro pra nada, pra mim mesmo, então quando surgiu essa oportunidade, pra mim, foi bom, porque eu tive uma renda que até o momento eu não tinha, eu pude ter as coisas que, às vezes, eu tinha vontade de ter, de comprar e não tinha condição. É, foi muito bom (Entrevistada 9).

Cavalcanti (2016) corrobora a premissa de que os principais relatos de independência financeira são feitos por mulheres, uma vez que as agricultoras declararam que, com a possibilidade de comercializar sua produção pelo PAA e obterem sua própria renda, conseguiram adquirir bens materiais para si e sua família, além de contribuírem com melhorias em suas moradias, o que antes do programa ficava a cargo somente dos maridos. Logo, elas afirmaram que se sentem mais úteis, satisfeitas e com maior autonomia.

Ressalta-se que, além dos pontos positivos mencionados pelos entrevistados, foram citados também alguns pontos negativos relativos ao PAA. Foi unânime o relato de que é grande a burocracia existente para adesão e permanência no programa, além da demora na liberação dos pagamentos e falta de continuidade do mesmo. Esses fatores, segundo os entrevistados, muitas vezes os desestimulam, pois acarretam inclusive prejuízos aos agricultores que têm o programa como sendo o principal meio de escoar sua produção e, com a demora para a aprovação e liberação dos projetos, os alimentos produzidos, quando não absorvidos por outros mercados, acabam sendo perdidos.

De modo geral, nas entrevistas narrativas somente foram reforçados os relatos que os agricultores já haviam feito nas entrevistas semiestruturadas. Isto é, não houve nenhum elemento novo em seus discursos. Por fim, ressalta-se que, conforme proposta inicial, houve a análise da manifestação oral de fatores internos e externos ao processo de empoderamento, cujo resultado apresentado demonstra o aparecimento de ambos os fatores, já que foram citadas questões como o acesso a políticas públicas e aumento da renda, fatores externos, que interferem diretamente em questões internas, como a elevação da autoestima e motivação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as repercussões do PAA no processo de empoderamento de seus beneficiários levou em consideração que o acesso à política pública impacta positivamente e contribui para o aumento das oportunidades sociais e capacidades dos

indivíduos. O significado do programa, conforme representação social dos produtores, remete-se à segurança de comercialização e renda, além da maior união entre os próprios agricultores, seu reconhecimento e visibilidade pela comunidade. Todos esses fatores refletem no aumento da autoestima e autopercepção de seus beneficiários.

De modo geral, pode-se inferir que houve maior acesso a informações e conhecimentos, através das reuniões e encontros dos agricultores, quer fossem promovidos pelas associações, EMATER ou pelo sindicato. Além disso, o acesso a capacitações também foi um ganho citado pela metade dos agricultores entrevistados, o que contribuiu diretamente para um aumento da qualidade dos alimentos produzidos, bem como para o aperfeiçoamento das práticas produtivas.

Outro benefício importante trazido pelo PAA foi o estreitamento da relação entre as instituições, posto que a rede desempenha um papel fundamental para mudanças nos aspectos de produção e reprodução social das famílias agricultoras, uma vez que elas são transmissoras de conhecimento, informações, capacitações e apoio espiritual a seus membros; enfim, pode contribuir para o seu empoderamento. Igualmente, foi destacada a importância dos investimentos feitos pelos atores que circundam o processo de empoderamento, com destaque para EMATER.

Outrossim, detectou-se que o aumento da renda das famílias, principal ganho relatado nas entrevistas, proporcionou mais segurança e tranquilidade para as mesmas, além de mais conforto em seus lares.

Em última instancia, foi possível identificar que o programa também foi propulsor de mudanças positivas nas relações de poder existentes, seja pelo fato dos agricultores terem mais renda ou por estarem fortalecidos coletivamente.

Com este estudo, é possível afirmar que houve mudanças positivas em diferentes dimensões da vida dos agricultores e suas famílias e, em muitos casos, o PAA até alavancou o processo de empoderamento de muitas delas. Todavia, a sustentabilidade do empoderamento só será alcançada se investimentos forem feitos de forma continuada pelos diferentes agentes que fazem parte do processo de empoderamento, principalmente, em termos dos serviços educacionais, de saúde e melhor distribuição de renda. E, por fim, as lacunas inerentes ao funcionamento do PAA, já mencionadas, precisam ser superadas, para maior eficácia do programa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr., 2012.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. (2016). **Tutorial para uso do software Iramuteq**. 32p. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial %20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf> Acesso em: 26 fev. 2018.

CAVALCANTI, N. T. F. **Diagnóstico socioeconômico do programa de aquisição de alimentos no município de Monteiro, PB**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal se São Carlos, São Carlos, 2016.

CUNHA, W. A. da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, culturais e sociais do programa de aquisição de alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges; CARVALHO, Amauri Daros. (Org.). **Avaliação de políticas de aquisição de alimentos**. 27. ed. Brasilia: UnB/CEAM/NER, v. 7, p. 107-138, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 176 p.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

HENTZ, C. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó, SC**. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2016.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. Rio de Janeiro, 2002. p. 21-44.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. A entrevista narrativa. In: Martin Bauer; George Gaskell (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

MANFIOLLI, M. H. **Os efeitos do PAA e do PNAE na agricultura familiar da Região Administrativa de Paranavaí.** 2014.79 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2011.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MORENO, B. T. **Programa de Aquisição de Alimentos e seu papel no fomento a inclusão social no campo.** 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao programa de aquisição de alimentos. **RPCA**, v. 11, n. 2, p 82-107, 2017.

NETO, M. P. do N. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB: análise das transformações vivenciadas na Agricultura Familiar**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, L. G. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

PANDOLFO, M. C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p.14-17, jun. 2008.

RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, 2007.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. Rio de Janeiro, 2002. p. 9-20.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29. 1993.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo**: Companhia das Letras**, 2000.

SILVA. V. da. **O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - para o Fortalecimento da Agricultura Familiar: o caso da cooperativa da agricultura familiar integrada – Coopafi – de Capanema, PR.** 2013. 206 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, Porto Alegre, 2006.

STOTZ, E. N. Redes sociais e saúde. In: MARTELETO, R. M.; STOTZ, E. N. (Org.). **Informação, saúde e redes sociais:** diálogos de conhecimentos na comunidade de Maré. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: Ed UFMG, 2009. 176 p.

VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro, RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, 47., 2009. Porto Alegre. **Anais Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Programas como o PAA demonstram a mudança de olhar do estado para a agricultura familiar, categoria social que conquistou espaço na agenda pública em função de sua organização e lutas. Essas políticas ao serem concebidas e implantadas, conforme evidenciam diversos estudos já publicados, provocam melhorias significativas no modo de produção e reprodução dessas famílias e, até mesmo, podem contribuir para sua autonomia e empoderamento.

Quanto ao objetivo principal dessa pesquisa, que foi verificar se o PAA é um mecanismo de empoderamento das famílias agricultoras, é indiscutível a importância dessa política pública para o empoderamento dessas famílias, embora não esteja isento de críticas e limitações. Isto é, o programa contribui para o empoderamento dos agricultores e suas famílias na medida em que estimula a organização e participação dos mesmos em associações, como também, quando lhes proporciona segurança de comercialização da produção e, portanto, segurança de renda necessária para o atendimento das suas necessidades básicas, além da possibilidade de planejamento do seu futuro e de sua família. Pode ser visto como um propulsor de mudanças nas relações de poder existentes, seja pelo fato dos agricultores terem mais renda ou por estarem fortalecidos coletivamente. Contudo, ao compreender o empoderamento como um processo que requer a contemplação de diversos elementos para a sua concretização, pode-se afirmar que o PAA, por si só, não consegue empoderar plenamente seus beneficiários.

No que tange a esse processo, houve um maior destaque para o empoderamento da mulher, que se viu apta a participar do processo produtivo, adquirindo renda própria e podendo realizar seus anseios e desejos que, até então, não eram plenamente alcançados. Concluiu-se, ainda, que aqueles agricultores que já tinham certo engajamento social tiveram mais facilidade em iniciarem e darem continuidade ao seu processo de empoderamento.

Ademais, foi possível perceber a partir das representações sociais do público executor do programa que o PAA contribuiu de forma significativa para uma maior integração familiar e para manutenção das famílias agricultoras no campo, ao oferecer uma garantia de renda, por meio da diversificação e comercialização de sua produção. Para além disso, tem possibilitado a essas famílias agricultoras uma reestruturação e melhora de suas capacidades organizativas, participativas e produtivas, impactando

diretamente no acesso ao conhecimento, na sua autonomia e maior independência; sendo importante ressaltar que tais contribuições dependem da lógica de funcionamento do programa.

Foi identificado, ainda, alterações tanto nos modos de produção quanto de reprodução social das famílias agricultoras estudadas. No que diz respeito às mudanças trazidas pelo programa nos aspectos de produção, destacam-se as alterações nas formas de manejo e inclinações para uma produção programada, ambas propiciadas pela assistência técnica. Além disso, visualizou-se um aproveitamento do excedente e uma maior preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos, o que ampliou as possibilidades de comercialização dos agricultores e, concomitantemente, seus rendimentos.

Outros benefícios foram detectados, como aumento nas atividades de lazer, diversificação do consumo, melhorias nas residências e, consequentemente, mais conforto, sociabilidade e bem-estar de muitas famílias. Além de maior acesso a informações, conhecimentos e capacitações, todos proporcionados na e pela sua participação em instituições que formam a rede social, cujos principais "nós" ou componentes foram: Família, EMATER, Associação e Sindicato. Tais resultados corroboram com a premissa de que a rede desempenha um papel fundamental para mudanças nos aspectos de produção e reprodução social das famílias agricultoras, bem como para o seu empoderamento.

O significado de empoderamento pelos agricultores, como acesso à renda, liberdade e segurança permite concluir que o PAA proporcionou condições para o empoderamento dos agricultores beneficiários; embora seja importante destacar que o programa não pode, de forma isolada, ser considerado promotor da plena autonomia das famílias, já que o mesmo apresentou entraves em seu funcionamento, que limitam os seus efeitos, como a sua falta de continuidade e regularidade; mudanças nas regras que o regem; atrasos no repasse de recursos. Diante disso, acredita-se que, com um monitoramento e constantes avaliações, essas limitações possam, com o tempo, ser minimizadas e quiçá superadas, de modo que os agricultores consigam, de fato, se sentirem empoderados.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (LÍDERES INSTITUCIONAIS)

Data da entrevista:_____

Número da entrevista:_____

Nome da empresa/instituição/organização:_____

Nome do entrevistado:_____

Cargo que ocupa na empresa/instituição/organização:_____

1. Como foi o processo de implementação do PAA no município? (limites e potencialidades) _____ _____ _____
2. Quais os atores que participaram desse processo? **( ) 1.Público ( ) 2.Privado**

2.1 De que modo ocorreu essa participação? _____

_____

3. Na sua visão, quais foram as principais mudanças ocorridas com os agricultores em termos de:

Produção:_____

_____

3.1Mercado: _____

_____

3.2 Organização e Práticas Sociais: _____

_____

3.3 Conhecimento e Capacitação: _____

_____

4. Que tipo de apoio a instituição na qual você trabalha presta aos agricultores familiares inseridos no PAA?

( )1.Orientação Técnica ( ) 2.Conhecimento ( ) 3.Capacitação ( ) 4.Emocional ( ) 5.Outros

5. A inserção dos agricultores no PAA contribuiu para a sua participação em associações e organizações?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

Justifique:_____

_____

5.1 Quais outras redes institucionais o agricultor passou a ter acesso?

_____

_____

6. Você considera que o PAA contribui para o desenvolvimento local?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

Justifique:_____

_____

7. Você considera que o PAA é uma política que promove o fortalecimento da agricultura familiar?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

Caso positivo, em que sentido?_____

_____

8. Indique três palavras que, na sua visão, remetem ao significado de empoderamento:

_____,_____,_____

9. Você considera que o PAA trouxe mudanças na qualidade de vida das famílias inseridas no mesmo e no seu empoderamento?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

Explique sua resposta:

9.1: **Qualidade de vida** _____

_____

9.2 Empoderamento pessoal, familiar e social:_____

_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO (AGRICULTORES FAMILIARES)

Data da entrevista: _____ **Número da entrevista:** _____
I – INFORMAÇÕES PESSOAIS E FAMILIARES
1. Nome do entrevistado: _____ **2. Sexo:** ( ) 1. Feminino ( ) 2. Masculino
3. Estado Civil: ( ) 1. Solteiro ( ) 2. Casado ( ) 3. Amigado ( ) 4. Separado ( ) 5. Divorciado ( ) 6. Viúvo
4. Raça: ( ) 1.Branca ( ) 2.Parda ( ) 3.Amarela ( ) 4.Negra ( ) 5. Outra. Especifique:_____
5. Religião: ( ) 1.Católico ( ) 2.Evangélico ( ) 3.Outra. Especifique:_____
6. Composição Familiar: **6.1. Número total de membros:** _____ ( ) 1. Sem filhos ( ) 2. De um a dois filhos ( ) 3. De três a quatro filhos ( ) 4.De cinco a seis filhos ( ) 5.Acima de seis filhos ( ) 6.Outros membros. Especifique quais são esses membros:_____

II. DADOS DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE
Agricultor: _____ **Nome da propriedade**:_____ **Distrito**:_____ **Comunidade**: _____ **Acesso a comunidade Km (distância da sede):** _____ **1. Período (data) em que iniciou o plantio para o cultivo para o PAA**: _____ **2. Como foi o processo de mobilização para incentivá-lo ao plantio do cultivo proposto pelo PAA:** _____ **3. Foi destinada uma área separada para o cultivo proposto pelo PAA?** ( ) 1. Sim ( ) 2. Não **3.1. Total de Hectares:** _____ **3.2. Caso negativo, como foi plantado?** _____
4. Posse do estabelecimento em número de anos:_____
5. Atividades exercidas: ( ) 1. Agrícola ( ) 2. Não Agrícola ( ) 3. Ambas
6. Condição legal da terra: ( ) 1. Proprietário ( ) 2. Arrendatário ( ) 3. Ocupante ( ) 4. Outro: _____
7. Você possui assistência técnica? ( ) 1.Sim ( ) 2.Não **7.1. Em caso afirmativo, quem presta essa assistência técnica**?_____
7.2. Que tipo de assistência técnica? ( ) 1.Visitas ( ) 2.Reuniões ( ) 3.Demonstrações ( ) 4.Excursões ( ) 5.Cursos ( ) 6.Outro_____
8. Você possui acesso a algum tipo de crédito?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não **8.1. Em caso afirmativo, especifique:** _____		
III. ASPECTOS DA PRODUÇÃO		
1) Histórico do uso da terra:		
1. Vegetação original 2. Vegetação predominante 3. Relevo predominante 4. Hidrografia (rios)	1._____ 2._____ 3._____ 4._____	
2) Distribuição das áreas: 1. Área total da propriedade 2. Áreas de cultivos temporários 3. Áreas de cultivos permanentes 4. Áreas de pastagens 5. Área do cultivo para o PAA 6. Áreas de Matas e Flor. Nat. 7. Área inapropriável	**Atual – 2017 (Total em Ha)** 1._____ 2._____ 3._____ 4._____ 5._____ 6._____	**Antes do PAA (Total em Ha)** 1._____ 2._____ 3._____ 4._____ 5._____ 6._____

	7._____	7._____
3) Animais:	**Atual – 2017 (Total de cabeças)**	**Antes do PAA (Total de cabeças)**
1. Bovinos 2. Equinos 3. Suínos 4. Aves 5. Outros. Especificar: _____ _____ _____ _____ _____	1._____ 2._____ 3._____ 4._____ 5._____	1._____ 2._____ 3._____ 4._____ 5._____
4. Sistemas de produção do cultivo do PAA:		
4.1. Análise do solo: ( ) 1. Sim ( ) 2. Não		
4.2. Preparo do solo: ( ) 1. Aração ( ) 2. Gradagem ( ) 3. Manual		

4.3. Análise da água: ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
4.4. Forma de Plantio: ( ) 1. Manual ( ) 2. Mecânico
4.5. Tipo de Plantio: ( ) 1. Sementes (quant.) _____ ( ) 2. Mudas (quant.) _____
4.6. Período de Plantio: Especificar a época: _____
4.7. Rotação: ( ) 1. Sim ( ) 2. Não Com qual cultura? Especificar:_____
4.8. Área de pousio: ( ) 1. Sim ( ) 2. Não Especificar:_____
4.9. Adubação: ( ) 1. Sim ( ) 2. Não **4.9.1. Tipo de adubação:** ( ) 1. Química. Qual adubo?_____ ( ) 2. Orgânica. Qual tipo?_____
5. Correção do solo: ( ) 1. Sim ( ) 2. Não **5.1. Tipo de produto utilizado para a correção do solo:**_____

6. Tratos culturais:
( ) 1. Sim ( ) 2. Não
6.1. Tipo de trato:
( ) 1. Capina ( ) 2. Herbicida 6.2. Tipo: _____

7. Controle de pragas:
( ) 1. Sim ( ) 2. Não
7.1. Espécie encontrada: _____
7.2. Produto utilizado: _____

8. Controle de doenças:
( ) 1. Sim ( ) 2. Não
8.1. Espécie encontrada: _____
8.2. Produto utilizado: _____

9. Irrigação:
( ) 1. Sim ( ) 2. Não
9.1. Método: _____
10. Tipo de Colheita:
( ) 1.Mecânica ( ) 2.Manual ( ) 3. Perdas (%)_____

11. Produção:
Produto: _____ Quant. total (kg/ha) _____ Preço do produto (R$):_____ Valor da produção (R$): _____
Produto: _____ Quant. total (kg/ha) _____ Preço do produto (R$):_____ Valor da produção (R$): _____
Produto: _____ Quant. total (kg/ha) _____ Preço do produto (R$):_____ Valor da produção (R$): _____
11.1. Destino da produção em %:
( ) 1.Autoconsumo_____ ( ) 2. Estocagem_____ ( ) 3. Comercialização_____

12. Formas de comercialização:
( ) 1. PAA ( ) 2. PNAE ( ) 3. Feira livre ( ) 4.Outro. Especifique: _____

13. Destino da produção fornecida ao PAA:
( ) 1. Escolas municipais e estaduais do próprio município ( ) 2. Escolas municipais e estaduais fora do município ( ) 3. Creches
( ) 4. Lar de idosos ( ) 5. Outro. Especifique:_____

14. Função de cada membro familiar na produção de alimentos fornecidos ao PAA:

Membro:	**Função Exercida**
1. Esposo	1._____
2. Esposa	
3. Filho (a)	2._____
4. Filho (a)	
5. Filho (a)	3._____
	4._____
	5._____

IV – ASPECTOS DA REPRODUÇÃO SOCIAL

1. Como você avalia suas condições e ambiente de trabalho?

Antes do PAA	**Depois do PAA**
( ) 1. Favorável ( ) 2. Desfavorável ( ) 3. Razoável	( ) 1. Favorável ( ) 2. Desfavorável ( ) 3. Razoável
Justifique: _____	Justifique: _____
_____	_____
_____	_____

2. Aspectos relacionados à renda familiar:	
Antes do PAA	**Depois do PAA**
( ) Menos de 1 Salário mínimo	( ) Menos de 1 Salário mínimo
( ) Entre 1 e 2 Salários mínimos	( ) Entre 1 e 2 Salários mínimos
( ) Entre 2 e 3 Salários mínimos	( ) Entre 2 e 3 Salários mínimos
( ) Entre 3 e 4 Salários mínimos	( ) Entre 3 e 4 Salários mínimos
( ) Entre 4 e 5 Salários mínimos	( ) Entre 4 e 5 Salários mínimos
( ) Acima de 5 salários mínimos	( ) Acima de 5 salários mínimos
2.1. Essa renda vem exclusivamente da atividade exercida como agricultor familiar? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não **2.2 Caso a resposta seja negativa, qual é a outra fonte de renda familiar?** ( ) 1.Bolsa Família ( ) 2.Aposentadoria ( ) 3.BPC ( ) 4.Outros. Especifique: _____	
3. Aspectos relacionados à moradia:	
3.1. Condições da moradia: ( ) 1.Própria ( ) 2.Alugada ( ) 3.Cedida ( ) 4.Outro. Especifique: _____	
3.2. A moradia sofreu alguma modificação em função do seu acesso ao PAA? **Em caso afirmativo,** **especifique:**_____ _____	

4. Aspectos relacionados à alimentação:

4.1. A sua alimentação e de sua família se alterou em função da inserção no PAA?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

Em caso afirmativo, especifique:

_____

5. Aspectos relacionados à educação:

5.1. Escolaridade do entrevistado:

( ) 1.Nenhuma ( ) 2.Fundamental completo ( ) 3.Fundamental incompleto ( ) 4.Primeiro grau completo ( ) 5.Primeiro grau incompleto ( ) 6.Segundo grau completo ( ) 7.Segundo grau incompleto ( ) 8. Curso técnico completo ( ) 9.Curso técnico incompleto ( ) 10.Superior completo ( ) 11.Superior incompleto ( ) 12. Pós-graduação

5.2. Educação pessoal:

Antes do PAA	Depois do PAA
_____	_____
_____	_____
_____	_____

5.3. Educação dos filhos:

Antes do PAA	Depois do PAA
_____	_____
_____	_____
_____	_____

6. Aspectos relacionados à saúde:

6.1. Você e sua família possuem plano de saúde?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

6.2. Em caso negativo, qual é o recurso utilizado pela família para ter acesso a serviços de saúde?

( ) Sistema Único de Saúde - SUS

( ) Recurso próprio

( ) Ajuda financeira de terceiros para o custeio das despesas médicas

( ) Outros. Especifique: _____

6.3. Sua saúde sofreu alteração com seu ingresso no PAA? De que maneira?_____

_____

7. Aspectos relacionados ao Meio Ambiente:

7.1. O PAA interferiu, de alguma forma, na sua relação com o meio ambiente?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

Em caso afirmativo responder: de que maneira?

_____

_____

8. Aspectos relacionados às relações com família/amigos/vizinhos:

8.1. O PAA interferiu nas suas relações com família/amigos/vizinhos?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

Em caso afirmativo responder: de que maneira?

_____

_____

9. Aspectos relacionados ao bem-estar consigo mesmo:

9.1. O PAA interferiu no seu bem-estar consigo mesmo?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

Em caso afirmativo responder: de que maneira?

_____

_____

10. Aspectos relacionados à segurança física:

10.1. Você ou algum dos membros da sua família já sofreram algum acidente de trabalho?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

Em caso afirmativo, responder:

10.2. Que tipo de acidente? _____

10.3. Qual foi o recurso encontrado pela família para diminuir os impactos causados pelo acidente sofrido?

_____

10.4. Algum dos membros da família já foi vítima de violência?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

Em caso afirmativo, responder:

10.5. Que tipo de violência? _____

10.6. Qual foi o auxílio que a família obteve para diminuir os impactos causados pela violência sofrida?

_____

10.7. Sua segurança física sofreu alteração com seu ingresso no PAA? De que maneira?_____

11. Aspectos relacionados ao lazer:

Antes do PAA	**Depois do PAA**
( ) 1.Caminhar	( ) 1. Caminhar
( ) 2. Ler livros	( ) 2. Ler livros

( ) 3. Ir a bares ou restaurantes ( ) 4. Praticar esportes ( ) 5. Ir ao cinema ( ) 6. Fazer piqueniques ( ) 7. Viajar ( ) 8. Ir à casa dos amigos ( ) 9. Outros. Especifique: _____	( ) 3. Ir a bares ou restaurantes ( ) 4. Praticar esportes ( ) 5. Ir ao cinema ( ) 6. Fazer piqueniques ( ) 7. Viajar ( ) 8. Ir à casa dos amigos ( ) 9. Outros. Especifique: _____
12. Aspectos relacionados a vida espiritual:	
Antes do PAA	**Depois do PAA**
( ) 1.Participa de missas/cultos/reuniões em sua igreja ( ) 2. Participa de atividade na comunidade em função da sua vida espiritual ( ) 3. Outros. Especifique: _____	( ) 1. Participa de missas/cultos/reuniões em sua igreja ( ) 2. Participa de atividade na comunidade em função da sua vida espiritual ( ) 3. Outros. Especifique: _____
13. Aspectos relacionados à integração social:	
13.1. Você participa de alguma atividade na comunidade? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não Em caso afirmativo, responder: **13.2. Que tipo de atividade?** _____ **13.3. Sua integração social sofreu alteração com seu ingresso no PAA?** ( ) 1. Sim ( ) 2. Não **De que maneira?** _____ _____	

V – ASPECTOS DO EMPODERAMENTO

1. Indique três palavras que para você signifique empoderamento:

1._____; **2.**_____; **3.**_____.

2. Segundo Sen (1997), para que o empoderamento seja sustentado, é fundamental que sejam feitos investimentos tanto nos fatores internos(autopercepção), quanto nos fatores externos (serviços de educação, saúde, etc). Na sua visão, foram feitos esses investimentos com o PAA, seja por agentes externos ou internos ao próprio grupo de agricultores? _____

_____

_____

3. O acesso aos dados e às informações com o PAA ampliou sua autonomia, tornando-se capaz "de ser o que quiser ser e de fazer o que tem vontade de fazer", tornando-se protagonista de sua vida? Como? _____

_____

_____

4. O PAA promoveu condições para fortalecer sua capacitação?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

De que maneira? _____

_____

_____

5. O PAA contribuiu para mudanças nas instituições? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não

Quais e como? _____

_____

_____

6. PAA ampliou sua capacidade de exercício de poder (poder sobre, poder para, poder com, poder de dentro)?

( ) 1. Sim ( ) 2. Não

De que forma? _____
_____
_____

DIMENSÃO SOCIAL DO EMPODERAMENTO (Participação social/política)	
Antes do PAA	**Depois do PAA**
7.Você faz parte de alguma organização social e/ou política? ( ) Sim ( ) Não **7.1 Qual?** ( ) 1. Cooperativa/ Associação Agrícola ( ) 2. Sindicato ( ) 3. Associação de bairro ( ) 4. Pastoral da Igreja ( ) 5. Associação cultural ( ) 6. Grupo de jovens ( ) 7. Grupo de reflexão ( ) 8. Outros. Especifique: _____	**7.Você faz parte de alguma organização social e/ou política?** ( ) Sim ( ) Não **7.1 Qual?** ( ) 1. Cooperativa/ Associação Agrícola ( ) 2. Sindicato ( ) 3. Associação de bairro ( ) 4. Pastoral da Igreja ( ) 5. Associação cultural ( ) 6. Grupo de jovens ( ) 7. Grupo de reflexão ( ) 8. Outros. Especifique: _____

7.2. Em que essa participação social/política contribui para o empoderamento familiar? _____
_____
_____

8. Como uma das redes consiste na associação, o que você acha desse vínculo?
( ) 1.Contribui fortemente para a minha autonomia
( ) 2. Contribui parcialmente para a minha autonomia
( ) 3. Não contribui para a minha autonomia

8.1. Você participa ativamente da associação?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

8.2. Como você participa?

( ) 1.Vai às reuniões mas não emite opinião sobre os assuntos em pauta

( ) 2.Vai às reuniões e expressa sua opinião sobre os assuntos em pauta

( ) 3.Não vai às reuniões

9. Aspectos relacionados à participação política:

9.1. Você discute política?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

9.2. Em caso negativo, porque você não discute?

( ) 1.Não consegue expressar sua opinião

( ) 2.Tem medo

( ) 3.Outro. Especifique: _____

9.3. Quando e com quem você discute política?

( ) 1.Na associação/organização

( ) 2.Sindicato

( ) 3.Em ambientes informais

( ) 4.Com familiares

( ) 5.Amigos

( ) 6.Outro. Especifique:_____

9.4. Você já participou de alguma atividade de cunho político?

( ) 1.Sim ( ) 2.Não

9.5. Em caso afirmativo, especifique:

( ) 1.Protestos

( ) 2.Manifestações
( ) 3.Abaixo-assinados
( ) 4.Outro: Especifique: _____

9.6. Como você participou?
( ) 1. Liderou/organizou
( ) 2. Apoio indireto

10. Qual rede você considera mais importante (uso) tanto no processo de produção, quanto no processo de reprodução social?

10.1. Tipo de rede:	**10.1. Função desempenhada:**
1._____	1._____
2._____	2._____
3._____	3._____
4._____	4._____

11. DIMENSÃO ECONÔMICA DO EMPODERAMENTO (Posse de bens/Acesso à informação/Aumento das oportunidades e capacidades)

11.1. Bens materiais que você possui:
( ) 1.Rádio ( ) 2.Televisão ( ) 3.DVD ( ) 4.Máquina de Lavar roupa/ Tanquinho ( ) 5.Geladeira ( ) 6. Fogão ( ) 7. Computador ( ) 8.Telefone fixo ( ) 9. Telefone Celular ( ) 10. Microondas ( ) 11. Automóvel ( ) 12. Moto ( ) 13. Bicicleta

11.2. O acesso dos bens listados teve modificação pela sua inserção no PAA?
( ) 1.Sim ( ) 2.Não.
Em caso afirmativo, especifique: _____

12. Quais são suas principais fontes de informações?

( ) 1.Redes sociais
( ) 2.Jornal impresso
( ) 3.Televisão
( ) 4.Rádio
( ) 5.Internet
( ) 6.Vizinhos
( ) 7.Associação
( ) 8.Outras. Especifique: _____

13. Quais os direitos que você acha que tem como cidadão?

( ) 1.Ter os serviços básicos a sua disposição (Saúde, Educação, Assistência Social)
( ) 2.Não considera que possui algum tipo de direito
( ) 3.Outros: Especifique: _____

13.1. Quem tem a obrigação de promover esses direitos?

( ) 1.Governo
( ) 2.Família
( ) 3.Não sei

14. Na sua casa quem toma as decisões importantes?

( ) 1.Esposo
( ) 2.Esposa
( ) 3.As decisões são compartilhadas
( ) 4.Outros, especifique: _____

15. Na sua percepção o PAA contribuiu para: (Explique suas respostas).

(a) Fortalecimento da categoria agricultura familiar? _____

(b) Inclusão econômica e social das famílias agricultoras?_____

(c) Resgate de práticas tradicionais?_____

(d) Melhoria da autoestima, motivação e autopercepção sobre o curso da sua vida e oportunidades sociais? _____

_____

16. Com o PAA, as famílias obtiveram recursos e serviços básicos, políticas públicas, informação, capacitação, participação social e política, poder de decisão e aprimoramento das capacidades de forma suficiente para iniciarem o processo de empoderamento e tornarem agentes do próprio destino?Explique sua resposta: _____

_____

_____

17. Dentre as características e capacidades dos membros familiares, quais você considera que são de extrema importância para a execução das atividades pertinentes ao PAA?

( ) 1.Proatividade

( ) 2.Persistência

( ) 3.Organização

( ) 4.Outro.

Especifique:_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

APÊNDICE C – ENTREVISTA NARRATIVA

Data da entrevista:_____

Número da entrevista:_____

Nome do entrevistado: _____

Abertura: Estou desenvolvendo uma pesquisa com o objetivo analisar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, verificando se suas atividades contribuem para o empoderamento das famílias agricultoras fornecedoras. Desse modo, gostaria que **narrasse sobre sua vida**, "**antes e depois do PAA**", enumerando as principais modificações e como estas interferiram na sua qualidade de vida pessoal e familiar, bem como no seu empoderamento. Ressalto que essa entrevista será gravada e para proteger a sua identidade serão utilizados nomes fictícios tanto na produção da dissertação quanto nas apresentações dos resultados referentes a esse estudo.

_____

_____

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "**Programa de Aquisição de Alimentos em Paula Cândido, MG: Um Mecanismo de Empoderamento dos Agricultores Familiares?"**. Nesta pesquisa, pretendemos analisar a eficácia do PAA, verificando se suas atividades contribuem para o empoderamento dos agricultores familiares. Para obtenção dos dados pertinentes à pesquisa, será necessário entrevistá-los. O tempo estimado para a entrevista é de aproximadamente 30 minutos. Para preservar sua identidade, seu nome e contato não serão divulgados. Em vez disso, usaremos nomes fictícios. Os riscos potenciais de sua participação na pesquisa são mínimos, mas, durante a coleta de dados você poderá sentir cansaço ou constrangimento diante de alguma pergunta. Nesse sentido, o pesquisador estará atento a qualquer desconforto e você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta e, até mesmo, desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio e sem qualquer prejuízo. Garantimos que todas as informações serão tratadas com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para compreensão de como o referido programa governamental tem influenciado a vida das famílias agricultoras participantes. Com isso, os benefícios para você serão indiretos. Sua participação nesta pesquisa não implicará em nenhuma despesa bem como em nenhum benefício financeiro; ou seja, a sua participação é voluntária. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa "**Programa de Aquisição de Alimentos em Paula Cândido, MG: Um mecanismo de empoderamento dos agricultores familiares?**" de maneira clara e detalhada. Declaro que concordo em participar da pesquisa e estou ciente de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações aos pesquisadores e desistir do estudo, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas. Também concordo que os dados possam ser usados em pesquisas futuras, mantendo-me sempre no anonimato.

Pesquisador responsável: Ariane Figueredo Souza
Departamento de Economia Doméstica (DED) Tel.: (31) 3899-2428.
E-mail: arianefigueredosouza@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob os aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - Cep: 36570-900 Viçosa/MG, Telefone: (31)3899-2492, Email: cep@ufv.brwww.cep.ufv.br

_____, _____ de _____ de 20___.

_____
Assinatura do Participante

_____
Assinatura do Pesquisador